

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC)

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

RIBEIRO, Casimiro Antonio. *Casimiro Ribeiro II (depoimento, 1989)*. Rio de Janeiro, CPDOC. BANCO CENTRAL DO BRASIL, 1990. 97 p. dat.

Esta entrevista foi realizada na vigência de convênio entre CPDOC.FGV e BANCO CENTRAL DO BRASIL. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

CASIMIRO RIBEIRO II
(depoimento, 1989)

Rio de Janeiro
1990

Ficha Técnica

tipo de entrevista: temática

entrevistador(es): Eduardo Raposo; Plínio de Abreu Ramos

levantamento de dados: Eduardo Raposo; Plínio de Abreu Ramos

pesquisa e elaboração do roteiro: Eduardo Raposo; Plínio de Abreu Ramos

sumário: Ignez Cordeiro de Farias; Plínio de Abreu Ramos

conferência da transcrição: Plínio de Abreu Ramos

copidesque: Verena Alberti

técnico de gravação: Clodomir Oliveira Gomes

local: Rio de Janeiro – RJ – Brasil

data: 21.09.1989 a 05.10.1989

duração: 7h 30min

fitas cassete: 08

páginas: 97

Entrevista realizada no contexto do projeto "Memória do Banco Central do Brasil", na vigência do convênio entre o Banco Central e o CPDOC-FGV, firmado em 1989. O projeto objetiva uma série de publicações acerca dos dirigentes do banco e figuras de destaque na vida econômica do país, das quais "Octavio Gouvêa Bulhões: depoimento" e "Dênio Nogueira: depoimento" já encontram-se à disposição.

A escolha do entrevistado justificou-se pelo fato de ter sido membro da primeira diretoria do Banco Central.

temas: Banco Central do Brasil, Banco do Brasil, Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, Casimiro Ribeiro, Economia, Economistas, Governo Castelo Branco (1964-1967), Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965), Política Econômica, Superintendência da Moeda e do Crédito.

Sumário

1ª Entrevista: 21.09.1989

Origens familiares; início da vida profissional: ingresso no Banco do Brasil por concurso (1942) e como professor na Faculdade de Ciências Econômicas (1956); a resistência do Banco do Brasil à tese de constituição de um banco central independente e a atuação do entrevistado naquele contexto; críticas à criação de um banco rural e de um banco de comércio exterior; o contato com dr. Octávio Gouvêa de Bulhões e a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito-Sumoc (1945); distorções resultantes do funcionamento inicial da Sumoc articulada ao Banco do Brasil; atuação do entrevistado na Sumoc, onde ingressou em 1953; atuação do entrevistado em reunião com Brochado da Rocha, durante o governo parlamentarista de João Goulart, e a redação de lei delegada que criaria o Banco Central do Brasil; participação do entrevistado na redação do Plano Trienal durante a gestão de Celso Furtado no Ministério Extraordinário para Assuntos de Planejamento (01.1963-03.1964); contradições entre a teoria e a prática no exercício da profissão de economista: a experiência acadêmica e a função pública; pressões desencadeadas contra o Plano Trienal; pedido de demissão do cargo de chefe do Departamento Econômico da Sumoc; a questão da independência do Banco Central e o papel do Conselho Monetário Nacional; a necessidade de coordenação da política fiscal e da política monetária; a criação do Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias (segundo governo Vargas); comentários sobre a seriedade do governo Castelo Branco, especialmente da equipe econômica, e a criação do Banco Central; acumulando os cargos de chefe da Divisão de Estudos Monetários da Sumoc e de consultor do Conselho de Desenvolvimento (governo Juscelino Kubitschek); estágio no Banco da Inglaterra, curso de moeda e crédito na London School e viagens aos Estados Unidos preparando-se para trabalhar no futuro Banco Central; mudanças na equipe econômica do governo e na diretoria do Banco Central no início do governo Costa e Silva; a escolha de dr. Octávio Gouvêa de Bulhões para o Ministério da Fazenda e o convite feito ao entrevistado e a Dênio Nogueira para a Carteira de Redesconto e para a presidência da Sumoc (1964); acumulando a diretoria da Carteira de Redesconto com a Carteira de Câmbio (governo Castelo Branco); pressões contra o andamento do projeto do Banco Central (1964); a questão do depósito compulsório; retrocesso do Banco Central com a criação da conta de movimento..... p. 5-43

2ª Entrevista: 28.09.1989

O Banco Central na mudança de governo de Castelo Branco para Costa e Silva: a nova administração e a insatisfação do Banco do Brasil; concessões feitas ao Banco do Brasil na fase de implantação do Banco Central; como diretor da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil e da Caixa de Mobilização Bancária; comentários sobre o papel da Carteira de Redesconto; transferência da Carteira de Redesconto do Banco do Brasil para o Banco Central; a transferência de funcionários da Sumoc e do Banco do Brasil para o recém-criado Banco Central do Brasil; dificuldades na administração da Carteira de Redesconto e o apoio do ministro da Fazenda dr. Octávio Gouvêa de Bulhões; os principais problemas enfrentados na direção da Carteira de Redesconto: a questão da taxa de juro, inflação, distorções tarifárias, câmbio, balanço de pagamentos, explicações ao FMI, a lei da usura, introdução da correção monetária; o controle de crédito e a falência ou crescimento de algumas instituições financeiras; comentários sobre a qualidade do banqueiro brasileiro; o Banco Central e a Bolsa de Valores; necessidade de criar o Banco Central durante o governo Castelo Branco; comentários sobre negociações e rompimento com o FMI (governo Kubitschek); relação crise–desenvolvimento; a questão da dívida externa e dos juros internacionais; atrito entre o Banco do Brasil e o Banco Central motivado pela questão da conta de movimento e da base monetária..... p. 43-81

3ª Entrevista: 05.10.1989

O Banco Central, o Sistema Nacional de Crédito Rural e o Fundo de Fertilizantes; como presidente da Associação dos Bancos de Investimento combatendo a idéia de criação de um banco de comércio exterior; comentários sobre banco privado e banco estatal; interferência política no Banco do Brasil e a resistência dos funcionários; o Banco do Brasil como formador de uma elite profissional; a questão do crédito rural; orçamento monetário, open market, depósito compulsório e redesconto; redução ou expansão da base monetária no Banco Central; o controle do mercado de capitais pelo Banco Central e a posterior criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM); papel do ministro da Fazenda no Conselho Monetário Nacional e a formulação da política monetária p. 81-101

1ª Entrevista: 21.09.1989

E.R. – Dr. Casimiro Ribeiro, a gente podia começar, primeiramente, localizando essa entrevista através de notícias biográficas que o senhor nos fornecesse sobre a sua pessoa: nome, data de nascimento, local de nascimento, um pouco de suas origens.

C.R. – Pois não. Eu nasci em 19 de outubro de 1922. Registrado em Joinville, Santa Catarina, mas com seis meses de idade fui levado por meu pai para Porto Alegre, onde fui criado até a idade de 13 anos, 13 para 14 anos, quando fui trazido pelo meu pai e pela família para o Rio de Janeiro. E aqui tenho vivido até hoje. Comecei a minha carreira profissional no Banco do Brasil, por concurso – concurso externo -, aos 19 anos. Tomei posse em maio de 1942. Eu tive sorte porque fui designado, desde logo... Pela minha classificação, fiquei no Rio de Janeiro; não fui mandado para agência. E pude, de certa forma, numa certa faixa de escolha, ficar na direção geral – direção geral ligada à diretoria do Banco do Brasil, que era no Rio de Janeiro, já na rua Primeiro de Março. Nessa direção geral, para minha sorte, vamos dizer, profissional, havia vagas, e eu fui designado para a Seção de Estatística e Estudos Econômicos da direção geral, que era a que preparava as estatísticas do Banco do Brasil, que preparava o relatório anual do Banco do Brasil. Não só a parte de análise geral da economia, mas as atividades do Banco do Brasil. É o departamento que era, então, Seção de Estatística e Estudos Econômicos. Tinha uma boa biblioteca, que, para a época, era excelente: tinha os clássicos todos, tinha tido... Depois, alguns anos mais tarde, o professor José Nunes Guimarães, que era professor veterano e prestigiado da antiga Faculdade de Economia, aqui do Rio de Janeiro, depois incorporada...

E.R. – O senhor fez Faculdade de Economia?

C.R. – Não, fiz mais tarde. Eu fiz de direito, porque não havia a profissão de economista. Na época, a parte de economia era uma extensão do curso de contador. Havia dois anos de administração financeira opcional para quem tivesse o curso de contador. Não tinha reconhecimento...

E.R. – Legal.

C.R. – Legal. Não era considerado grau universitário. E eu, então, resolvi tirar o curso de direito. Dentro de três ou quatro anos, travei conhecimento com o dr. Gudin, que era engenheiro, e só fui estudar economia em níveis já de pós-graduação. Isto lá pelos idos de 1955. Mas eu preferi tirar o curso de direito, embora estudando economia todo o tempo.

Eu me lembro que mais tarde, pulando um pouco, em 1956, quando o professor Eugênio Gudin, em julho de 56, fez setenta anos... Vejam: setenta anos em julho de 1956. E foi aposentado compulsoriamente na Faculdade de Ciências Econômicas da antiga Universidade do Brasil. Ele foi jubilado junto com o Ferreira Neto, que era o substituto dele. E ele, então, indicou o Roberto Campos, que era diplomata, e eu, que era bacharel em direito e tinha curso de pós-graduação na *London School* – alguns cursos isolados -, como professores. Então, passei a lecionar, por designação do dr. Gudin, "Moeda e crédito"; primeiro ano, a parte de teoria de moeda e crédito, no segundo ano da faculdade, e o Roberto Campos, "Política monetária", no terceiro ano. Então, entrei como professor, passando por direito, pós-graduação – cursos isolados, nem foi curso de mestrado nem doutorado, nada disso... A gente ia ao exterior, naquela época, para estudar uma coisa específica, que não podia estudar aqui lendo livros. Tinha um caráter mais específico. Depois de alguns anos, para pular um pouco, o dr. Bulhões e o dr. Gudin estavam muito preocupados com a criação do Banco Central. O Brasil tinha se atrasado, como todos sabem. Havia se atrasado muito. Na América Latina, os países já tinham constituído os seus bancos centrais, praticamente todos. Alguns constituíram primeiro um banco oficial, com algumas funções de operação diretamente junto

ao público, mas depois foram transformados em banco central, e o Brasil... Isso aconteceu, por exemplo, depois da Conferência Monetária Internacional de 1920, onde saiu uma recomendação para que os países criassem um banco central, dada a importância da...

P.R. – Em Bruxelas?

C.R. – Em Bruxelas, exatamente. Então... Mas isso, no Brasil, teve as suas repercussões, mas havia o Banco do Brasil. Este é o grande problema, porque as funções de banco central foram criadas isoladamente, ou em órgãos isolados, ou, principalmente, no Banco do Brasil. Isso na década de 20 era natural, em 30 ainda passou, mas nós chegamos na década de 40 e o Brasil era dos poucos, talvez o único país importante, que não tinha um banco central.

E.R. – O Banco do Brasil misturava as funções de banco de fomento e de banco...

C.R.- É, de banco comercial e tudo. E o grande problema do Banco do Brasil era que ele não queria lançar mão de nenhuma dessas funções. A tradição do Banco do Brasil era excelente. Infelizmente, mais recentemente, eles têm entrado aí numa atitude política contundente, violenta. Mas a tradição é de primeira do Banco do Brasil. Eu fui funcionário do Banco do Brasil durante muitos anos e posso testemunhar. O concurso era externo, não tinha influência política – a rigor não tinha influência política – e era uma seleção muito grande. E era um pessoal de um espírito público muito grande e capacidade de liderança. Na época, já exerceram mais liderança do que hoje, não é? Mas era muito importante. Eu segui até de perto... Para fazer justiça a eles, porque eles ficam muito tristes... Inclusive quando eu, da velha guarda, digo que sou a favor de um banco central puro, eles não compreendem isso. Acham que eu estou traindo a classe...

E.R. – Dr. Casimiro, eu gostaria... Esse assunto, realmente, é fundamental, inclusive nós vamos voltar... Eu quero fazer só uma perguntinha, voltando atrás. Nós sabemos que um grupo fundamental, digamos assim, estava por trás da criação da Sumoc, do Banco Central – os chamados sumoquianos. Como é que o senhor conhece, como o senhor trava os primeiros contatos com o professor Eugênio Gudín, que seria uma espécie de um patriarca desse...

C.R. – E Bulhões.

E.R. – E o dr. Bulhões.

C.R. – Porque o dr. Bulhões, eu acho que ele foi dos primeiros que publicaram um opúsculo, um documento, sobre o Banco Central do Brasil. Eu o tive durante muitos anos e perdi – nas mudanças. Ele é capaz de não ter. Mas eu me lembro. E apresentou numa conferência internacional latino-americana, falando sobre o problema do Banco Central, especificamente. Então, eu me lembro muito dos dois, porque eu entrei em contato... Mas falando do grupo. A origem do grupo, vamos dizer: dr. Gudín e dr. Bulhões – preocupados politicamente e praticamente. Praticamente, treinando gente na faculdade, aperfeiçoando a faculdade, depois levando a ser oficializada, patrocinando estágios no exterior de pessoas que eles viam, da nova geração, que tinham vocação, entusiasmo, tinham vibração pelo problema. Porque dessa gente que foi aparecendo, da nova geração, havia que selecionar dois tipos. Os que se fanatizaram, vamos dizer, se motivaram, com a idéia do Banco Central, e não se intimidaram, compreendeu, com as pressões políticas e as pressões dentro do Banco do Brasil. Porque não é sopa a gente depender de promoção por merecimento, dentro do Banco do Brasil, receber instruções de não prestigiar a tese do banco central, e continuar prestigiando. Eu conheço – é bom isso, porque é parte da história – economistas já maduros, funcionários do Banco do Brasil – um deles chegou a ministro da Fazenda -, que...

P.R. – Ovídio de Abreu?

C.R. – Não. Funcionário do Banco do Brasil.

P.R. – Ovídio de Abreu foi funcionário do Banco do Brasil.

C.R. – Não, não foi funcionário, não.

P.R. – Foi.

C.R. – Ovídio? Foi?

P.R. – Foi funcionário.

C.R. – Ah, foi, não é? Foi designação do Getúlio Vargas. Perdão, eu estava confundindo com Marques dos Reis.

P.R. – Ah, não. Ovídio de Abreu.

C.R. – Ovídio foi. [riso] Mas... Ovídio, sim. Mas eu estava falando mais recentemente, que foi o Galvêas, o Ernane Galvêas, que me confessou a autoria de um trabalho não assinado por ele e que num seminário, há uns vinte e tantos anos, foi defendida com ar de seriedade e técnica acadêmica a tese do banco central múltiplo. Banco central múltiplo. E ele não teve coragem de assinar. Anos depois me confessou que não teve coragem. Mas foi pressionado para fazê-lo. Outro elemento – esse era muito convicto – era o José Lopes de Oliveira. Ele, convictamente, defendia a idéia, escreveu um trabalho – não sei onde é que está; ele está vivo, o José Lopes, ainda, não é? – e levou a Osvaldo Aranha. E tivemos dificuldades. Nós éramos muito amigos. Ele era um rapaz respeitável, o José Lopes. Mas ele era um convicto. Eu nem diria que ele estava sendo pressionado pelos colegas. Ele acreditava: "Isso é um absurdo!" Inclusive, ele usava um argumento: criar uma nova instituição no Brasil, pois se tem uma do peso do Banco do Brasil, com funcionalismo qualificado e coisa...

E.R. – Qual era a natureza dessa pressão?

C.R. – Essa pressão era muito clara. Ela tinha medo do desprestígio do Banco do Brasil, que comessem a fazer em pedaços o Banco do Brasil: tira um pedaço daqui, tira um pedaço lá. Entendeu?

E.R. – Isso aí eram as pressões vindas dos próprios funcionários, não é?

C.R. – Dos próprios funcionários. Mas entre os funcionários que eram senadores, funcionários... Como até hoje: senadores da República, tem funcionários vereadores, deputados, ou professores, entendeu?

E.R. – O senhor crê que essas pressões, em parte, vinham também de setores da sociedade, por exemplo, os ruralistas, que estavam interessados em permanecer recebendo créditos do Banco do Brasil? E com o Banco Central esse crédito seria...

C.R. – Também. Não, pois é. Mas é mau entendimento. Eu cansei de falar, cansei de falar e doutrinar. Falei muito em *petit comité*, porque de público não dava, não dava. Mas falei muito – para desfazer o engano do Banco do Brasil. Isso é muito importante que fique registrado porque não vi escrito em lugar nenhum. Os poucos que sabem não querem comentar, não querem abrir velhas

feridas. Mas é muito importante. Foi um equívoco. Eu cansei de dizer a funcionários do Banco do Brasil, inclusive gente mais velha... Um ex-chefe meu disse: "Casimiro, eu que dei boas informações a seu respeito! Você é um jovem inteligente, estudioso; eu estou começando a me arrepender de ter dado boas informações. Você..." [risos] Mas sério, um homem sério! Porque não é um camarada que está defendendo interesse escuso. "Casimiro, você! Eu soube... Eu ainda tenho esperança que você negue. Mas eu soube que você é o cabeça."

E.R. – Como se fosse uma conspiração, não é?

C.R. – Conspiração. Ele disse: "Conspiração contra o Banco do Brasil". Eu digo: "Senta aí, ô Ruman." Era o Ruman Soares. "Senta, por obséquio."

E.R. – Ruman Soares?

C.R. – É. Ruman Soares. Esse pessoal da velha guarda. Mas ele era um homem... Que nem uma vez: "Casimiro, vou te lembrar de uma vez; uma vez, de novo. Parece que você já esqueceu, já tem idade para saber: em primeiro lugar o Banco do Brasil; em segundo lugar, o Banco do Brasil, e em terceiro lugar, o Banco do Brasil. Não esqueça isso." [risos] Então, era gente extraordinária. Era gente que, inclusive... Quantas vezes as pressões políticas mandavam dar dinheiro pra seu fulano, pra seu fulano... Eles resistiam heroicamente. Se passasse por ele, o parecer era contra, arrasava. Depois terminava o parecer do Banco do Brasil: "Entretanto, Vossa Excelência melhor dirá." [risos] Mas [inaudível] diferente. Porque o parecer era tão arrasador, inclusive do ponto de vista ético e não sei que mais, que o sujeito fica constrangido. O político que queria fazer alguma coisa no Banco do Brasil, tinha que fazer direto no gabinete, porque se viesse uma informação de baixo, vinha de tal forma, que ele não podia. Então, essa gente merece respeito, entendeu? Merece respeito. E paciência. Eu digo então: "Ruman!" – isso foram muitos casos – "Senta aí. Você com essa dedicação ao Banco, você pode prejudicar o Banco. Porque você, em primeiro lugar, não entende o que é Banco Central. Mete na cabeça. Primeiro, o Banco Central é uma instituição menor do que o Banco do Brasil, menor. Portanto, você deve ficar com medo – nisso eu estou ajudando você – é com a idéia estúpida de fazer um banco rural brasileiro." – tinha um projeto imenso, um banco rural paralelo ao Banco do Brasil.

E.R. – Isso em que época?

C.R. – Isto... Em várias épocas, mas, vamos dizer, na década de 40. Porque de cinco em cinco anos...

E.R. – A idéia...

C.R. – Aparece. Então, eu estou citando essa época. Quando é que é? Isso aqui já era mil novecentos... Não, aqui já 64; já é 64. Então, ele dizia uma coisa...

E.R. – Ah, sim, 64. No governo Goulart, ainda.

C.R. – É governo Goulart. Perdão: no Castelo Branco, quando nós estávamos fazendo a reforma. Porque aí ficou muito patente que nosso grupo queria fazer o Banco Central.

E.R. – Esse banco rural seria uma espécie de satisfação aos ruralistas?

C.R. – Não, o problema do banco rural... Não: era uma cavação para empregar gente. Compreendeu? Então, para empregar gente, satisfazer o grupo rural, mas ganhar voto, empregar gente, abrir agências. Então, seria um absurdo.

E.R. – Um banco de crédito?

C.R. – É. Um banco de crédito. Duplicar o Banco do Brasil, nomear as pessoas sem concurso. São esses os projetos de banco rural no Brasil. Então, eu dizia: "Esta é que é a grande ameaça ao Banco do Brasil." Digo e repito até hoje. Esta. Porque você criar um banco enorme, paralelo ao Banco do Brasil, isso é que é um absurdo, isso nós somos contra. Outro projeto...

E.R. – Com funções duplicadas, não é?

C.R. – Duplicadas. Ou então você divide o Banco do Brasil num banco rural. Então, o banco comercial oficial divide. Aí, você divide o Banco do Brasil. Porque, realmente, o banco misto, exceto o que se trata de Banco Central, o resto, faz sentido. O banco misto oficial faz sentido. Porque uma coisa ajuda a outra. Há certas agências do Banco do Brasil que são deficitárias na parte rural... São as operações mais feijão-com-arroz que dão lucro para as outras, compreendeu? E o Banco do Brasil faz custos médios razoáveis, consegue... Compreendeu? Tem umas que financiam as outras. O problema que ele está sentindo agora, quando se acaba o subsídio ao crédito rural. Então eu digo: "Eu sou contra!" Essa é a minha posição que repito através dos anos, que repeti semana passada – semana passada, quarenta anos depois, ainda tem que conversar. Porque inclusive tem gente nova que agora está radicalizada, não é?

Outra coisa: sou contra, também, o projeto de banco de comércio exterior. Este é mais defensável. Você vai criar um banco de comércio exterior paralelo ao Banco do Brasil? Se você não tivesse nenhum... Mas já tem a Cacex, você tem gente experiente, gente concursada. Isso vai virar cabide de emprego, compreendeu? Ou então vai dividir o Banco do Brasil num banco de crédito rural, num banco de comércio exterior, num banco comercial... Aí é que arreventa com o Banco do Brasil. Este é que é o perigo que vocês, defensores do Banco do Brasil, têm que vigiar. E nisso eu apóio. E no governo Castelo Branco, dr. Bulhões apoia, o pessoal do governo Castelo Branco... Isso já falando na época, não é? Não vamos mexer em nada disso. Agora, Banco Central é uma outra coisa. Banco Central é uma instituição *sui generis*. O Banco Central não pode ser, compreendeu, prestamista de última instância, depositário das reservas do sistema bancário, e usar as reservas para emprestar e competir. Ele não pode inspecionar – fechar banco, abrir, fechar, autorizar..., conhecer os segredos – e ao mesmo tempo ser um banco misto que vai disputar cartão de crédito na Cinelândia. Não pode: a concepção *sui generis* do Banco Central, consagrada internacionalmente – eu digo: isso não sai de moda... "Não, você está com um banco clássico, de cem anos atrás." Isso não sai de moda. A essência do Banco Central – monopólio emissor, depositário das reservas bancárias, responsabilidade prestamista de última instância do sistema financeiro... Ele não deixa quebrar o sistema financeiro; ele é responsável por isto. Não para dar dinheiro para patife, não. Para atender o sistema como um todo. Salvar os bons. Não salvar os patifes. Essa é a função... Esta não dá para banco misto. Ou Banco do Brasil... Então citei a ele o que dizia o *sir* Otto Niemeyer... E tenho repetido esse tempo todo: que aqui esteve um estrangeiro, britânico, inglês, que esteve aqui em 1931, numa missão financeira muito específica, ligada a problemas de dívidas internacionais. Mas pediram uma opinião – ele era o governador do Banco da Inglaterra, pediram uma opinião a ele, não é? "E o Banco Central, como é que faz?" E o que ele disse é lapidar, essencial; é a vantagem, inclusive, do indivíduo que vem de fora: "Se vocês têm um banco importantíssimo – diz ele em 1931 – que é o Banco do Brasil – que é banco agrícola, comercial, fazer o banco central ali dentro, podia fazer. Mas é uma pena. Porque banco central não pode ser misto. Vocês tinham que liquidar todas as outras funções, o que é uma pena. Então, eu acho que o mais fácil é criar um banco central enxuto, fora." E justamente porque ele...

E.R. – Para preservar o Banco do Brasil.

C.R. – Para preservar o Banco do Brasil. E justamente porque o Banco do Brasil faz todas as outras coisas, ele pode ser clássico, enxuto. Enxuto. Porque em certos países começam a fazer concessões, o país não tem outro banco oficial, o país é subdesenvolvido... Então começa a fazer concessão. O Brasil pode fazer puro. Justamente porque tem o Banco do Brasil para fazer todo o resto. Então, ele...

P.R. – Mas essa era a idéia central do...

C.R. – Esse era o Otto Niemeyer. Eu recortei assim, distribui para o pessoal do Banco do Brasil. Digo: "Vamos fazer um banco enxuto. E todo o mais fica com o Banco do Brasil." Agora, é inaceitável a tese do banco misto. Porque você vai fazer cartão de crédito... Aqui não tinha cartão de crédito, mas você vai fazer promissória para pessoa física e, ao mesmo tempo, você entra num banco e pode inspecionar. "Não, vai ser um departamento separado." Então veio a tese de que era departamento separado. Mas se tem um departamento separado dentro do Banco do Brasil e os funcionários estão fazendo rodízio lá dentro – está funcionando dentro do Banco do Brasil –, que independência, que autoridade tem? Inclusive, se for o Banco do Brasil... Como é que o banco central pode estar dentro do Banco do Brasil...

E.R. – Se autovigiar, não é?

C.R. – Não dá, minha gente. Vocês são gente da primeira categoria. Mas há uma compatibilidade ética e técnica insanável. Quer dizer, isso aí... Essa aqui, a gente briga até o fim, mas aqui não há compromisso político. Em tudo mais. Não vamos fazer banco rural, porque é cavação. O Banco de Crédito Cooperativo foi um fracasso; fizeram, à revelia do Banco do Brasil. Quebrou, entendeu, cheio de cabides de emprego... Está agora o Banco do Brasil... Crédito cooperativo... O Banco do Brasil tem esse serviço, muito superior. Inventaram um banco de crédito cooperativo, foi um desastre: corrupção, quebradeira e tudo mais. E esta, em suma, é a essência. Mas a dificuldade de convencer essa gente... Era um pânico.

E.R. – Dr. Casimiro, essa discussão era generalizada, ou era só a nível de diretoria?

C.R. – Não. A discussão, a gente procurava esclarecer. Essa discussão foi feita no correr do tempo, compreendeu? Já existia na década de 40, esquentou na década de 50... Mas toda vez... O problema é que não havia os meios de comunicação que hoje temos para falar para todo o funcionalismo. Compreendeu? A gente falava com as lideranças.

E.R. – O senhor diz a gente, quem?

C.R. – Nós. Então: eu, mais algumas pessoas, o dr. Bulhões... Então, começaram, então, de certa forma, as... as táticas de...

E.R. – Dr. Bulhões como funcionário do Ministério da Fazenda?

C.R. – Da Fazenda. Então, o dr. Bulhões, que era o chefe da assessoria econômica do ministro da Fazenda em mil novecentos e quarenta e poucos, quando eu comecei... Comecei a fazer, com 19 anos, um trabalho estatístico básico, aprendi muita coisa, compreendeu? E depois fui passando para a área econômica e, a folhas tantas, comecei a freqüentar o Ministério da Fazenda para apanhar dados, apanhar dados estatísticos. Inclusive, a estatística bancária era feita no Ministério da Fazenda.

Tinha o serviço de holerite, a única coisa de computação que existia naquela época, que estava começando. E o dr. Bulhões era o chefe da Seção de Estudos. E eu, então, fui visitá-lo, ele me recebeu muito bem. E, de vez em quando, eu fazia uma visitinha a ele. E ele gostou muito de mim. E aí eu peguei a mania de Banco Central com ele. O dr. Bulhões já... É realmente o grande pioneiro, porque ele estava no governo. O dr. Gudin era do setor privado. O dr. Bulhões, o funcionário público. Então, junto aos ministros... Porque a atuação do dr. Bulhões é, nos bastidores, extremamente importante. Culminou com a criação da Sumoc. Como é que culminou? Culminou, na década de 40, com a criação da Sumoc. Veja: com aquela oposição à criação de um banco central, todo projeto que batia do Congresso ou que circulava, era imediatamente esmagado pelo pessoal do Banco Central.¹ Acabava sendo o quê? Cria a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil; recria a Carteira no Banco do Brasil... Faz distribuição bancária! – no Banco do Brasil. Então, para salvar as aparências: "Não, a Carteira de Redescontos tem contabilidade própria. Dentro do Banco do Brasil, mas própria." A caixa é a mesma, é claro. Não há diferença de caixa, entendeu? Mas tudo dentro do Banco do Brasil. Ou na Fazenda. Porque a emissão, fisicamente, se fazia na Caixa de Amortização do Ministério da Fazenda – fisicamente. Mas legalmente só podia entrar em circulação através da Carteira de Redescontos, quando redescontasse legítimos efeitos comerciais, o *self liquidating paper*, compreendeu? Da tese tradicional da Banking School, de que o papel se paga e, portanto, não há inflação. Porque o papel emitido para uma atividade econômica sazonal, o dinheiro volta ao Banco Central, o Banco Central elimina, compreendeu? E serviu a uma flexibilização do meio circulante. Muito bem. Dr. Bulhões, ao apagar das luzes da ditadura do Getúlio Vargas, 45, depois da guerra, teve que apagar do poder, em fins de fevereiro – se eu estou me lembrando bem. Em fevereiro ele conseguiu com o Sousa Costa, que era o ministro dele – ele era assessor do Sousa Costa –, a criação da Sumoc; decreto-lei.

P.R. – Não. Foi junho.

C.R. – Fevereiro. Sumoc é fevereiro. Se bem me lembro: fevereiro... É sim, fevereiro. Ficou na minha cabeça fevereiro. Mas o senhor pode conferir isso aí.

P.R. – É. Não, mas eu já li que foi em junho.

C.R. – Hein? Não. Sumoc?

P.R. – É. Junho de 45.

C.R. – Não. A gente pode conferir isto.² Mas em todo o caso, é fevereiro. Não digo o dia de fevereiro. Mas que é fevereiro, é. Seguramente é na fase em que o Getúlio ainda tinha poder de decreto-lei. E o dr. Bulhões, que sabia que ele tinha perdido as batalhas no Congresso, nas assessorias, de criar um banco central, dada a oposição do Banco do Brasil, ele, ao lado do poder...

E.R. – O Banco do Brasil fazia pressão via Congresso?

C.R. – Fazia. Fazia.

E.R. – Porque tinha seus funcionários, como o senhor mesmo disse...

C.R. – Agora, fazia com uma discrição enorme. Não era como hoje, que saem para a rua. [risos] Não. O negócio era sutilíssimo. E o dr. Bulhões, mais sutil ainda. [risos] Levou um decreto-lei – ele,

¹ O entrevistado certamente quis dizer Banco do Brasil.

² A criação da Sumoc se deu pelo Decreto-Lei 7.293, de 2 de fevereiro de 1945.

que é um espírito democrático [riso] –, levou um decreto-lei, ao apagar das luzes da ditadura, e obteve o núcleo do Banco Central. E não pôde chamar Banco Central, porque senão nem esse decreto saía. Chamou Superintendência da Moeda e do Crédito – embrião do futuro Banco Central. Aí publicou. O Banco do Brasil não o perdoou por isso, não. Como solução, temporização, e, claro, como transição, a Sumoc funcionaria com contrato de administração do Banco do Brasil. Passou a ser administrada pelo Banco do Brasil.

E.R. – Por que não saiu logo um banco central mais puro, digamos assim?

C.R. – Não tinha elementos políticos para isso.

E.R. – Nem técnicos, talvez?

C.R. – Técnicos, tinha.

E.R. – Tinha. Tinha equipe, tinha profissionais?

C.R. – Tinha. Tinha. A equipe tinha que vir do Banco do Brasil, para começo de conversa. [riso] Que era o único órgão que... [inaudível] encontrava um, dois... Eu, em 45, era muito jovem. Já estava há três anos no Banco do Brasil, mas não dava para... O pessoal que seria a velha guarda de inspetores, de contadores, e alguns economistas antigos, esse... todos se perfilavam. Então, o pessoal que era indispensável para voar... Então a solução do dr. Bulhões é brilhante. Criou... Então, o Banco do Brasil: "Então, se é aqui dentro, muito bem." – encheu de funcionários dele. E os funcionários do Banco do Brasil tomaram conta da Sumoc.

[FINAL DA FITA 1-A]

E.R. – Independência real não havia, nesse início?

C.R. – Não havia. Mas teria a lei, houve a lei. E outra coisa: foi criado um instrumento de banco central fundamental, um dos três fundamentais de política monetária, de depósito compulsório dos bancos comerciais. Foi criado no Brasil, pela primeira vez, depósito compulsório; a ordem da autoridade monetária de bancos. Foi esse Decreto-Lei. Foi um reboliço na área dos bancos tradicionais. Isto era invenção americana, invenção americana. O dr. Bulhões copiou lá do Federal Reserve. Porque a maioria dos bancos centrais tinha coeficiente de liquidez obrigatório, global. Como o Banco Central é o centro, é o fulcro do sistema de pagamento, os bancos, naturalmente, sempre guardaram com o Banco Central a sua caixa.

E.R. – Guardaram não compulsoriamente.

C.R. – Não compulsoriamente. Agora, o depósito compulsório junto ao Banco Central é inovação americana, compreendeu? Mais americana.

E.R. – Quem administrava esse fundo?

C.R. – Bom, essa é uma grande pergunta. E o dr. Bulhões, então, ficou de olho, do lado de fora, olhando o cumprimento. Ficava na caixa do Banco do Brasil. Então, o que acontecia era o seguinte – uma grande perversão, distorção desse instrumento. Acontecia o seguinte: quando o banco, a autoridade, aumentava o depósito compulsório... vem um surto inflacionista, o governo está em déficit, então tem que contra-atacar a expansão monetária provocada pelo déficit. Então, aumenta o compulsório dos bancos, para os bancos não poderem multiplicar o efeito monetário da expansão

monetária básica. Muito bem. Então, os bancos todos depositavam na Sumoc, cuja caixa era do Banco do Brasil. O Banco do Brasil estava dispensado de recolher à Sumoc. Ou melhor: não, ele tinha um recolhimento simbólico e ficava com ele também. Como o Banco do Brasil, sendo um banco importante, tendo acesso ilimitado, praticamente – limitado apenas à boa qualidade do papel agrícola que tivesse -, ao redesconto, ele não precisava ter um coeficiente igual ao dos bancos de liquidez própria, um encaixe. O encaixe do Banco do Brasil, percentual, era mínimo. Então, a seguinte perversidade, extorsão, ocorreu: quando se aumentava o compulsório, aumentava a caixa do Banco do Brasil. E como o Banco do Brasil tinha um coeficiente mais baixo de liquidez, normal, ele emprestava...

E.R. – Expandia.

C.R. – Expandia. Então o aumento de compulsório resultava em expansão. [risos] O que é uma caricatura, uma piada.

P.R. – O compulsório é feito através da Carteira de Redescontos?

C.R. – Não, não. Os bancos depositavam no Banco do Brasil, à conta Sumoc do Banco do Brasil. E o Banco do Brasil fazia a compensação de cheques, sempre fez a compensação de cheque, compreendeu? E os depósitos voluntários permaneceram no Banco do Brasil. Criou-se a Sumoc, mas os depósitos voluntários e o serviço de compensação continuou no Banco do Brasil. Os compulsórios é que eram fora. Fora, mas dentro. Até que um dia, o dr. Bulhões voltou de novo ao poder – isso já foi em 61, se não me engano...

E.R. – É a conta conjunta?

C.R. – Não, não. Essa é outra história. Essa é outra história que eu denunciei aí, já. Não. Esta é o seguinte: é a caixa própria da Sumoc. Ele baixou uma resolução que se pegou de novo... Aí, como diretor da Sumoc, em 61, nomeado pelo dr. Mariani e por Jânio Quadros. Eu estava lá ainda, então fui; fui como chefe de departamento [riso]...

E.R. – Foi Café Filho e Jânio, não é?

C.R. – Hein?

E.R. – Ele foi diretor da Sumoc com Café Filho e com Jânio, se não me engano.

P.R. – E com João Goulart.

C.R. – Sim, sim. Ele foi duas vezes.

E.R. – E continua no período parlamentarista.

C.R. – Continuou. Depois, voltou com o Jânio.³ Porque no Café Filho, o dr. Gudin foi o ministro da Fazenda e, claro, convocou o dr. Bulhões para a Sumoc. E eu lá estava, no Departamento Econômico. Colaborei nessas fases todas. Em 61 idem.

³ Octávio Gouvêa de Bulhões foi diretor executivo da Sumoc de agosto de 1954 a maio de 1955, durante o governo Café Filho. Retornou à mesma função no governo Jânio Quadros, em fevereiro de 1961, lá permanecendo até dezembro de 1962, já no governo João Goulart.

E.R. – Deixa eu interromper um pouquinho o senhor: o senhor vai para a Sumoc em 1953?

C.R. – Eu vou... 52, 53. É isso mesmo.

E.R. – E fica até?...

C.R. – Eu fiquei no Departamento Econômico... Aliás, na Seção de Estudos Econômico-Financeiros, depois transformada em Departamento Econômico do Banco Central – na direção geral, compreendeu? A Sumoc, nesta fase... Em 1945, foi criada; até 1950, 52, ela ficou muito *dormant...*, potencial. E o Banco do Brasil continuou com influência apreciável, através da sua direção geral; o presidente do Banco do Brasil com muito prestígio com o presidente da República, sempre. Mas eu já, na base de... de técnico, de economista, cooperando com o dr. Bulhões, já não muito dentro do espírito que seria o ideal do Banco do Brasil, mas havia muita coisa em comum. E já estávamos...

E.R. – O senhor era um funcionário do Banco do Brasil emprestado, ou teve que romper com seu vínculo original?

C.R. – Não, não. Bom, em 53 eu fui emprestado à Sumoc. Era considerado como se estivesse trabalhando no Banco do Brasil – para promoção, para tudo, férias, remuneração. Fui emprestado. Esperava-se de mim que eu lá dentro fizesse o jogo do Banco do Brasil: não deixar aquilo crescer. E a minha atuação foi perversa, no sentido de que eu não fiz outra coisa lá dentro a não ser trabalhar para a criação de um banco central. [riso] Procurando sempre tranquilizar o pessoal do outro lado que o Banco Central não é ameaça para vocês. "Ameaça é Banco do Estado de São Paulo, ameaça é Banco de Crédito Rural que querem criar... O Banco Central não é. O Banco Central é outra coisa. Vocês não entenderam! Vocês não entenderam. É um equívoco imenso, imenso. Agora, os dois juntos não dá, porque isso é imoral. Você não pode ter autoridade moral com os bancos se você conhece os segredos, se você pode fechar um banco, se você tem o direito de ir lá e olhar os arquivos e usar isto, ou ficar com esse conhecimento na cabeça e competir em todas as áreas. Em todo o resto, vocês estão certos. Nisso, vocês não estão. Você tem que desistir de ser banco central. Ou você liquida – o que é um absurdo – todos os departamentos que são incompatíveis com a função de banco central." Ia liquidar a Carteira de Comércio Exterior... É o que o velho Otto Niemeyer já tinha dito; um estranho, com duas semanas no Brasil, viu o óbvio, não é? Mas eles não aceitaram até hoje! Hoje fazem greve e ainda lembram esse problema: "Foi um erro criar o Banco Central." Quer dizer, esse problema existe até hoje.

E.R. – O *esprit de corps* era a grande questão, não é?

C.R. – E mais difícil, porque era gente muito boa. Era gente que você tinha que, inicialmente, antes que pudesse formar gente no Banco Central, você tinha que tirar de lá. Ia levar anos para formar gente de nível mais graduado. E, de fato, tiramos de lá. Então, você tinha que selecionar dentro do Banco do Brasil os que acreditavam em banco central, em primeiro lugar. Segundo, os que estavam dispostos a brigar e serem chamados de traidor e não sei que mais. Isso é muito do Brasil, mas é muito a... É a explicação nossa, compreendeu? E que até hoje... Então – eu vou chegar mais adiante depois – tentou-se reabsorver o Banco Central dentro do Banco do Brasil, depois que ele foi criado.

E.R. – Ainda se fala até hoje. Na campanha presidencial se trata disso.

C.R. – Eu lancei essa briga da conta de movimento – quem inventou fui eu, compreendeu? Depois que a briga tinha pegado, levou três anos para pegar, aí deixei andar sozinho, não me meti mais nisso. Mas quem inventou essa história da conta de movimento fui eu. Fui eu quem denunciou. Mas veja só, é ridículo. Quer dizer, o Banco Central, depois de criado por lei, num governo forte,

entendeu, e ainda num outro governo militar, e com Mário Simonsen lá, compreendeu... O Mário Simonsen tem uma dificuldade tremenda de enfrentar a hostilidade ao Banco Central da parte do Banco do Brasil. Então, nós tivemos, quer dizer, a contemporização.

Ah, me lembro o seguinte – acho que cabe aí, porque ainda são os prolegômenos, a parte antes de criar o Banco Central, que é menos conhecida. Por exemplo: veio o parlamentarismo, depois de 62, 63. Parlamentarismo. Muito bem. Eu estava encostado, porque meu ramo... O Goulart, não sei que mais, uma confusão danada, e eu estava um pouco encostado. Numa segunda fase, depois, veio o San Tiago Dantas. Eu fui convocado pelo San Tiago Dantas, com Roberto Campos e Marcílio Marques Moreira – que hoje... –, para ser assessoria dele, de primeiro impacto, junto com Otávio Dias Carneiro, já falecido. A turma de impacto dele, para negociar no exterior e tudo mais. Mas antes disso, a coisa ficou na base de Jango, Jango, Jango, compreendeu? Ele olhava o pessoal da Sumoc com desconfiança e coisa. Então, eu fiquei meio encostado por algum tempo.

E.R. – Quer dizer que a Sumoc não foi prestigiada no governo Jango, em absoluto.

C.R. – Não, na medida em que, vamos dizer, o próprio Banco do Brasil estava com o pé em cima e sentia que ela queria crescer para o Banco Central.

E.R. – O Banco do Brasil aproveitou o governo Jango para...

C.R. – Para botar o pé em cima.

E.R. – Mas o senhor não fez... No Plano Trienal, a parte monetária, não foi o senhor que fez?

C.R. – Foi.

E.R. – Não foi uma espécie de prestígio à Sumoc, ou foi a título quase de colaboração?

C.R. – Foi... Aí, pulando um pouco à frente – eu vou voltar de novo. Nós pulamos um pouco. Ainda no Jango. Vamos dizer... O Jango, aí, presidente, não é? É a última fase, não é? Jango eleito presidente, não é? Eu não cheguei lá. Quer dizer, o presidencialismo do Jango. Eu estou ainda no Jango com poucos poderes na...

E.R. – No regime parlamentarista.

C.R. – Misto, não é? À moda brasileira. Mas vou chegar lá. Então, aconteceu uma coisa extremamente interessante. O Brochado da Rocha foi convocado, como tertius. Era um professor universitário de Porto Alegre, não é? Então... É um homem sério, estudioso, de prestígio. Nessa hora em que os políticos não se entendem, eles põem um homem sério, compreendeu? É o, vamos dizer, sem querer comparar muito, dr. Bulhões de Porto Alegre, compreendeu? [risos] Então, um homem sério. E ele mandou me convocar. E eu fui numa mesa, lá, nunca mais esqueço – era o Cibilibis Viana, que é o...

E.R. – Assessor do Brizola.

C.R. – Do Brizola. E todos... uns caras... uma turma... Inclusive alguns vindos do Rio Grande do Sul e tudo mais. E ele disse: "Quem é o representante aqui da Sumoc?"⁴ – ele falava assim, como Jânio, Jânio Quadros. Disse: "Ah, é o senhor? Como é o seu nome? Dr. Casimiro? Ah, sim. O senhor me diga. Tenho dois projetos, duas idéias. Eu sei que o senhor, dr. Bulhões etc., não pensam em outra

⁴ O entrevistado enuncia detalhadamente as sílabas.

coisa senão o Banco Central." [risos] "Já me alertaram para isto. E eu não sou nada contra, acho que a idéia é... Mas aqui o Cibilis acha que a coisa é diferente. Nós temos que criar bancos estatais importantes. Banco disso, banco daquilo, banco daquilo..."

E.R. – Quem é que estava falando?

C.R. – O Brochado da Rocha. "E aqui o Cibilis, então..." E eu num ambiente muito sem conforto, porque eu estava jogado num canto. Fui chamado, vou lá: "Sim, senhor." Ele disse: "Dr. Casimiro, o senhor se incomoda se eu der a palavra inicialmente ao Cibilis? Porque ele está muito entusiasmado com um projeto de reforma que está me parecendo diametralmente oposto ao seu. O seu é o Banco Central e ficamos por aí. Está de acordo?" "Estou de acordo. Perfeitamente." E o Cibilis, então, puxou duas resmas de papel onde se dizia: estatizar isso, estatizar aquilo, estatizar aquilo, estatizar, estatizar, estatizar o sistema bancário... Criação do Banco Nacional de Crédito Rural, Banco Nacional de Crédito Hipotecário, Banco Nacional de Crédito Industrial, Banco Nacional... Aí, eu digo: "Ih, mas que coisa! Uma superestatização. Isso vai empregar gente, não vai funcionar. Não vão fazer. Vamos voltar há quarenta anos atrás. Vai ser..." Mas o Cibilis muito convicto daquele negócio. E ele disse: "E então, dr. Casimiro? Ah, uma coisa, dr. Casimiro, para o senhor – porque o Cibilis me disse que ele se inspirou no sistema italiano, corporativo... O senhor estudou o sistema italiano? Porque eu gostaria que o senhor me desse uma opinião sobre... Porque eu estou achando esse negócio meio grandioso." E eu comecei a puxar pela memória... Eu tinha lido sobre tudo que era sistema bancário, eu tinha lido. Mas o italiano, compreendeu, eu tinha lido há bastante tempo. Eu comecei a ganhar tempo, puxando pela memória. Eu digo: "Ah, muito bem, o sistema italiano. Muito bem." Eu digo: "Olha, eu acho um sistema antigo, já. Vem da década de 30, compreendeu? E começou..." Aí, me deu um estalo. Eu digo: "O sistema ainda, até hoje, está suavizado, mas ele é essencialmente fascista. Corporativista, o senhor disse muito bem, fascista. Do fascismo." Aproveitaram a recessão, a Grande Depressão, que quebrou os bancos particulares, eles entraram, salvaram os bancos, estatizaram, e não voltou mais. E foi um instrumento do fascismo muito grande. De modo que eu digo: "Olha, eu não simpatizo muito com instituições fascistas." Ah, o...: "Mas Cibilis, tu que tens ódio aos fascistas, mas tu me apresentas uma reforma bancária fascista. Pelo amor de Deus!" Cibilis não se recompôs mais. Não se recompôs. Eu digo, parece que essa... Quando eu pensei que tinha perdido... "Dr. Casimiro, vamos ouvir o seu." Eu digo: "Bom..." Ele: "Que pensa o dr. Bulhões?" Eu digo: "Estou todo dia com ele. O que ele pensa é que a Sumoc foi criada para isso e deve evoluir para o Banco Central." "Mas Sumoc? Por que este nome, Sumoc?" Eu digo: "Aí, o problema... Eu direi agora, não falando por dr. Bulhões: eu manteria o nome e não falaria em bancos centrais." Porque a questão era a seguinte: discutia-se a delegação de poderes para o Executivo fazer as reformas. Então, o Legislativo dá grandes pinceladas. Como hoje seriam as leis complementares, na Constituição. E o Executivo tinha certa amplitude para fazer a legislação. Eu digo: "É a nossa oportunidade de vender o peixe do banco central." Ele disse: "Mas então, o que o senhor acha?" Eu digo: "Esses bancos estatais... O Banco do Brasil já existe e enfim, eu gosto muito do banco, já está fazendo tudo isso, o pessoal vai ficar assustado com essas idéias de bancos estatais. Eles já estão assustados com a discussão do banco central! O senhor vai ter uma oposição no Banco do Brasil a essas idéias do Cibilis." Ele disse: "Cibilis, tu estás em dia de má sorte hoje, hein. Barbaridade. Eu querendo te agradar... Porque afinal eu não conheço o pessoal daqui. Dr. Casimiro, me apresentaram agora. Mas, olha, receio que ele tenha razão. Vamos fazer uma coisa mais simples. E essa superintendência?" Eu digo: "Olha, o senhor não precisa nem falar em Banco Central. O senhor dá uma delegação de poderes ao governo para transformar a Superintendência da Moeda e do Crédito no Banco Central..."

E.R. – Isso eram as leis delegadas?

C.R. – Eram as leis delegadas. Projetos de leis delegadas, compreendeu? Que o Congresso não chegou a delegar. Fazer o projeto.

E.R. – Essas leis eram delegadas por assuntos específicos, não é? A pessoa pedia a lei delegada para aquele assunto, não é?

C.R. – Assunto específico. Assunto específico. Para isso, para reforma disso, reforma do ensino...

E.R. – O Congresso delegava poderes ao primeiro-ministro, que podia legislar para aquele assunto, não é?

C.R. – Para aquele assunto. O que é uma idéia inteligente, uma idéia interessante – se o miolo estivesse certo, não é? Então, eu disse: "Mas, olha, então, o senhor não precisa nem falar em Banco Central. A Sumoc passa a ter patrimônio próprio, desvincula-se do Banco do Brasil, incorpora a Carteira de Redescontos e Caixa de Amortização Bancária. Carteira de Redescontos que é redesconto, função básica do Banco Central, que está funcionando como órgão independente dentro do Banco do Brasil também. Hoje, uma função de banco central – eu disse para ele -, que é desempenho de depósito compulsório. A função emissora está na Caixa de Amortização, fisicamente."

E.R. – Depósito compulsório não existia?

C.R. – Existia, mas dentro do Banco do Brasil. Os compulsórios. Então, o compulsório passa a ser compulsório mesmo, na caixa própria da Sumoc. Ela passa a ter patrimônio próprio, incorporando as operações que já tem. E a Carteira de Redescontos sai do Banco do Brasil e se incorpora, com seu patrimônio, com suas operações, à Superintendência da Moeda e do Crédito, que passa a ter funções, então, de emissão – que saem da Caixa de Amortização e passam a ser da Sumoc. Compreendeu? A Carteira de Redescontos se incorpora à Sumoc. Eu digo: "No fim da lista, é o Banco Central!" Eu digo: "Depois, o senhor muda o nome: onde se lê..." Compreendeu? "Faz uma outra lei: 'onde se lê Superintendência da Moeda e do Crédito, leia-se Banco Central do Brasil.' Mas se o senhor falar em Banco Central, essa sua delegação de poder não sai. Minha convicção. Pela minha experiência. Então, não muda a cereja do bolo. Deixa todo o resto. Porque o que é o Banco Central? São essas funções." [inaudível] um parágrafo também: "O senhor põe um parágrafo dizendo que as funções internacionais que hoje estão na Carteira de Câmbio do Banco do Brasil, numa segunda etapa, a Sumoc se organizará para receber as reservas internacionais." Era o que ficava faltando, era o Banco Central na área internacional. Mas isso era o ponto de vista do banco. Mas ele não queria conversar. Embora ela sempre operasse por conta e risco do Tesouro – a Carteira de Câmbio. Sempre.

E.R. – Até então essa contradição que o senhor apontou ainda existia. Quer dizer, havia o depósito compulsório, que era recolhido, porém o Banco do Brasil tinha acesso a essa conta e expandia.

C.R. – Era depositário. Era o depositário.

E.R. – Até Goulart, essa contradição existia.

C.R. – Existia. Porque existiu até 64. Então, ele me perguntou: "Mas e aí, mas vamos constituir uma comissão... E conta aí, o senhor... O senhor vai ficar encarregado disso. Eu estou vendo que o senhor está por dentro do assunto e o senhor... Quanto tempo? Eu lamento, porque eu vou lhe dar muito pouco tempo para..." Eu digo: "O senhor me dá uma datilógrafa, compreendeu, e uma hora para redigir, uma hora para corrigir, eu lhe dou isto." Disse: "Bom, mas isso é bom demais. Por quê?" "Porque a lei delegada, como o senhor mesmo recomendou, é uma lei sintética, de aspectos gerais.

São duas páginas datilografadas. E o assunto está na minha cabeça há muito anos. E vou dar uma palavra com o dr. Bulhões, para conferir duas ou três coisas, porque já sei, inclusive, as idéias dele. Eu sento aqui, está pronto." "Isso é formidável." "É, é lei delegada. Se eu fosse redigir uma lei do Banco Central, eu diria: em primeiro lugar, não posso fazer sozinho. Segundo, o senhor dá três meses para uma comissão, compreendeu? De muita gente dar palpite e ouvir muitas coisas. Essa vai ser a lei do Banco Central. Mas lei delegada, delegação, é indicativa. Essa, eu faço." E fiz. E foi essa que saiu, historicamente – está nos arquivos -, a que eu redigi, *ipsis litteris*, não mudaram uma vírgula. Mas o azar é que mudou o parlamentarismo, mudaram... Saiu o Brochado da Rocha, então... E essas leis delegadas não saíram. Não pegaram. E mais essa tentativa. Já tinha...

E.R. – Quer dizer que chegou até na... na boca do gol.

C.R. – Chegou. Saiu no Diário Oficial. O meu texto saiu como lei delegada, no Diário Oficial. Eu tinha até... Então, saiu o projeto de lei delegada – e eu já não sei mais se saiu... Projeto de lei delegada.

E.R. – Mas a mudança de Brochado da Rocha para Hermes Lima fez com que esse projeto fosse sustado?

C.R. – Não sei. Já não sei. Eu não sei, porque eu estava de fora, não participei dos bastidores. Eu fiquei de fora disso. Eu só voltei um pouco já no presidencialismo, quando o Celso Furtado foi nomeado ministro e reuniu uma equipe para redigir o plano, redigir o plano de ação. E, de fato, eu aceitei uma incumbência de redigir o capítulo de moeda, banco, crédito e reforma bancária, onde voltaram esses peixes todos, compreendeu? Sendo que a modificação que o Celso fez... Modificação, não: a especificação – que já era na parte não institucional mais, mas na parte de formulação de política monetária, em que ele diz: "Não se usará... Os meios de pagamento serão controlados de forma a acompanhar os preços." Compreendeu? Acompanhar os preços. Porque ele tinha medo de uma política deflacionista. Isso é a modificação dele. O resto é meu, de fato. E eu ainda ponderei: "Ô Celso, cuidado, hein, porque é assim que se faz hiperinflação." Compreendeu? Porque os *lags* são muito grandes. Então, você não pode dizer o que vem primeiro, o que vem depois. Você pode ver que... Você decreta um aumento de salários absurdo, que a economia não pode pagar. O aumento de preço vem antes. Agora, sem expansão monetária não se confirma o processo inflacionário. Então, você está muito preocupado em confirmar a alta de preço, para não deflacionar. Você pode chegar a um ponto – esse é o dilema do não monetarista – [riso] em que se aumentar 1.000% num dia, você tem que dar expansão monetária de 1.000% num dia, porque senão deflaciona a economia. Nós vamos sentir esse problema agora. Porque chega um momento em que você diz: "Peraí, vamos parar, vamos frear a expansão monetária, e o resto vai começar a capotar." Mas vai. Você não pode ver a estatística da expansão de preços, dizer: "Ah, bom, então houve uma redução real da moeda. Aí, é uma expansão legítima." – é isso que leva às grandes hiperinflações. [riso] Digo: "O^ Celso, o documento é seu, você é o ministro, compreendeu, você altera. Eu não estou assinando. É muito duvidoso esse negócio." "É, mas é preciso essa cautela, porque senão aí, é monetarismo, ortodoxo..." Mas o curioso é que o Rangel é que tinha escrito o capítulo – o Inácio Rangel. E o Celso...

E.R. – O Inácio Rangel tinha escrito que capítulo?

C.R. – O de moeda e crédito e reforma. Dando o diagnóstico, aquele diagnóstico do Rangel que ficou famoso, depois da inflação e coisa, e estava muito bem escrito. Mas estava muito assim uma peça mais para um documento separado, não é? Não era uma coisa programática como... E o Celso aprovou o meu texto, com aquela modificação, e não o do Inácio Rangel. Inácio Rangel acho que não perdoou, até hoje, o Celso Furtado. [riso]

E.R. – E teoricamente o Inácio Rangel seria mais da linha do Celso Furtado do que o senhor.

C.R. – Muito mais. Muito mais. Estrutural. Muito embora...

E.R. – O senhor atribui a que, isso?

C.R. – É porque o do Rangel, eu acho que ele foi além um pouco, compreendeu, além... Entrou em considerações que talvez não coubessem, considerações de ordem teórica e tudo o mais, que não coubessem no documento. Ele já estava com aquelas preocupações de capacidade ociosa e coisa. Algumas considerações muito boas, muito boas. Mas o Celso não teve tempo para reescrever, ou pegar os dois e fazer um só; no final, ele pegou a tradição, o que já vinha, compreendeu? Com essa cautela de dizer: "Não, controlem-se os meios de pagamento até o limite da alta de preços." – ele não pode fazer uma expansão inferior ao aumento de custo, não é? Foi a única modificação que ele fez.

E.R. – Quer dizer que nesse sentido não houve ruptura. Quer dizer, no governo Goulart, digamos, nessa parte presidencialista, em que o Celso Furtado estava fazendo o Plano Trienal, não houve ruptura com a tradição, como o senhor está dizendo.

C.R. – Não, não houve.

E.R. – E nem para a frente, no governo Castelo. Porque o senhor vai estar...

C.R. – Não. Mas aí o mais extraordinário era o tempo em que o Celso era estruturalista, não é? Cepalistas.

E.R. – Quais foram as rupturas, então, desse Plano Trienal?

C.R. – Não, mas aí não. A única ruptura que podia haver, vamos dizer, seria na parte monetária – o que não houve. Na parte de câmbio, nós também não éramos pelo câmbio livre, compreendeu? Aí era uma discussão entre nós. O ideal é liberar câmbio. Mas o Brasil nunca chega a momento de você liberar o câmbio, porque o panorama comum, o quadro mais comum, é você estar sem reservas para fazer uma liberação de câmbio e agüentar. [riso] Está sem reservas. Então, o perigo de... Como existe agora, nesse momento, mais do que em qualquer outro ponto da história brasileira. Você não vai liberar câmbio agora, quando você praticamente não tem reservas. Você pode dar um choque na economia, compreendeu, fatal. O Dornbusch, por exemplo, diz, para outras circunstâncias: "Não, mas isso é um *over shooting*." Compreendeu? Dá aquele estouro, a taxa desvaloriza mais..., mas depois volta atrás um pouco e, no final, acaba encontrando o seu ponto de equilíbrio. Isso é muito bonito e geralmente funciona quando o país não tem problema cambial, tem amplas reservas. E a questão é apenas você encontrar um nível mais realista. O Brasil não pode fazer. O Brasil não podia fazer, naquela época. Então, ficamos de acordo todos. O Celso não queria liberar câmbio. Mas também nós não queríamos liberar câmbio. Na parte de desenvolvimento econômico, ele vinha do BNDE, não é? Ele vinha do BNDE. Onde foi posto pelo Roberto Campos, na diretoria, não é?

E.R. – E a questão de salário?

C.R. – Questão de salários... O Celso, eu acho que ficou no constrangimento de quem está na oposição sempre, compreendeu, criticando os monetaristas e não sei que mais, aí um dia dão o poder a ele. Um sujeito equilibrado, de bom senso... Chegou a vez. Aí, o curioso: os que ajudaram foram os monetaristas, que não lhe criaram problemas. [riso] E a turma que criou problema foi a turma

do... estruturalista. Porque era um sujeito equilibrado e de bom senso, e aquilo que estava ali no programa é o básico, elementar. É o básico, elementar. O resto é detalhe, é sofisticação. O que facilitou um pouco, vamos dizer, os diagnósticos naquela época e em outras épocas é quando você tem uma situação de tal descalabro, tão errada, que o diagnóstico é óbvio. Compreendeu? E o remédio também. Então, depois que você obteve uma certa estabilização, aí as discussões são tremendas, quanto aos refinamentos metodológicos, não sei que mais. Mas é uma situação muito difícil. Por exemplo, agora: à medida que se agrava a situação monetária, vão desaparecendo as querelas monetaristas... [risos] Vão desaparecendo. Está havendo um consenso, não é?

[FINAL DA FITA 1-B]

C.R. – E quando a situação, infelizmente, chega... Porque justamente a nossa preocupação... Mas é muito difícil você discutir, você que está no governo, compreendeu, discutir com a área acadêmica, estritamente acadêmica. Porque ela é implacável na crítica, ela exige, ela quer perfeccionismo, ela quer o *fine tuning*, a sintonia fina e coisa. E na prática o problema é inteiramente outro. Eu me lembro que eu era professor, depois que o dr. Gudin me botou lá na faculdade, e eu, de manhã cedo, dava minhas aulas. Professora Maria da Conceição Tavares, o Roberto Teixeira da Costa eram meus alunos. Gente muito boa. Carlos Lessa, Moacir Gomes de Almeida. E era um pega danado. Mas eu estava com a vantagem de estar no dia-a-dia, vamos dizer. Eu digo: "Vamos discutir o feijão-com-arroz da teoria básica e vamos ver quais são os problemas práticos." Compreendeu? Porque é muito bonito: "Libera o câmbio!" – é muito bonito. Mas o problema é quando você vai lá para a trincheira... Eu estava conversando com o Maílson outro dia. E eu sempre repito uma expressão que um americano me disse uma vez, há muitos anos. Disse: "O problema da guerra de trincheira é que você mais frequentemente recebe tiro de dentro da trincheira do que de fora." Então... O Maílson disse: "Mas é essa a minha situação."

P.R. – E era o caso do Celso.

C.R. – Era o caso do Celso. Então você acaba projetando uma imagem monetarista rudimentar – você que está lá. Por quê? Porque você está vendo que estão gastando dinheiro estupidamente, que não há o controle elementar, básico. O problema de sofisticações, de refinamentos, vem depois que você conseguir uma administração pública razoavelmente séria. E quando você vai para lá é que você vê o descalabro... Como o pessoal do IPEA, quando vai para o Planejamento, compreendeu? O sujeito vendo aqueles estudos bonitos, uma beleza, aquela sofisticação, aquela... O sujeito vai, não consegue transformar o obviamente elementar em decisão de política, através dos ministros. Nem mesmo quando o ministro é do ramo. Aí, não consegue vender o peixe aos outros ministros e ao presidente da República. Então, você acaba num enfoque primário. É a história do feijão-com-arroz. Mexem muito com o Maílson, mas ele tem razão. Se você conseguir o feijão-com-arroz, o óbvio, compreendeu, já é uma coisa formidável. Então, você acaba monetarista entre aspas, trabalhando no governo, porque você vê o descalabro – o que é elementar, o de mais elementar, você não consegue. É um desperdício, compreendeu? Então dizem: "Olha, cuidado que pode haver uma contração monetária." – isso é acadêmico! O que você tem, na prática, é um excesso de expansão monetária, um excesso de gasto público. Esse é que é o problema prático de quem vai trabalhar no governo, compreendeu? Então, fica: "Cuidado, você é monetarista; cuidado, você quer quebrar o país. Cuidado." Você às vezes apresenta um programa severo e intimamente diz: "Olha, se fizerem..."

E.R. – A trincheira é sempre um pouco monetarista.

C.R. – É. E só descobre isso quem vai lá trabalhar. Você vira monetarista. Não é porque você resolve tudo com a moeda; não é isto, compreendeu? É o problema... Quem quer resolver tudo com a moeda são os outros. E a função do monetarista lá é o contrário, é dizer: "Olha, não se resolve o

negócio com moeda, não, hein?" A função é o oposto. Porque o monetarista é aquele – o mais extremado, a versão – é aquele que acha que o que importa é a moeda. O menos fanático diz: "O que principalmente importa é a moeda." Pode ter o fanático do outro lado dizendo: "A moeda não importa nada!" Então, é claro que no meio está o bom termo, mas você acaba sendo fanático lá: "Cuidado com a moeda, há inflação. Cuidado! Há expansão da moeda." Você vira... Porque você vê um exagero, um descabimento. Então, você acaba propondo mais coisa – isso é um perigo de quem está no governo -, você propõe mais... Já me aconteceu, aconteceu a muita gente: "Tem que fazer um controle de crédito." O pessoal da universidade saiu louco: "Vai quebrar o Brasil." Mas quem está lá está sabendo que se o governo adotar 20% disso, está formidável. E, provavelmente, não vai nem 10%. Você quer dar uma idéia de austeridade, para projetar alguma coisa: "Esses caras estão loucos. Vai quebrar o Brasil." No final, você vai ver a estatística do que aconteceu, compreendeu? Então... Mas vamos voltar ao nosso...

E.R. – Deixa eu fazer uma perguntinha... No Plano Trienal, o senhor participa da equipe da redação, dando sua colaboração nessa parte monetária. Quem é que compunha mais essa equipe? O senhor se recorda?

C.R. – Não me lembro, não. Não me lembro mais. Eu me lembro...

E.R. – O senhor era o único monetarista, digamos assim?

C.R. – Eu acho que era o único. Eu acho que tinha... Não me lembro, não estou lembrado. Mas tinha pessoas como... Muitos foram consultados isoladamente; nem sempre tinha uma reunião de conjunto. O pessoal conversava com o Celso separado. Às vezes tinha reunião de dois ou três. Havia muita gente ali do BNDE, por exemplo. O pessoal do BNDE. Era Juvenal Osório Gomes – era muita gente boa -, Inácio Rangel, que participou das reuniões. O texto dele é que não foi incorporado; ele se queimou um pouco... E aqueles chefes de departamento do BNDE, muito chegados. Um deles, um rapaz de óculos, bigode, ele é meio alourado, pequeno... Trabalhou aí na...

P.R. – Ézio Távora?

C.R. – Não, Ézio Távora também, mas o outro. Como é o nome dele? Foi de um órgão do Ministério do Planejamento que trata de educação. Foi secretário aqui, no estado. Rapaz de óculos, meio louro, bigode, louro, de pequena estatura. Que estava muito presente. Bom, mas enfim, eu não me lembro dos nomes, não. Mas era basicamente o pessoal do BNDE. Nas partes regionais, pessoal de Sudene e coisa. Mas depois, eu fui convocado, voltei para a Sumoc, quer dizer. Eu fiz a minha parte, fui chamado para aquilo que se referia a moeda, crédito e bancos, depois não participei mais. Não participei, inclusive, porque eu notei que o próprio Celso não estava tendo o apoio da presidência, e no *entourage* da presidência, que ele merecia. Ele mesmo sentiu isto. E eu não tinha afinidade com certos cavalheiros lá, compreendeu? Não tinha.

P.R. – Mas eu recorro que naquela época o Celso Furtado sofreu pressões de elementos de dentro do próprio governo. Inclusive, não só da área militar, como da área sindical. Agora, eu queria fazer uma pergunta, dr. Casimiro, que é a seguinte: esse processo de pressão desencadeado contra o Plano Trienal não teria sido pelo fato do Celso fazer uma tentativa de conciliar o crescimento econômico com o combate à inflação?

C.R. – Não. A minha impressão, a minha impressão... Eu não registro nenhuma conspiração, vamos dizer, na área acadêmica, monetarista, contra o Plano. O Plano estava bom. O Plano...

P.R. – Mas dentro da área do governo existia. Isso eu me lembro.

C.R. – Agora, dentro do governo... – que eram grupos que nós não freqüentávamos, compreendeu? Eu não freqüentava. Depois veio uma área já ligada ao quê? Ao Carvalho Pinto, compreendeu? Eu, como fiquei no governo e eu conhecia o Carvalho Pinto, ele me convocou como assessor, na Fazenda. Aí, o coordenador era o Diogo Gaspar, que eu conhecia há muito tempo. O irmão dele tinha sido meu aluno. O pai do Diogo Gaspar tinha sido meu chefe de seção, naquela seção de Estatística e Estudos Econômicos – o pai, o velho Gaspar: Dario Felicíssimo Gaspar, o pai dele. E o Gudin gostava, ele tinha sido um aluno bom – o Diogo Gaspar – do Gudin. Mas ele teve problemas também, problemas sérios dentro da assessoria com Carvalho Pinto e tudo mais. E eu me afastei. A folhas tantas, eu pedi dispensa de tudo, até do meu cargo na Sumoc.

P.R. – O Carvalho Pinto também foi bombardeado dentro do próprio governo.

C.R. – Foi.

P.R. – Eu me lembro daquela campanha que o Brizola fazia contra ele. E ele se sentia desprestigiado pelo presidente da República. Se o cunhado está fazendo uma campanha e o presidente da República não põe um paradeiro naquilo, ele se sentiu desprestigiado.

C.R. – O Celso foi desprestigiado lá dentro. Não houve onda, nem foi preciso fazer onda de fora. Porque ele aceitou algumas idéias fundamentais, o que tinha ali de bom senso – de bom senso do Plano Trienal. Mas não deu nem para engrenar a primeira marcha. Inclusive, o Carvalho Pinto... Eu me lembro do dia em que fui pedir minha demissão – assessor -, diz: "Mas Casimiro, você vai embora? Você serviu a tantos ministros. Você é da casa, você... Eu preciso de uma pessoa como você. Porque estou cercado de gente extremada."

E.R. – Isso é...

C.R. – Carvalho Pinto. Dezembro de 63? Acho que foi dezembro de 63. Eu digo: "O senhor me desculpe, tenho o maior respeito pela sua pessoa, mas o senhor está aqui há seis meses. Eu estou há seis anos, não agüento mais essa área federal. Interferência política, não agüento mais! Vou ter enfarte. Engoli muito sapo aí, na esperança. Agora, o próprio Celso, não estão prestigiando. O senhor não está sendo prestigiado – o senhor. E como é que o senhor está me pedindo para ficar, professor? O senhor não vai..., não vai ficar."

E.R. – O senhor estava em que cargo?

C.R. – Eu estava de chefe do Departamento Econômico da Sumoc. Chefe do Departamento Econômico. Então...

E.R. – A Sumoc pratica uma política monetária passiva nessa época?

C.R. – Não. Bom, aí é que é o grande problema, que eu vou falar mais adiante, da estruturação do órgão Banco Central, em dois níveis: o executivo e o nível decisório, de formulação de política – que hoje estão querendo mudar. Foi confirmado, de certa forma, em 64, o tradicional Conselho da Sumoc. Com alguma racionalização e tudo mais, mas... Quer dizer, o que foi confirmado... Até estou defendendo essa idéia num artigo – me obrigaram a escrever, de modo que não pude fugir -, vai ser publicado aí na revista do Banco, e volta a esse velho tema: independência do Banco Central. Que grau de independência e como assegurar, razoavelmente, essa independência? Nós achamos que se o Banco Central ficasse num espaço, sozinho, muito independente, compreendeu, mas com nada por perto, nenhuma amarra, nenhuma âncora, ele ia ficar pior do que antes. Então, deixamos o

Banco, ministro da Fazenda, no Conselho Monetário. E a diretoria do Banco Central com quatro votos dentro do Conselho Monetário. É aí que é a briga, na formulação da política. Você põe um Banco Central independente da Fazenda, mas ele faz uma política lá, por conta dele, e depois é sabotado em outras áreas, não adianta... Por exemplo, fatos consumados do Banco Central – essa eu já conhecia. Então, a relativa independência do Banco Central era ter quatro votos lá, decidir os assuntos lá, ter um ministro da Fazenda que, embora presidente, na verdade tinha o voto de desempate. O Banco Central forte, com quatro votos nomeados pelo Congresso, com mandato certo, que era este, compreendeu?... Meu mandato foi aprovado pelo Senado. Eu tinha mandato de quatro anos, ou seis. E meu nome foi aprovado pelo Congresso. E deu um pouco o sistema americano, os *checks and balances*. Você não faz o quarto poder da República, não é, isso é ridículo. Mas dá uma certa força. Mas também não deixa sozinho. Porque se deixar sozinho, os outros vão serrar o galho todo. Deixa lá, e lá se decide a coordenação da política fiscal com a política monetária. Problema de coordenação extremamente sério – eram os dois problemas da independência do Banco Central. A formulação da política monetária. Você tem a coordenação da política fiscal com a monetária; nada de fazer separada uma da outra: vou fazer a monetária ignorando a fiscal. Compreendeu? Disso o Brasil tem experiência negativa danada. Então, põe os dois juntos, tem que discutir, chegar a uma conclusão. Dar força ao Banco Central nessa discussão, compreendeu? Na votação e... O segundo aspecto era também da extensão da área, porque, com o passar dos anos, com a sofisticação dos sistemas financeiros, houve uma ingerência, um entrelaçamento cada vez maior das operações bancárias com as operações de mercado de capitais. Então, você manter isso em ordem, inteiramente separados... A formulação da política... É a razão por que nós deixamos todos os assuntos do sistema financeiro – todos: mercado de capitais, mercado financeiro, *open market*, tudo, bancária – tudo no Conselho, só no Conselho Monetário. Os órgãos executivos, você vai desdobrando à medida da necessidade. Anos depois, a CVM foi criada. Tirou as funções executivas e algumas regulatórias a nível médio e aí, então, o presidente da CVM – isso já quem fez foi o Mário Henrique -, o presidente da CVM como membro e voto no Conselho Monetário. E lá se continua a formular a política de mercado de capitais e mercado financeiro. Quem tem dois órgãos formuladores separados, [inaudível]. Compreendeu?

Antecipando um pouco o assunto – esse meu artigo trata disso -, verificou-se, agora, nos Estados Unidos, com todos os avanços – Estados Unidos, agora -, a necessidade dessa coordenação. Esse famoso... que chamam de *crash*, que não foi *crash*; *crash* de 19 de outubro de 87, aquele *crash* da Bolsa, que não foi *crash* nenhum... Não sabem bem o que foi, mas *crash* não foi. Foi um ajustamento brutal, técnico brutal, universal. Deu um susto. Mas o Banco Central entrou. E não o CVM de lá – a *Security Exchange Commission*. O Banco Central, que pode emprestar dinheiro e pode, sem limite, emprestar dinheiro, entrou, compreendeu? No dia seguinte, ele entrou e disse para o sistema financeiro: "Vocês saquem o que quiserem. Sem limite." O senhor Alan Greenspan foi lá – esse é Banco Central moderno. Então, aumentaram as funções do Banco Central, as responsabilidades. Não diminuíram. E nem as passaram para o órgão regulador do mercado de capitais. E o Banco Central pode fazer isso. E apagou a fogueira. Apagou. Inclusive, há até projetos agora, que eu menciono rapidamente... *The Presidential Tax Force*, nomeada pelo Bush – já pelo Bush – e presidida pelo Nicholas Baring, secretário do Tesouro, recomendou – uma das recomendações – que, tendo em vista que você tem que unificar hoje... Os mercados estão tão interligados que você não pode ter hoje um mercado de futuros, compreendeu, de índices futuros de Bolsa, de opções, que foi um dos complicadores da [inaudível], e com regulamentações diferentes. Tem uma regulamentação unificada, e ele recomenda... Tem muita gente contra, mas é curioso dizer que ele recomenda a unificação do poder regulatório do mercado de capitais com o do Federal Reserve. Incorporação ao Federal Reserve do poder regulatório do mercado. Essa idéia não foi aceita, foi recusada, mas é importante que a *Tax Force*, que o Brade *report* sobre o *crash* de... recomende a unificação de toda a regulação do mercado de capitais no Federal Reserve. Curiosidade. Não vai ser aprovado, não é? Mas é uma comissão responsável. Há muitas dúvidas e tudo mais, mas veja aqui...: nós, quando fizemos o órgão regulador do Banco Central, formulador de

política monetária, deixamos a política monetária, a formulação de política monetária, a de mercado de capitais, mercado financeiro e até a parte de seguros – no que diz respeito a operações do sistema financeiro – e a parte de fundos de pensão – o que interfere com o mercado de capitais... Quer dizer, eles são *institutions investors* na medida em que as [inaudível]... As atividades dela são reguladas pelo Conselho Monetário. Tendo a preocupação da unidade. Se você não tiver unidade de comando, se perde. Se perde. Você pode não ter unidade de comando, vamos dizer, na parte de órgãos executivos, porque torna-se extremamente difícil. Mas você tem que ter na formulação de política monetária, na política no mais alto nível. E hoje estão propondo que se mude isso, que não sei que mais, que o Banco Central não devia ter nada que ver com Conselho Monetário, o Conselho Monetário devia ser apenas um órgão do Conselho de Administração do Banco Central. Isso são idéias... Essas são idéias ultrapassadas, isso sim. As que nós apresentamos, eu acho – isso é uma questão de opinião, não é, questão de opinião -, são avançadas, são... Resolvia o problema do Brasil, o problema de coordenação, que é trágico nesse país; coordenação responsável, decisão responsável, em conjunto. E botar em ata. Ficar falando por trás do pano, não é?... Bom, mas eu acabei avançando muito. [riso] Vamos voltar atrás.

E.R. – Nós estamos falando do governo Goulart e dessa passagem, quer dizer, desses esforços, dessas tentativas da transformação da Sumoc em Banco Central. O senhor narrou para nós exatamente essa tentativa quase bem-sucedida, no período Brochado da Rocha, não é? E como é que evolui a idéia, como evolui a política?

C.R. – Falando um tanto ironicamente, foram precisos dois regimes não democráticos para criar o Banco Central. É triste. Mas é preciso dizer que nos dois casos o dr. Bulhões estava lá. O que não prova a tese do bom ditador, compreendeu? É muito perigosa. Eu não quero provar tese nenhuma. Apenas que havia os poderes ditatoriais, havia pessoas de lucidez como o dr. Bulhões – e pura -, que aproveitou os poderes excepcionais que havia na época para fazer aquilo que não se conseguia fazer. Então, novamente, em 64, estamos nós sem Banco Central. Estamos ainda sem Banco Central. O único país do mundo, de alguma importância, que não tinha um banco central. E ainda as funções de banco central divididas em vários órgãos e misturadas, no Banco do Brasil, com as mais variadas operações. Tanto que nós, meio na frustração, nós no banco... As estatísticas que nós fornecíamos para a Fundação... Porque aí, então, o Departamento Econômico da Sumoc que nós organizamos – eu, o Eduardo Gomes, o Paulo Lira, Bazílio Martins -, passou a ser a fonte oficial de estatística monetária e de bancária. E nós, ao estruturarmos as estatísticas básicas, para facilitar a análise monetária e bancária para os outros economistas que não são do ramo, nós tivemos que racionalizar, consolidar e racionalizar, as estatísticas dos vários órgãos que separadamente e com contabilidade separada desempenhavam funções de banco central. Uns, dentro do Banco do Brasil, compreendeu, outros, fora do Banco do Brasil. Então, nós fizemos o que chamamos na época de Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias, que até hoje é usado – com esse título -, mas que a rigor não se devia mais usar, porque é só o balancete do Banco Central – não fala mais em "consolidado". A utilização da expressão "balancete das autoridades monetárias", depois da criação do Banco Central, é uma excrescência; revela que ele não foi criado ainda. E aí foi a minha briga, de 78 em diante, por causa da conta de movimento. Mas fizemos isso. Então, para dar idéia de como seria um banco central, se existisse. Então, seria um banco central misto. Mas um banco central misto que separaria o departamento emissor, as contas típicas de banco central, das demais contas. Então, quando apresentamos isso... Aliás, a idéia inicial – justiça seja feita – veio do Alex Kafka...

E.R. – Idéia inicial?...

C.R. – Para o Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias – quem fez o primeiro rascunho foi o Alexandre Kafka, na Fundação. Porque ele também tinha o mesmo problema e reuniu algumas coisas. Fez um primeiro rascunho, muito bom, nós nos entusiasmamos... Nós estávamos trabalhando

na mesma área. Pegamos o trabalho dele e levamos mais à frente. Porque lá tinha uma equipe trabalhando só nisto – o Alex tinha feito sozinho, na ponta do joelho. Mas o primeiro trabalho foi do Alex Kafka. Então, foi uma coisa extraordinária quando apresentamos isso para as pessoas. Quer dizer, o pessoal maravilhado com o óbvio, com o óbvio que não existia. Um documento de trabalho que não existia. O pessoal se maravilha... Você falava com um estrangeiro, ele não entendia. Não entendia...

E.R. – Isso já era governo Castelo?

C.R. – Não, não. Perdão. Isso foi antes. Antes. Nós tínhamos o balancete... Frustrados, porque não conseguíamos a criação de um banco central, criamos o Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias, que mostrava como seria o Banco Central, se existisse. Um banco central misto, é verdade. Porque não podia separar o dinheiro que estava misturado. Mas separava na classificação das contas. Então, conta de banco central, ativo e passivo; diferença, para mais ou para menos, era o canal que levava para as outras contas, as espúrias. E se mostrava como ia de um para outro, como a parte de banco central estava financiando as outras operações. Inclusive, empréstimos ao Tesouro Nacional, pelo Banco do Brasil. Então, foi a primeira vez que abriram-se os olhos. Outra coisa extremamente importante para os analistas... Isso sentiram a importância, na época, as pessoas que estavam estudando, que queriam fazer análise e não conseguiam. Você tinha estatística do balanço de pagamento – tinha, o IBGE tinha; separado. Não: pela primeira vez nós fizemos no Brasil... Isso me deu uma grande satisfação. Grande satisfação profissional: fazer uma coisa útil. Você fica brigando por banco central – sai, não sai, não é? Mas é uma coisa útil, que serve para os outros. Você tem aqui o Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias, ativo e passivo. Muito bem. No passivo, você tem os recursos monetários – o Banco Central emite moeda. Isso é um exigível, o exigível monetário. São recursos. Aqui você tem o... E recursos não monetários, outros, que vão no Banco Central. Muito bem. É o monetário. E aqui, você tem o que você fez com isto: redesconto aos bancos, empréstimo ao Tesouro... Então, pela primeira vez, se teve a estatística de meios de pagamento como... num sistema de partida dobrada. E não de partida simples: se tem uma série estatística, é uma partida simples – não diz as causas, compreendeu, e os canais de transmissão da expansão monetária. Então, aqui tem. Você pegar duas posições – vamos dizer, uma em dezembro, outra agora: dois balancetes. Você faz o fluxo, a variação. Compreendeu? Então, um passo a mais. A variação dos dois fluxos: a variação do fluxo dos meios de pagamento em dezembro, e dos meios de pagamento... exigível monetário, no exigível do Banco Central – a variação da expansão líquida, entre as duas datas, de moeda. Compreendeu? Em qualquer sistema de partida dobrada, em que ativo é igual a passivo, a variação de uma conta é igual à soma zero das demais contas de ativo e passivo – isso é tautológico. Então, tendo você a expansão monetária aqui, ela é explicada pelas variações das demais contas, cuja variação é igual a ela. E tem variações que expandem a moeda e tem variações que contraem, trazem dinheiro de volta. Tem variações que expandem a moeda e variações... Daí veio aquele quadrinho, que até hoje é publicado: "causas da expansão da base monetária", não é?

Então, isso, que é o óbvio ululante, no Brasil foi uma contribuição realmente importante. As pessoas que... Me lembro do pessoal da CEPAL; o FMI queria vir aqui. Vinham aquelas missões que... analisar. [riso] Você dá uma estatística separada do déficit, uma série estatística dos meios de pagamento separada. E ainda tinha a Caixa de Amortização que publicava, dava os jornais, publicava a série de emissão de papel-moeda, que era responsabilidade legal, mas não garantia se estava em circulação. Porque ela emitia, mas guardava. Ou dava para a Carteira de Redescontos. Então, ia procurar a Carteira de Redescontos, qual era a emissão. Era um inferno. E isso servia, inclusive, para os maus elementos, para os maus indivíduos. Era o que o Carlos Lacerda chamou muito bem, uma vez: "A Carteira de Redescontos é o biombo da inflação." Escondia. Eu me lembro que os jornalistas vinham conversar comigo: "Mas afinal, houve ou não houve emissão?" Iam conversar com o governo e o governo, sem-vergonha, dizia: "Não! Você leu o quê?" "Não, porque a

Caixa de Amortização..." "Não! Isso é movimento de papel. Isso não está em circulação. Quem está em circulação é a Carteira de Redescontos." Então, eles corriam para a Carteira de Redescontos. Disse: "Não, espera aí. Nós estamos fazendo uma expansão estacional de moeda. Para redescontar legítimos efeitos comerciais. Comercialização de safra. Isto, quando vier a liquidação, volta tudo. É a emissão monetária no bom sentido." Aí, o pessoal tonteava, compreendeu? "E o governo... Mas o governo está sacando no Banco do Brasil." "Não. O Banco do Brasil não empresta ao Tesouro. Não. empresta, mas dentro dos seus recursos naturais." "Se ela está indo ao Redesconto..." "Não, o Banco do Brasil só redesconta efeito de Carteira Agrícola. Vocês querem que... não é?" E ficavam brincando com esse negócio. Daqui a pouco, a circulação efetiva estava enorme, já estava dando na vista, então eles faziam a triangulação legal. Vinha uma lei que dizia: "O Tesouro não deve mais nada ao Banco do Brasil, que, então, também não deve mais nada à Carteira de Redescontos, que, então, também não deve mais à Caixa de Amortização pela requisição de papel-moeda." Compreendeu? "Ninguém deve a ninguém. Essa circulação já estava..." Aí, o pessoal da imprensa corria: "Bom, agora foi, hein? Está aqui, olha isso." "Não, isto está há muito tempo em circulação. Isso é um problema de responsabilidade legal." E essas e outras histórias eram contadas. Os jornalistas ficam malucos, compreendeu? E nós, então, fornecemos de tal forma que o diretor era um político, disse: "Olha, repercutiu fortemente esse seu quadro aí – Balancete Consolidado das Autoridades Monetárias. Isto por quê? Porque você está pondo a cauda à mostra, do governo. O negócio está perigosamente claro." "Mas esse é o objetivo." "Não, fica muito mal para o governo. Mas vocês são obrigados a publicar isso? Eu acho que vocês não deviam publicar." "O senhor me desculpe, mas todo mundo já sabe, está dando palmas e pedindo a informação." "Mas olha... Pelo menos não publica essa semana. Preciso falar com dr. Getúlio." Quando nós fizemos isso, o Getúlio estava no poder, coitado. Disse: "Olha..." Aí, o Eduardo Gomes fez...

[FINAL DA FITA 2-A]

C.R. – ...ao ponto de você... Quer dizer, a rapaziada toda... Era pessoal todo novo, tudo na casa dos vinte ainda; eu era o mais velho, mas eu estava com 28. O pessoal satisfeitíssimo de ter feito uma contribuição, e recebe instrução para não publicar... Eu digo: "Pessoal, eu peço demissão, vou embora dessa história, mas não engulo essa." Quer dizer, para o óbvio, o sujeito tem que botar o cargo... ameaçar de ir embora. Esse tipo de batalha, não é? O negócio é rir; você dá risada, hoje, se você pensar nesse negócio. Mas os mistérios políticos existem também de outras formas. As assessorias estão sentindo aí, por outras razões. Mas essas eram as nossas batalhas.

E.R. – Deixa eu fazer uma perguntinha dentro desse tema das pressões, dos mistérios políticos. A Carteira de Redescontos, quando era do Banco do Brasil, tinha sempre à sua frente políticos, não é? O Tancredo Neves foi diretor da Carteira de Redescontos.

P.R. – Alkmin foi.

C.R. – Alkmim foi. A quem eu substituí lá foi o... Era um advogado, amigo do Jango. Era um meio neutro. Mas eram sempre nomeações políticas. O cargo era muito importante.

E.R. – Agora, por exemplo, depois passaram a ser ocupados por técnicos. O senhor...

C.R. – Eu acho que eu fui o primeiro, hein?

E.R. – É um técnico. O senhor acha que essas pressões vinham também por aí? Porque o Redesconto, quer dizer, o crédito, todas essas formas de... a expansão do crédito... O senhor acha que havia também uma pressão da não criação de um banco central puro e da não ocupação desses cargos por técnicos?

C.R. – Havia. Havia sim.

E.R. – Vinha também por aí?

C.R. – Ah, vinha. Havia também. É um cargo de ocupação política. Toda a identificação do Banco Central...

E.R. – E o político é um homem que está sempre sujeito às pressões, não é? Quer dizer, é um negociador.

C.R. – É. Outra coisa muito séria... É mais antiga, porque a Sumoc, quando foi criada, tinha duas funções de banco central: depositária das reservas compulsórias dos bancos – que foram criadas naquela..., embora ficasse tudo depositado no Banco do Brasil – e a inspeção de bancos. A inspeção que estava no Ministério da Fazenda, com um funcionário do Banco do Brasil ajudando, foi incorporada à Sumoc. Então, a primeira estrutura de banco central através da Sumoc – inspeção de bancos -, essa tinha uma grande experiência. E já tinha um dossiê respeitável, irregularidades catalogadas.

P.R. – Licenciamentos para bancos privados funcionarem, também.

C.R. – Exatamente. Licenciamento – extremamente importante. Então, essas, vamos dizer, as três funções principais. Uma logo outra, criado o Fundo Monetário Internacional etc. – que foi criado dois, três anos depois, começou a funcionar em 46, 48 -, a Sumoc ficou como depositária da nossa contribuição para o FMI. As contas do FMI: conta 1, conta 2... Então, o que é mais importante. Passou a ser... E passou – o que é uma vantagem: os funcionários da Sumoc passaram a receber as missões. As missões, quando vinham ao Brasil, se instalavam na Sumoc; tinha uma sala para eles. Nós recebíamos e canalizávamos as informações para eles, o que deu um intercâmbio muito bom dos funcionários. Eu peguei isso a partir de 52. Muito bom.

E.R. – Dr. Casimiro, pegando uma observação que o senhor fez: o senhor disse que foram necessários dois governos autoritários para que...

C.R. – A lei do Banco Central – porque era lei – saísse.

E.R. – Quer dizer, primeiramente, a instalação da Sumoc, no final do Estado Novo, e depois, a Lei 4.595, já no governo Castelo. Como é que foi essa transmissão? Porque tinha um processo que passava pelo Legislativo. Eu gostaria que o senhor nos contasse como saiu, finalmente, a Lei 4.595.

C.R. – A gente tem que lutar pelas instituições. E por isso que, inclusive, criamos o Banco Central, no seu nível. Você tem que tê-lo. Se ele é depois mal administrado, isso é um outro problema; você tem que vigiar para que não seja. Mas tem que ter a instituição. [inaudível] a democratização do país. Aquele não era o melhor momento para democratização, compreendeu? Era um governo de exceção. Mas a sorte é que tivemos... A sorte – isso é sorte; não prova nada. Não prova que o regime de exceção é melhor. Sorte. É que você teve na presidência Castelo Branco, e não um general qualquer. Era o general Castelo Branco. Se estivesse um outro qualquer lá, não saía nada. Ia ter coisas piores. É um sujeito de nível, um estudioso, um sujeito de alto nível, de senso patriótico. Problemas sérios que ele tinha com o pessoal dele, com os coronéis, a turma da... compreendeu, da barra pesada. E dr. Bulhões na Fazenda. Só a nomeação do dr. Bulhões já é recomendação a favor do presidente Castelo. Se ele quisesse fazer política, ele não botava um dr. Bulhões na Fazenda. Seguramente. E eu participei de várias reuniões do dr. Bulhões – e o Roberto Campos também, mas

eu seguia mais o dr. Bulhões -, em que ele apoiou o dr. Bulhões nas medidas mais rígidas, mais severas. Apoiando. Aquele apoio do presidente, que é necessário, ao ministro da Fazenda. E eu, na minha área, já como diretor de Banco do Brasil, depois como diretor de Banco Central...

E.R. – O senhor, nessa época, foi para a diretoria da Carteira de Redescontos.

C.R. – Redescontos. E membro do Conselho da Sumoc, que é o formulador da política monetária. E aí eu pude ver – é um testemunho que eu dou com muito prazer, histórico – a qualidade do presidente da República – sem querer fazer comparações com a atualidade – e do ministro da Fazenda, e o prestígio que ele tem, numa fase extremamente difícil e ingrata, e pegando um Brasil muito mal acostumado. Autoridade que transmitiu para mim. E eu senti no ministro da Fazenda, inclusive, em uma ou outra vez em que o ministro me levou à presença do presidente da República, com que seriedade se trabalhava. Podia até se errar. Mas a seriedade de propósito, compreendeu? – que é o que está faltando muito no Brasil, tem faltado muito -, eu vivi isso. Quer dizer, eu acho que posso razoavelmente avaliar. Posso avaliar. E eu tenho muitos exemplos específicos, compreendeu, da autoridade monetária. E depois falhou muito, não é?

E.R. – O senhor não acha que foi importante também para essa época o fato de ter sido nomeada para os cargos de planejamento de economia uma equipe que já tinha uma afinidade passada muito grande?

C.R. – É verdade.

E.R. – Quer dizer, dr. Bulhões estava no Ministério da Fazenda; Roberto Campos, Planejamento; o Garrido Torres, no BNDE; o Luís de Moraes Barros, o Dênio Nogueira, o senhor... O senhor não acha que a formação da unidade da equipe, sem ser uma...

C.R. – É verdade. Nós trabalhávamos desde a década de 40; na de 50, muito. Porque na década de 50, o homem forte foi Roberto Campos, por causa do prestígio com o Juscelino. O dr. Bulhões sempre ajudou, mas o dr. Bulhões era membro do Conselho Nacional de Economia e professor da faculdade. Ele não trabalhou em governo, que eu me lembre, no governo Juscelino. Quem foi para o governo foi o Lucas Lopes, que levou Roberto Campos. E o Roberto Campos me levou. E a outros. Eu continuei na Sumoc, chefiando... E...

E.R. – O senhor não foi do IPES, não?

C.R. – Não. Foi antes, não é? Fui do Conselho do Desenvolvimento. Fui consultor especial do Conselho de Desenvolvimento. Criou-se um...

E.R. – No tempo Goulart, por exemplo, o Dênio Nogueira era do IPES; o dr. Bulhões fez palestras... O IPES foi uma espécie de laboratório...

C.R. – Não, não fui. IPES, não. Aí, não.

E.R. – O senhor está dizendo que o senhor não foi do IPES?

C.R. – Não. Agora, no tempo do Juscelino, criou-se o Conselho de Desenvolvimento com a secretaria técnica – o que depois, mais tarde, será o IPEA, ou a Secretaria de Planejamento etc. É o núcleo. E consultores especiais foram dar tempo parcial. Era o Ari Torres, San Tiago Dantas e... uns elementos que estão hoje aí, ainda vivos. Mas eu fui, era dos mais jovens. Fui no mesmo status, recebi o mesmo tipo de carta e convite. Mas eu era chefe da Divisão de Estudos Monetários da

Sumoc. Então, acumulava com a função de consultor do Conselho de Desenvolvimento, a pedido do Roberto Campos. Depois, eles indicaram meu nome para o ministro da Fazenda – nessa época, o ministro da Fazenda não conhecia economia, era político, e precisava ter um economista. E o meu nome foi indicado porque tinha afinidade com o Roberto Campos e Lucas Lopes. Pela afinidade da equipe, eu fui recomendado para ser o consultor econômico pessoal, compreendeu, o mais chegado ao ministro Alkmin.

E.R. – Alkmin?

C.R. – Ministro Alkmin, que foi o ministro da Fazenda, e que tinha aqui o FMI para negociar e tudo mais. E eu recebia as missões do FMI desde 52, na Sumoc, conhecia todo mundo, compreendeu? Identificado com o pensamento do Roberto, de Lucas Lopes e... Cargo que, aliás, eu não quis aceitar, porque eu estava muito feliz na Sumoc, com o trabalho sério que estava fazendo lá, com aquela equipe minha. E no Conselho de Desenvolvimento, compreendeu? E depois, me meter com político... "Eu não tenho jeito para lidar com político, Roberto." Mas ele me convenceu: "Você precisa, é importante. Porque ele é o ministro da Fazenda. E está tomando decisões lá. E ele não ouve a gente, hein? Ele não gosta de mim, ele tem uma birra com o Lucas. Você tem que aceitar esse cargo, para ser elemento de ligação." E eu fui com uma má vontade danada. "Olha, já tenho dois cargos importantes, agora vem ministro..." E ele acabou me absorvendo muito lá. Gostou de mim, compreendeu? E eu tive um aprendizado político, ali, no bom sentido, de ver um político operar. Político de grande habilidade, de grande habilidade. Político sério – porque falava-se muito mal dele – de grande habilidade. Mas era um mineiro de mão fechada. Não se compara com os homens de hoje, não dá para comparar. Eu que era tão rigoroso com o Alkmin..., hoje eu acho um sujeito extraordinário, quando o comparo... Um homem de mão fechada, um homem que enrolava para não pagar. "Ah, o Alkmin enrola as pessoas." Enrola, mas não solta o dinheiro. Quer dizer: para não soltar o dinheiro. Então, o sujeito enrola. O sujeito ficava uma fera, porque prometia que ia soltar o dinheiro, não sei que mais. Ele não gostava de dizer "não". Não gostava, ele prometia. Mas não dava! Compreendeu? Mas não dava o dinheiro. Era um mão fechada tremendo. Mão aberta era o Juscelino. E ele, para [inaudível]: "Casimiro, olha, o Juscelino tem dedo podre para escolher gente. Cuidado com esse cara. Primeiro me pergunta quem é o cavalheiro, porque às vezes eu conheço a ficha do sujeito." Mas era um camarada... Agora, quem estava no setor técnico achava que ele não devia fazer concessão política nenhuma. "Não deviam construir Brasília!" – essa era a nossa posição, a minha posição. "Uma intolerância técnica." Mas ele é um homem que hoje, à distância... Mesmo alguns defeitos do Juscelino vistos hoje, à distância... [risos]

E.R. – São muito amenos.

C.R. – Pelo menos a média de gente, não é? [riso] Mas a equipe veio desde aquela época se consolidando. As idéias... O problema do Banco Central, há anos que estava se tentando vender o peixe. Quer dizer, não tinha mais novidade. E a gente não deixava de se atualizar. Por exemplo: no meu caso, o dr. Gudín e dr. Bulhões resolveram patrocinar um aperfeiçoamento meu em Londres, um estágio no Banco da Inglaterra. Eles estavam formando gente para o futuro Banco Central – que levou anos sem sair, mas a idéia é que podia sair. Então, fui treinado, como outras pessoas. Fui treinado. O dr. Gudín e o dr. Bulhões escreveram ao Lionel Robinson, que era o diretor da *London School*, pedindo que organizasse um curso. E ao mesmo tempo escreveram para a diretoria do Banco da Inglaterra, que ficasse com o *training* do *special guest* – era um *training* de alto nível, mas *training*. E eu fiquei em Londres vários meses, indo ao Banco da Inglaterra durante o dia, visitando departamento por departamento, falando com chefe, almoçando com o cara, visitando a diretoria – funcionamento do Banco da Inglaterra, a filosofia e o funcionamento operacional. E à noite, na *London School*, com um curso especializado de moeda e crédito – professor Sayers, principalmente. Uma autoridade em banco central, o Sayers. E o Paish e mais alguns. E seminários sobre bancos. E

visitando instituições da City, compreendeu? Principalmente, os Moletins Banks, que eram os que mais entendiam do ofício. Principalmente, Baring Brothers, cuja família foi a que mais deu diretores do Banco da Inglaterra nos últimos duzentos anos. Baring Brothers. Por acaso, são sócios do nosso banco, aqui. Por acaso, é. Cujo *chairman*, principal acionista e *chairman* – hoje ele não é mais *chairman* –, foi, além de *chairman* de vários comitês da rainha, diretor executivo da Inglaterra no FMI. Porque a Inglaterra nomeia. Ele foi governador do Banco da Inglaterra, no governo conservador, e foi embaixador de Sua Majestade, em Washington – não era no Sri Lanka, foi em Washington. Esse é o *chairman* do Baring Brothers, não é? Essa é a gente com que se conversava. Eu estagiei lá com grande prazer. Então, por que fui estagiar lá, patrocinado por dr. Gudín e dr. Bulhões? Passo um período no Banco da Inglaterra. Depois, quando eu fui aos Estados Unidos, e ia com frequência, eu visitava – não estagiei, mas visitei... Uma vez fiquei 63 dias em Washington com negociações financeiras, na década de 60, e visitava e conhecia o pessoal do Federal Reserve. A parte operacional, aquilo. Principalmente a parte operacional. Trazia sempre a regulamentação recente.

Então, nós estávamos ali amadurecendo aquilo. E o tempo de amadurecimento levou mais do que precisava. Tinha que atualizar de vez em quando as informações, porque iam envelhecendo. Mas o dia em que saiu..., que saiu um governo forte, com força, e felizmente – por acaso, compreendeu –, tínhamos o presidente Castelo Branco, estava tudo pronto. Estava tudo maduro. Mais do que maduro, não é? E não houve hesitar. Porque tinha coisas... Até detalhes. Porque o sujeito, com o passar dos anos, você acaba entrando em detalhes, compreendeu? Assim para citar, entre muitos detalhes, citar um a título de exemplo: quando eu fiz a reunião para fazer o balancete do Banco Central, o Dênio, que estava como presidente no momento, disse: "Casimiro, agora quem entende de negócio de contabilidade do Banco Central, isso é com você. Você quer pegar, coordenar a turma toda?" Peguei vários contadores, os melhores do Banco do Brasil, Sumoc, aquele troço todo, digo: "Bom, então vocês vão esquecer o que vocês aprenderam. A não ser que partida dobrada é o sistema básico. Mas o resto é uma coisa diferente." Então, eu tinha dado uns exercícios para eles fazerem o balancete. Tinha aquele exercício de consolidação das contas. "Mas agora vocês vão fazer a contabilidade." Aquele é um exercício estatístico, hipotético. "Agora, fazer a contabilidade." E eles me trouxeram umas... Tinha 38 dificuldades insanáveis, compreendeu? Eu digo: "Olha, eu acho que dessas 38 dificuldades, três são dificuldades de fato. As outras todas são erro de conceito. Vocês esqueceram que no Brasil nunca teve um banco central, então o Banco do Brasil tinha caixa em papel-moeda – caixa em papel-moeda, porque ele não é emissor –, que, por sua vez, ia para a Carteira de Redesconto, mas estava em outro lugar. Então, vocês comecem..." Eu me lembro desse detalhe, entre muitos. Estou citando assim, exemplificando. Mas muitos casos. "O Banco Central não tem caixa. Escreve aí, põe por escrito e risca embaixo: 'O Banco Central não tem caixa em papel-moeda. Não tem. A exigibilidade aparece no exigível.'" "E quando entra o dinheiro?" "Entra em dinheiro, você abate do exigível. E abate da conta do ativo que o trouxe. Por exemplo: o sujeito pagou o redesconto. Pagou em papel-moeda – vamos pôr para simplificar. Muito bem. O redesconto cai, responsabilidade cai no ativo, redesconto a bancos, cai um milhão, e no exigível – responsabilidade do Banco Central por papel-moeda posto em circulação – cai um milhão. Isso é o balancete. Cadê a caixa?" "Foi uma daquela caixa." Eu digo: "Não, é de dinheiro em estoque. É outra história." Essa é uma das coisas que deram mais trabalho a eles. "Mas não é possível: um sistema financeiro que não tem caixa." No final, eu tive que apelar, porque apareceram lá uns dois que acharam: "Mas, doutor, o senhor me desculpe, com o devido respeito, eu sei que o senhor conhece isso bem, estudou no exterior, mas estamos no Brasil..." Eu digo: "É, mas vai mudar. Esse Brasil que você conheceu, vamos mudar. Estamos fazendo outro, em matéria de Banco Central." "Não, mas o senhor vê, talvez, aspectos jurídicos..." "Então, você quer explorar do ponto de vista jurídico? Então vão acusar você de uma ilegalidade. Porque você não pode lançar no ativo um papagaio do Banco Central. Isso é contabilmente errado."

E.R. – Tinha que mudar a cabeça das pessoas, não é?

C.R. – "É ilegal! Então, vamos no seu conhecimento jurídico, vamos usar o seu conhecimento para você entender: eu não posso lançar... O que você faria com um banco que lançasse um papagaio dele no ativo, como caixa? Então, figura no caixa e figura no exigível – porque ele não pagou, está com ele. Então, está errado dos dois lados. Se ele pagou, tira do exigível. E acabou. Se pagou com o caixa, a caixa dele, então, a caixa reduziu para pagar... Agora, você lançar, deixar no exigível o valor que ele já liquidou, e botar o papelucho que veio de volta, está errado contabilmente. Você não pode. Isso aí é que dá as fraudes enormes no sistema bancário. Foi devido ao fato do sujeito... inventou caixa, botando papel que era dele mesmo. E vocês querem que o Banco Central comece as suas operações com uma irregularidade?" "Não, mas a moeda é um caso especial." "É um caso especial. Mas contabilmente e juridicamente é exigível." Aí sobrou um que era mais estudioso, não sei que lá: "Doutor, com o devido respeito..." Ele veio armado de informações. "O senhor permite a audácia de reabrir aquela questão?" Eu digo: "Não, estamos aqui para estudar. Se você não se convenceu, eu não saio daqui até que você se convença. Senão vai dar confusão. Qual é o seu problema?" Ele disse: "O sistema americano." – [inaudível] metódico, ele não acreditou no que eu estava dizendo. Achou que tinha qualquer coisa que não estava bem contada. Arranjou com a embaixada americana o balancete do Federal Reserve, Chicago [inaudível] Richmond. Uns três ou quatro. E me trouxe aqui: "O senhor estudou o sistema americano? O senhor já estudou." "Já estudei." "O senhor disse que não pode lançar papel-moeda como caixa... Então, *data venia*, doutor, como é que o senhor explica aqui?" – no balancete de cada um estava lá: "caixa". Compreendeu? Em moeda corrente: "*currency*". Eu disse: "Você esqueceu de ler o *footnote*. Lê o *footnote*: 'Caixa em moeda corrente dos outros bancos emissores.' São 12. O dele, não está. Você pode pedir para essa embaixada americana... [riso] Mas como são 12, eles têm um balancete consolidado dos 12. E aí não vai aparecer nem um tostão. Você pode procurar. Agora, isoladamente, cada um dos 12 tem, no que recebe dentro dos Estados Unidos, compreendeu, o que é emissão de responsabilidade dos outros. Está escrito na nota. Tem lá um código que identifica. Eu continuo dizendo que não pode lançar papel como caixa..." [risos] Só para citar um exemplo.

E.R. – Dr. Casimiro, deixa eu fazer mais um salto: na passagem do governo Castelo para o governo Costa e Silva, na área econômica, algumas rupturas foram verificadas.

C.R. – Houve um trauma. [riso]

E.R. – Traumaticamente, não é? Quer dizer, sabemos que algumas críticas foram feitas à administração Bulhões, Roberto Campos e... O crescimento econômico não tinha sido relançado – isso só foi reconhecido em 68, posteriormente. A equipe muda. Entra Delfim Neto e tal. Como é que fica o Banco Central? O Dênio Nogueira escreveu um artigo, recentemente, no Jornal do Brasil, dizendo que em 67 toda a equipe pede demissão. O senhor tem notícia da causa dessa demissão? Seria a simples mudança de governo ou por trás estava a mudança de diagnóstico...?

C.R. – Não sei o que o Dênio... O Dênio conhece muito o assunto. Não só conhece como ele se emocionou muito. Foi de todos nós o que mais se emocionou. Porque ele vinha comprando essa briga como uma coisa pessoal mesmo, e depois... E ele é o tipo de temperamento forte, não é? Temperamento forte. O dilema em que nós ficamos é que nós sentíamos que era o primeiro Banco Central, a primeira regulamentação, um princípio novo no Brasil, mas nós achamos que ia ser a abertura... Nós achávamos que o governo Castelo Branco ia ser o último [riso] da intervenção militar.

E.R. – Uma breve intervenção.

C.R. – Último. E isso pode ser detectado no fato de que botamos à disposição do Congresso. O meu nome foi aprovado no Congresso. E o Banco Central, a nomeação terá que ser retificada, porque o presidente não pode mais nomear, diretamente, demitir *ad nutum*. Botamos o Congresso Nacional... Curioso; isso é um [inaudível] que passa despercebido. Nós acreditávamos que isso era passageiro. Ninguém podia pensar que os militares ficariam vinte anos. E por isso que trabalhamos depressa, inclusive, às carreiras. Às carreiras. Muita coisa foi feita... A nossa sorte é que há muitos anos a gente tratava do assunto. Porque senão a qualidade teria caído mais, bastante mais. Porque trabalhou-se depressa. Depressa. Então... E o princípio básico era de que o Banco Central tem que ter um razoável grau de autonomia e independência, razoável. Isso é o quarto poder da República. Ficar sozinho num prédio. Ser sitiado pelos outros, depois. Mas devia ter. E um dos princípios era o mandato por período certo. Mandato. Não ser demissível *ad nutum*. Mesmo com mandato certo, não poder ser demitido pelo presidente da República, compreendeu? Ou ser nomeado pura e simplesmente pelo presidente da República, sem uma outra instância, democrática, que é o sistema americano. Que é o Congresso. Se o Banco Central é importante, não pode ser uma repartição do governo. O negócio vai para o Congresso. Congresso é debate público: entra a imprensa, entra a opinião, entendeu? Então, isso cerceia o poder do Executivo em cima do Banco Central. Sem transformá-lo num poder autônomo. Isso era muito importante. Como nós éramos os que tinham redigido a lei, tínhamos sido os primeiros eleitos com mandato certo e aprovação pelo Senado, nós tínhamos – essa é a primeira ponta do dilema – obrigação, na circunstância, de pedir, à velha moda brasileira... quando muda o governo, todos os diretores pediam demissão. Mas nós não pudemos pedir demissão. Porque mudou o sistema. Então, a nossa atitude, nós mandamos dizer ao Delfim: "Nós não vamos pedir demissão." Foi o que nós dissemos.

E.R. – Chegaram a...

C.R. – A dizer. Dissemos, informalmente. E o Delfim, cheio de dedos, porque ele também ia ser ministro pela primeira vez, veio falar conosco, disse: "Estou muito constrangido. Porque a decisão política é mudar todo mundo, Casimiro."

E.R. – A decisão política era essa.

C.R. – Era mudar. Foi o Delfim que me disse, constrangido.

E.R. – É decisão...

C.R. – É política porque... Primeiro, porque o Costa e Silva tinha diferenças, e a esposa dele tinha diferenças contra o Castelo e os militares auxiliares do Castelo.

E.R. – Era a linha dura que estava entrando, e os chamados sorbonistas estavam saindo. O diagnóstico era outro, toda a...

C.R. – Pois é. Ficou uma coisa, inclusive, ridícula. Num período militar, compreendeu, o seu Costa e Silva entrou com uma gana em cima do governo Castelo Branco, como se fosse um governo de oposição, dos velhos tempos, compreendeu? Incrível. E muito envenenamento, muita coisa. Muito diagnóstico. Porque de fato nós tínhamos limpado a casa, feito aquela austeridade desagradável, que é necessária. Reformamos as instituições, para ver se as instituições, modernizadas, podiam funcionar autonomamente, embora sempre dependa da qualidade das pessoas que você põe lá, não é? Mas reformamos as instituições. Então, o país... Limpamos a área financeira, limpamos a dívida externa, recompusemos. Não foi difícil conversar com o FMI – eu fui o chefe da missão que negociou. Eles concordaram com nosso plano. Não foi plano, como dizem que o FMI impôs um plano ao Brasil. Nosso plano foi aprovado. Bulhões e Roberto Campos não foram a Washington,

como vão os ministros agora, toda hora, conversar, para levar um "não". Eles não foram. Quem foi fui eu. Eu que fui, em nome do governo: "Vim aí fechar o negócio." Na hora de assinar, mandou-se o texto para o dr. Bulhões, que tinha redigido – eu que tinha redigido, com orientação dele, pelo telefone e tudo mais... Mandou-se por um portador assinar, o dr. Bulhões assinou a carta – famosa carta, programa ao Fundo. Não foi ao Fundo para negociar, nem Roberto Campos. Eu negocieei – era um membro do Conselho Monetário, tinha tradição de trabalhar com o FMI. Foi assim. Eles aprovaram o nosso programa. Então mostra que você não tem grandes dificuldades com o FMI. Quando você tem um programa sério e, sobretudo, há uma expectativa dos credores... Não é só o FMI. É o Banco Mundial e os credores, os bancos também, os bancos credores. Você infunde confiança nos credores. Então, tínhamos limpado tudo. E quando entrou o Delfim expandindo, era hora de expandir. Então, a questão... Nós dizemos: "O Delfim estava certo quando fez, os outros estavam errados." Não. Tudo estava certo na sua etapa, como etapa. Era hora de tratar...

E.R. – Ele estava colhendo os frutos.

C.R. – Colheu os frutos. Tanto assim que ele pôde aumentar o endividamento do Brasil – porque aumentaram as reservas do Brasil. Ele colheu os frutos daquele prestígio...

[FINAL DA FITA 2-B]

C.R. – Não se tira com isso o mérito de quem fez a fase de expansão. Porque era [inaudível] de fazer, de criar uma confiança no Brasil: o Brasil grande, o Brasil... etc., o milagre. Aí, veio o milagre. Mas o milagre foi construído em cima da seriedade. E esse crédito que o Delfim conseguiu, que o Brasil conseguiu no mercado particular, esse crédito todo – que continuou a conseguir, mesmo depois do primeiro choque do petróleo -, é legítimo. O Brasil tinha mostrado que era gente, que sabia administrar suas coisas, compreendeu? E mesmo na parte de expansão tinha talento – o Delfim é um homem de talento. Então... Agora, o que ficou constrangedor foi o exagero. E o próprio Delfim me disse – são palavras do Delfim: "Casimiro, eu não comando os acontecimentos. Me convidaram, eu acho que é uma obrigação, me convidaram para ser – o próprio Costa e Silva. Mas eu estou sentindo o ambiente, eles querem mudar, porque é a moda brasileira. E eu acho um absurdo tirar uma pessoa como você." Eu digo: "O^ Delfim, não leva para caso pessoal." Ele quis... Coisa muito mais importante. "Não, mas eu quero. Uma pessoa que está aí, que ajudou, está aí. Tirar você daí? Sem falar de outros. Mas como? Mas não faz sentido! E me colocam como ministro um problema, porque eu vou ter que arranjar uma pessoa. Eu tiro na área acadêmica, muito bem, mas esse sujeito ainda vai aprender as coisas." Então, o Delfim...

E.R. – Eles estão mudando só os membros ou a orientação também? O que mudou? Bom. Teve a questão da expansão, certamente.

C.R. – Não, estava na hora. A orientação, quer dizer... Estava na hora de começar a expandir. Estava na hora de começar. Então, a orientação não foi errada propriamente, e o problema também de mudar as pessoas é um problema normal. Mas havia um aspecto formal, porque tínhamos que preservar o princípio de que o Banco Central tem uma administração independente, que cumpre os seus mandatos, compreendeu? Só interrompe o mandato se for um processo por crime, comprovado. E nós, elegantemente... Quer dizer, eles sugeriram, informalmente, que nós pedíssemos demissão, a renúncia ao cargo. Porque nós não podíamos ser demitidos, pela lei. Ainda tem esse aspecto formal. A não ser por crime, comprovado, processo. Então sugeriram que renunciássemos. Aliás, eles não sabiam bem fixar isso. Tanto não sabiam que o homem que veio suceder o Dênio na presidência do Banco Central era um professor de matemática, engenharia, de São Paulo...

P.R. – Rui Leme.

C.R. – O Rui Leme. Ele ficou constrangido de nos perguntar porque depois que nós soubemos, [inaudível] "...à sua disposição, Rui Leme. Você vai ser o próximo presidente. Já está decidido que nós vamos sair. Então, nós estamos preocupados é com o Banco Central, não com a nossa vaidade. E com certos princípios. Mas nós estamos à sua disposição. Você nos convoca, nós somos seus assessores para facilitar a transição. Você não pode adivinhar. Você vem de fora, nunca trabalhou nesse ramo." Mas ele não perguntou. Sabe o que ele fez? Mandou fazer um decreto de nomeação da nova diretoria do Banco Central. E a dele, como presidente. Os decretos foram recusados no Senado, devolvidos. Porque os cargos não estavam vagos. Aí ele aprendeu, viu que foi mal feita a coisa.

E.R. – Houve um equívoco formal, não é?

C.R. – Formal. Aí, nós soubemos, compreendeu? E fizeram movimentação política, Congresso... Não: nós tínhamos que pedir. Vagando o cargo, faziam-se as nomeações. Eles não queriam ouvir o Congresso. Mas tem que ouvir a lei, até que se mude a lei. Tem que ouvir o Congresso. Então, foi azedando o ambiente, compreendeu? Nós levamos a nossa resistência até um certo ponto. Até um certo ponto em que você aí pode até prejudicar o Banco Central como instituição, porque o receio é que, da nossa intransigência podia até vir uma mudança da lei, dizendo: "Não depende mais de..." O que, infelizmente, foi feito. E não foi pelo Delfim, foi pelo Mário Henrique.

E.R. – Pelo Simonsen.

C.R. – É. Então os nossos receios tinham razão de ser. Então, dissemos: "Ô Delfim, chega de constrangimento. Nós vamos renunciar aos nossos cargos. Passado esse período..." Foi um período de atrito. E o Dênio foi muito contundente. Para o pessoal acordar para o problema.

E.R. – Ele levou a questão a ferro e fogo.

C.R. – É. Ponta de faca, compreendeu? Nós sentimos um momento em que uma resistência maior nossa – isso aí já é minha opinião pessoal – levaria a uma mudança da lei. "Então, não; então... espera aí." Porque o Congresso estava muito obediente ao Executivo. Mandava, eles mudavam. Mas essa resistência calou fundo em alguns militares. Quando o Mário Henrique assumiu, a primeira lei de economia...

E.R. – A memória tinha registrado isso, não é?

C.R. – A primeira lei – coitado do Mário Henrique -, a primeira... Ele assumiu em março, em 15 de março; em começo de maio ele levou uma lei, projeto de lei, ao Geisel – recebeu instruções para isso, evidentemente – fazendo as seguintes modificações na estrutura legal. Não foi o... Já foi Geisel, hein? Muitas pessoas acham que foi o Costa e Silva que mudou e o Delfim. Não foi, não.

E.R. – O conflito se deu com o Costa e Silva.

C.R. – Com Costa e Silva.

E.R. – Mas a repercussão, o instrumento criado em função desse conflito, foi com o Simonsen, em Geisel.

C.R. – E o Simonsen recebeu instruções de fazer uma lei que diz: "Não depende do Congresso a aprovação. Os diretores do Banco Central..." Numa linguagem mais elegante, não é? – pela afirmativa e não pela negativa. Mas... "Os diretores do Banco Central são nomeados pelo presidente

da República, sem audiência do Congresso. São demissíveis *ad nutum*. Não têm mandato certo. Não tem mais quatro votos no Conselho Monetário. Apenas o presidente tem voto."

E.R. – A questão do voto, como é que...?

C.R. – Os quatro diretores do Banco Central – o presidente e mais três... Todos três tinham votos individuais no Conselho Monetário. Para contrabalançar Banco do Brasil, Fazenda..., não é? Isso foi julgado importante, como parte do *checks and balances*, do sistema de equilíbrio de forças, não é? É o preço a pagar para botar o ministro da Fazenda lá.

E.R. – Quer dizer que foi reduzido também, nesta mesma... pelo próprio Simonsen...

C.R. – Pelo próprio Mário Henrique, pelo Mário Henrique. Uma lei só para isto. Agora, para prêmio de consolo, deu mais dois cargos executivos no Banco Central. Aumentou de dois cargos o Banco Central. O que deve ter sofrido o Mário com isto... Porque ele estava no bolso com uma outra coisa importante, que ele conseguiu: fazer a lei das S.A. dois anos depois. Dois anos depois: lei das S.A., a nova lei, e criar a CVM, tirando do Banco Central função executiva. Isso o Mário Henrique conseguiu. Mas antes as funções de fiscalização do mercado de capitais estavam no Banco Central, inicialmente. Julgamos necessário. Porque era a equipe que nós conhecíamos, era a estrutura que nós tínhamos bolado, eram as pessoas confiáveis. Porque se nós criamos um órgão aí, aí os corretores tomam conta desse negócio e não regula nada. [riso] Nós tínhamos um grande receio que uma CVM, se não feita com cuidado, virasse clube de corretor. Felizmente não foi. Felizmente, não foi. Roberto Teixeira da Costa patrocinou. Um grande espírito público. Muito bem. Mas nós tínhamos... então botamos tudo junto: a formulação da política e a fiscalização. O Mário separou, acertadamente, a parte de fiscalização e regulação, a nível médio; criou a CVM – tirou aí – e botou o presidente da CVM como membro do Conselho Monetário, mantendo o princípio de que o Conselho Monetário formula em conjunto, coordenadamente, as políticas monetária, bancária, mercado monetário e mercado de capitais. E ainda as atividades financeiras de seguro de capitalização e *pension fund*. O Mário. Então ele perdeu, tristemente, no início... Tanto perdeu que anos depois, já fora do poder, ele fez uma proposta de que o Banco Central, a nomeação tivesse aprovação do Senado. Ele, muitos anos depois.

E.R. – Para tentar voltar...

C.R. – Trazer de volta. Quando já não tinha mais poder para influir. Quer dizer, quando ele tinha... [risos] Coitado. Sofreu, mas conseguiu. Em compensação, ele conseguiu a nova lei das S.A., ajudado pelo Bulhões Pedreira. E... Então, você vê como, aos trancos e barrancos, vão as coisas, quer dizer...

Mas repetindo: foi um período muito especial aquele do Castelo Branco. Ele merece mais crédito do que tem recebido, o Castelo Branco. Mesmo dos historiadores. Eu tenho dito a alguns historiadores: "Precisa deixar um pouco o ranço de lado." "É militar, sou contra!" "Não, tem que ver o sujeito, ver o que aconteceu." Eu tive... E não conheci ele pessoalmente, nem é parente. Nem... Mas todas as vezes... Nunca falhou uma vez. Toda vez em que houve caso difícil para discutir, seja para a austeridade que o dr. Bulhões queria, seja por questões éticas, ele deu a solução certa. Solução certa. Castelo Branco. Quer dizer, justiça. Eu me lembro que uma vez... – se vale gravar esse negócio, mas é um testemunho histórico do presidente Castelo Branco na área econômica. Uma vez, o dr. Bulhões me levou. "Você vai comigo. O presidente Castelo está um pouco preocupado. Estão falando mal da sua política de redescontos." O Bulhões dizia "a sua política". É sua. Gerência era do Conselho. Mas eu é que formulava a política. E eu mudei a estrutura do redesconto, porque era uma confusão, papéis, não sei que mais. Eu digo: "Não, tem o redesconto de liquidez, 15 dias. Taxa de mercado, penalizante, levemente. O sujeito pede porque precisa caixa, mas não faz

negócios. Não expande crédito. Para expandir crédito é o redesconto periódico, sazonal. Aí é por seis meses, por oito meses. Mas o limite desse é 15 dias e olhe lá! Tem que provar por que ficou tanto tempo sem repagar." Eu inovei com isso. Deixou os banqueiros desgostosos. Mesmo os bons banqueiros. Muita briga, muita coisa, muita reclamação. O pessoal me apoiou, do Conselho Monetário, os bons banqueiros – Gastão Vidigal apoiou.

Uma vez, nessa reunião com o presidente Castelo – isso é sintomático – ele estava com um grande amigo dele, da UDN, lá do Norte, Paulo Sarazate. Um excelente elemento, amigo dele, homem que apoiou o Castelo, amizade pessoal. Ele disse: "Presidente, está aqui o dr. Casimiro. É uma boa oportunidade para dar um aperto nele. Porque..." Ele disse: "Ah, sim, dr. Casimiro. Aqui o amigo Sarazate parece que tem aí uns problemas. Eu não estou convencido, não. Mas vamos deixar ele falar. Ô Sarazate, fala aí qual é o seu problema." Aí, o Sarazate disse: "Dr. Casimiro, eu tenho uma surpresa para o senhor. O senhor está apertando o estado natal do presidente com a sua política de redesconto aí. Sei que o programa é de austeridade, mas o senhor vem criar dificuldades lá na praça. O pessoal está reclamando." Eu digo: "Especificamente, qual é a queixa que tem, a primeira da lista?" "Especificamente, é aquele telegrama das classes produtoras do Ceará, assinado pelo fulano de tal, que o senhor recebeu, e eu tenho minhas fontes de informação, presidente: o dr. Casimiro parece que nem leu. Porque... Me desculpe, mas... Porque a resposta "não" foi tão imediata, que eu não sei se ele teve tempo de ler." Aí, o Castelo Branco deu um sorriso... "Dr. Casimiro, o que o senhor tem a dizer?" "Bom, tenho dois aspectos. Primeiro, a questão; segundo lugar, no mérito. Primeiro, o cavalheiro que assinou esse memorial telex, compreendeu, é um elemento cassado e cassado por corrupção." O presidente Castelo virou-se e disse: "Sarazate, que história é essa? Você está defendendo o homem aí..." "Não, está naquela lista, aqueles outros assuntos, eu quero falar com o senhor, presidente. Eu acho que foi uma injustiça que fizeram chamarem de corrupto." "Dr. Casimiro, o senhor conhece o homem?" Eu digo: "Não conheço, mas tenho péssima impressão sobre ele. Porque a ficha dele na área bancária é péssima. Ele pegou uma cooperativa, fingiu de banco, botou no asfalto, compreendeu? Como não tem a nova legislação bancária, que vai ser proposta... – ainda não tem, as cooperativas de crédito são aprovadas pelo Serviço de Economia Rural, que põe um carimbo lá. Qualquer malandro pega. Fica brincando de banco comercial. O senhor sabe, na sua terra, presidente, um dos problemas de Fortaleza é o excessivo número de cooperativas de crédito que se desviaram das suas finalidades básicas. Estão brincando de banco e estão quebradas." E eu digo: "Olha, dr. Paulo Sarazate, antes de mais nada, eu queria dizer que o argumento de estar dando um aperto no estado natal do presidente não tem validade técnica. É um tipo de argumento político que se fazia nos velhos tempos. Eu acho que os tempos mudaram." Aí, o presidente Castelo riu e disse: "Sarazate, um a zero a favor do dr. Casimiro." [risos]

Aí ele diz: "Prossiga." Eu digo: "Não, mas eu analisei. Eu disse "não" porque eu já tinha analisado o tema. Mas o tema é conhecido. Porque esse memorial já tinha chegado antes. Inclusive, essa matéria, eu compareci no Congresso, numa comissão de investigação do sistema bancário, e já dei a resposta que "não". Então, eu pude dar "não" imediatamente porque já tinha estudado." "Mas afinal, qual é este tipo? Porque os assuntos são tão complexos..." – diz o presidente Castelo. "E é uma beleza quando a gente pode dizer: não!" Eu digo: "Pelo seguinte: ele alega que faz essa petição em favor da...em favor da lavoura, e esta sugestão é contra o interesse da lavoura." "Mas qual é a sugestão?" "A sugestão é a seguinte: é que o redesconto das promissórias rurais, que hoje é limitado a 180 dias de prazo, redesconto por 180 dias, passe para um ano." Aí, diz o Sarazate: "Pois é. Veja só: 120 dias não dá para a produção, não dá para nada." Eu digo: "Presidente, o eminente deputado Paulo Sarazate está fazendo uma confusão que outras pessoas de muito bom nível têm feito. A promissória rural é a duplicata do comprador, do intermediário. Quem é o credor é o vendedor, produtor rural. O produtor rural vende a 120 dias ao intermediário, ao comprador..."

E.R. – Este é que tem esse prazo.

C.R. – Este é que tem o prazo. "É claro que facilita a venda. Muito bem, facilita, até 120 dias. Agora, para o comerciante que compra o produto rural – e fica o produtor rural com a assinatura dele -, dar um ano para ele sentar na mercadoria e especular? Com dinheiro subsidiado, porque não tem correção monetária, é juro de 8% ao ano? Isto, senhor presidente, nem que venha pedido de Vossa Excelência, compreendeu, eu não faço. Não faço, porque o senhor não foi esclarecido. Não faço. Porque eu sou do ramo e eu sei o erro nessa designação. Quer dizer, o pessoal pensa que promissória rural é o papagaio do produtor. Não é. É a duplicata do comprador. E é um assunto antigo, surrado. E toda vez que chega um desses, eu digo "não", de saída. Foi essa a razão." "Muito bem, dr. Casimiro. Eu estou satisfeito com a sua explicação. Sarazate: dois a zero contra você. [risos] Podemos passar a um outro problema." Ele saiu.

Então esse é o presidente. Tive outros casos. Casos, inclusive, mais importantes do que esse em que apoiou o dr. Bulhões, em que o ministro da Indústria e Comércio, que era o Daniel Faraco – excelente, nosso amigo... Mas chegou um momento que a austeridade estava apertando tanto, 66, que nós tivemos que afrouxar alguma coisa. Claro. Afrouxamos o pagamento, demos mais prazo para pagar o imposto, compreendeu, liberou dinheiro. Estava um aperto. Estava. A dosagem ficou difícil. E nós carregamos na mão.

E.R. – *Stop and go...*

C.R. – É. O negócio foi... na dosagem, e nós abrimos. Estava difícil. E o Faraco se assustou: "Sinceramente, olha, o negócio... Eu vim de São Paulo, o pessoal está... É um pouco diferente da choradeira normal – porque tem aquela choradeira normal. Esta... parece que está doendo mesmo, hein?"

E.R. – Essa política, essa regulação não tem regra, não é? Você tem que sentir um pouco.

C.R. – É, apalpar. E o pior é que tem que saber se o camarada que te traz... Porque você não tem modelo, compreendeu, de computador, que te exponha tudo isso. Nem hoje. Você tem que ouvir a pessoa que está te dando a informação que não tem no computador, não tem no teu modelo, compreendeu? Se tem, é simplificado de uma tal forma que não te vale nada. Então, o cara é que vem te dizer a informação. Se o sujeito estiver mentindo? Eu sempre dizia ao pessoal: "Pelo amor de Deus, não mente! É de uma gravidade, compreendeu? Você convence o ministro, convence a todos nós, faz um drama aí desgraçado, a gente solta o crédito... Não era para soltar. Solta isso, afrouxa o aperto. Não era.. E lá se vai a política. Na base da informação. Você é uma pessoa responsável." De modo que você acaba também perguntando mais, com frequência, a algumas pessoas que você sabe que são para valer. E neste caso, o dr. Bulhões disse: "Olha, nós estamos soltando um pouco, eu estou dando mais prazo para pagar o IPI e não sei que mais, mais nada além disso!" E aí, o Faraco – era um excelente elemento, mas estava assustado: "Presidente, temos que ver as repercussões políticas disso. Tem gente boa em São Paulo que está reclamando e coisa. O dr. Bulhões disse que ele já soltou um pouco. Mas eu acho que ele está sendo duro demais." Ele parou, ouviu... E o Castelo estava em pressões políticas de tudo quanto é lado.

E.R. – A linha dura mesmo estava pressionando. O Carlos Lacerda estava pressionando.

C.R. – Foi. Ele disse: "Já sei, já sei." Eu estava presente.

E.R. – As pequenas e médias empresas estavam com dificuldade, não é?

C.R. – "Eu já sei o que está acontecendo. Acho que já até entendi. O dr. Bulhões está querendo ser austero. E o ministro da Indústria e Comércio está querendo ser prestimoso." – prestimoso. Foi até um pouco injusto, porque o Faraco é um excelente homem. Prestimoso. "Eu já estou... Se queremos

combater a inflação nesta quadra, não, ainda não é hora de afrouxar. Estou com o dr. Bulhões." E acabou a reunião. Isso é um homem..., não é? Até... você ter presidente assim, [riso] vale a pena ser ministro da Fazenda, não é isto? Quer dizer, todas as instâncias... Eu não participei de todas as reuniões, mas as que eu fui testemunha... Acostumado como eu estava em lidar com político, tem que fazer um escarcéu para tirar 2% de resultado... Tanto que com o presidente Castelo tínhamos muito cuidado em apresentar exatamente o panorama e dar exatamente a dosagem das medidas. Compreendeu? Porque com os outros governos, você começa a exagerar um pouco, assusta o homem, para ver se ele dá 10% disso. Ver se assusta. [inaudível] não era de assustar, não. Tem que relatar, compreendeu, e se você o convenceu, ele anota a medida. Então, a responsabilidade aumenta – do assessor, compreendeu? Porque geralmente a assessoria no Brasil, você sabe que... Exagera o panorama: "O presidente vai dar 10% desse negócio." Então, pinta com cores piores, não é?

E.R. – A expansão vem com o Costa, então, não é?

C.R. – Vem. Até um certo ponto, desejável. Desejável. Porque era o momento. Limpou a casa, restabeleceu o crédito no exterior, então era a hora. Então, o Delfim entrou na hora certa. A opinião pública não entendeu, nem os empresários: "Pô, o Delfim é que é o homem. Porque queriam quebrar o Brasil." Não. Ele veio na hora certa. O Delfim não teria sacado o que sacou no exterior, se não fosse o bom nome restabelecido. Porque o Jango não tinha um tostão do exterior. Foi restabelecido. A demonstração de seriedade perante o FMI, perante os banqueiros, perante tudo. Então, você, depois, pode sacar. Então, foram duas etapas que se completaram. Foi até bom que viesse um manda brasa, de certa forma. Porque embora... Eu tenho a impressão que se o Bulhões e o Roberto ficassem mais tempo, iam afrouxar uma série de coisas. Está na hora. Está na hora. Talvez não tanto. E depois veio logo o problema do petróleo, uma série de coisas. Mas... Limpa a casa... Primeiro você limpa a coisa, depois você vai para a expansão. Mas com crédito, pegando as melhores taxas de juros, melhores prazos.

P.R. – Eu estive, sexta-feira passada, com o dr. Dênio, na casa dele, exatamente fazendo uma preparação para uma próxima entrevista, e ele me fez duas confissões – conversando comigo pessoalmente – que eu achei muito importantes. A primeira delas, ele falou que o Delfim era uma espécie assim de mata-borrão da FIESP. A FIESP mandava, ele fazia. [risos] Falou isso claramente comigo, sem nenhum subterfúgio. E a segunda que ele falou foi uma coisa que me deixou até um pouco alarmado. Porque ele falou que o dr. Bulhões nunca foi contra a idéia do Banco Central. Mas que no momento em que ela foi feita, ele foi reticente. E foi reticente porque ele tinha medo de que as experiências anteriores se repetissem. Quer dizer, que naquele momento, os fracassos das tentativas feitas anteriormente – porque isso vem sendo feito desde 1918, não é? – não tivessem êxito.

C.R. – Não é a minha impressão. Não é a minha impressão. Mas é preciso ver. Há nuances semânticas do que ele disse. Uma parte é fato, observado por mim, que o dr. Bulhões estava com muita gana de consertar as coisas. Muita. Estava com um presidente e uma equipe da confiança dele. E com o companheiro Roberto Campos – que dão-se bem até hoje. Dois temperamentos totalmente diferentes, dão-se maravilhosamente bem. Mas sentindo o presidente que ele tinha, compreendeu, que vivia dizendo "eu fico um ano, eu fico dois", de fato o dr. Bulhões queria usar os instrumentos que já existiam para trabalhar. E assim o fez. Porque nós ficamos três anos; na verdade, no primeiro ano, trabalhamos com o instrumental que tinha; no segundo, já com um instrumental novo, mas novo que era preciso montar. Então, o sentimento do dr. Bulhões era de que se não obtivéssemos o Banco Central, nós tínhamos instrumentos – aqueles instrumentos espalhados e coisa... "Dá uma ordem ao Banco do Brasil para não expandir o crédito. O Conselho Monetário tem autoridade sobre o Banco do Brasil. Segura." Nós tínhamos o orçamento monetário, outra invenção técnica do Departamento Econômico, que depois desmoralizaram totalmente. O orçamento monetário hoje vira

chacota. Mas é uma coisa muito séria. A gente segurava o Banco do Brasil [para o]⁵ orçamento monetário. Então, havia já um instrumental à disposição de quem quisesse trabalhar bem. E de quem tivesse apoio do presidente da República para consertar as coisas. Sem precisar do Banco Central. Mas o que nós... O que o dr. Bulhões sentia, e eu também, é que se você passasse dois anos, consertava as coisas, mas não institucionalizava o Banco Central, voltavam os abusos. E nós não precisávamos do Banco Central. Porque nós tínhamos mentalidade de banco central, compreendeu? Aquelas salvaguardas, aquelas coisas, aquele de botar o nome no Congresso... Claro que o nosso nome passou correndo. Governo de força, compreendeu? Não era preciso aprovar o nosso nome no Congresso para se trabalhar. Então... Mas era importante fazer isso. Dr. Bulhões estava muito empolgado em consertar as coisas com o instrumental que ele tinha, que já era suficiente. O Dênio, como assumiu na Sumoc, ele chamou a si a tarefa de coordenar a estrutura sem o Banco Central e considerou uma função importante dele. Como era. Então, o receio dele... Sempre fica um cobrador, não é? Ele contou com a minha cooperação, porque eu, há mais tempo talvez que o Dênio, estava preocupado com o Banco Central. E vim da própria Sumoc. O Dênio estava muito motivado com o Banco Central e teve uma atuação muito importante.

A propósito, aliás, é interessante, porque no primeiro dia da revolução – o Mazzilli ainda era o presidente, antes do presidente Castelo – dr. Bulhões foi chamado, chamado para atuar, antes do Roberto Campos. Ele foi confirmado pelo presidente Castelo. Mas ele foi chamado pelo presidente Mazzilli, antes disso, pela revolução. Quer dizer, o homem de confiança da revolução. Mas o Mazzilli ainda era formalmente o presidente, e o dr. Bulhões já era o... E me chamou, a mim e ao Dênio. Tivemos uma reunião histórica, compreendeu, reservada, em que o Bulhões disse a mim e ao Dênio: "Olha, tenho dois cargos importantes, fundamentais aqui: a Sumoc e a Carteira de Redesconto."

[FINAL DA FITA 3-A]

C.R. – "E esses dois cargos são para vocês dois. Vocês têm que me ajudar, vocês é que... E para mim é indiferente quem vai, para onde quiser. Quer dizer, ou você vai para a Sumoc..." Disse: "Casimiro, você veio da Sumoc, todo o tempo na Sumoc. O Dênio está com a idéia do Banco Central. Mas o Redesconto... Quero dizer: dos dois cargos, o que eu tenho urgência, hoje, que um de vocês dois assuma, é o Redesconto. Porque mudou o governo, os bancos estão apavorados. E o Jango, a última coisa que ele fez, foi ameaçar os banqueiros de São Paulo e dizer que ia cortar o redesconto para São Paulo. Esse ambiente de contra-revolução, de pânico, compreendeu, precisa ter gente da minha confiança na Carteira de Redesconto. A Sumoc, nós podemos nomear dentro de alguns dias. Hoje é a Carteira de Redesconto. Qual de vocês dois vai para a Carteira?" Deu-me vontade de dizer: "Dr. Bulhões, minha carreira toda, os últimos 12 anos, eu passei na Sumoc preparando o Banco Central. O senhor me dá para escolher, vou para a Sumoc." Eu me preparava para dizer isto... Eu digo: "A minha preferência, o Dênio vai para o Redesconto..." "Aí, o Dênio disse: "Não. Dr. Bulhões, eu estou escrevendo um trabalho que eu prometi para a universidade, não sei o que, já estou atrasado. Eu preciso de mais um mês para terminar esse trabalho, uma pesquisa. Eu não posso entrar agora." Então diz o Bulhões: "Então é você, Casimiro. Você pode começar hoje?" Eu digo: "Posso." "Você vai para o Redesconto." Então, esperou mais uns dias: "Quando você estiver livre, Casimiro, você dá também uma olhada na Sumoc. Você vai lá, não é? Olhar. E Dênio, então, quando você estiver livre, você me fala, vai você para a Sumoc." Foi assim... Curioso...

E.R. – Que as escolhas foram feitas.

⁵ Palavras mais aproximadas do que foi possível ouvir.

C.R. – Foram feitas. Foi extremamente interessante para mim ir para o Redesconto, para a trincheira e tudo mais. E os problemas de Banco Central foram discutidas em conjunto. Mas o Dênio, na verdade, escolheu ir para a Sumoc. Compreendeu? Escolheu. E lá estando, claro, tomou a peito, e com muito interesse, coordenar a preparação da lei do Banco Central. E como coordenador... O coordenador era o dr. Bulhões. Dr. Bulhões sabia que o Dênio estava lá, que eu estava também e tudo mais. O dr. Bulhões estava tratando era de apagar o fogo! Quando você tem uma facilidade de estar tratando..., você já estava... Daí essa impressão, compreendeu, essa impressão do Dênio que o dr. Bulhões não estava dando prioridade para criar o Banco Central. Não. É claro. Porque você tinha que consertar a coisa e deixar as instituições. É claro que o conserto da situação, a emergência, é no primeiro dia. É no Redesconto, aquela coisa, negociar com o FMI. Eu acumulei a Carteira de Redesconto com a de Câmbio. E com a negociação internacional. Três funções. Negociação com o FMI toda comigo. Pela tradição que eu tinha e a confiança que em mim depositava o Bulhões.

Então, fica essa impressão que o dr. Bulhões não estava muito interessado no Banco Central. Mas é claro, a vida inteira. Mas ele tinha o Dênio tratando disso, tinha a mim também. Então, a nossa função de assessor é cutucar: "Dr. Bulhões, não vai esquecer o Banco Central. Vai ter que deixar essa estrutura etc." E outra coisa: legislação de mercado de capitais, uma série de coisas. A estrutura legal. A reforma institucional foi extremamente importante. Criar figuras operacionais e de instituições que não existiam antes. Um banco de investimento, o corretor, uma estrutura mais operacional. Regulamentar: o que existia foi regulamentado melhor, com especialização de funções. Tudo isso tínhamos que fazer. E aproveitar um Congresso mais cooperativo, compreendeu, para não dizer dócil, e deixar isso. Porque nós éramos passageiros. Então, nós apagávamos o fogo e deixávamos as instituições prontas. É claro que o dr. Bulhões jamais negligenciaria a questão do Banco Central. [riso] Mas você tem um auxiliar, se dá ao luxo de ficar lhe puxando a manga.

Então... "Ah, o dr. Bulhões é o homem do Banco Central." Claro. Quem primeiro pensou no Brasil, com sua autoridade... Não teria saído sem a autoridade dele. Autoridade junto ao presidente Castelo Branco, compreendeu? E o Dênio está um pouco, talvez, pessoalmente, um pouco sentido, porque as pessoas não têm dado a ele, talvez, o crédito que ele merece nesse trabalho. As pessoas dizem que o dr. Bulhões... "Dr. Bulhões..." Claro que a grande figura é o dr. Bulhões. O Dênio fez um trabalho extraordinário. Todos nós trabalhamos, mas a grande figura e que tornou possível e que tinha o prestígio com o presidente... Senão, teria sido mais uma... mais uma... Mas não estou de acordo com a interpretação que se não fosse ele, não teria saído o Banco Central. Não era isto. Se a intenção dele é dizer isso... Se ele não ficou atento ao problema, não teríamos o Banco Central. [risos] Se essa é a intenção, é exagero. Porque essa idéia estava na cabeça do dr. Bulhões quando o Dênio não era nascido ainda, ou andava de calça curta, ainda. [riso] E de qualquer forma, foi o dr. Bulhões que tornou possível, com seu prestígio, com a sua autoridade.

P.R. – Dr. Casimiro, o senhor falou aí, durante a sua entrevista, que as principais fontes de pressão, no sentido de tropeçar o andamento do projeto do Banco Central, teriam sido a cúpula do Banco do Brasil ou o pessoal de nível médio do Banco do Brasil. Mas não teria havido outras correntes de pressão também contrárias? Porque...

C.R. – Havia, mas tinha...

P.R. – ...eu noto nos governos... Por exemplo, vários governos enviaram mensagens ao Congresso propondo a criação do Banco Central. Mas chegava lá...

C.R. – Havia outra. Mais suave, mais compreensível: os bancos privados. Os bancos privados ficaram num dilema muito grande. Porque... Primeiro você tem os bons bancos, que querem que a autoridade ponha ordem nos maus. E havia muitos maus, naquela época. Hoje não tem este problema, compreendeu? Então, o bom banqueiro, conservador, dizia: "Não, precisamos de ordem, porque isso é uma bagunça. Vão acabar quebrando todo mundo. Porque os malucos estão quebrando e acaba repercutindo em todo o sistema." Então eles queriam o Banco Central. Mas não o banco

central misto, não. O banco central puro. Não o banco central para concorrer com eles, via Banco do Brasil. Então, eles eram a favor da tese do banco central puro. Havia um certo cuidado em não ficar, quer dizer, um banco central muito intervencionista, um Estado intervencionista, um Estado que diz o que faz, o que não pode... Havia este receio.

E.R. – Este receio que causava as pressões contra?

C.R. – Causava as pressões. Com o Banco Central, não, mas de certa ponderação: "Olha, cuidado isso, cuidado aquilo." Compreendeu? E havia os maus bancos.

E.R. – Os bons bancos tinham receio do excesso de intervenção.

C.R. – Intervenção.

E.R. – Os maus bancos tinham receio da fiscalização.

C.R. – Da punição. Fiscalização. Mas os bons bancos tinham interesse na fiscalização, porque eles já conheciam há muitos anos – porque já vinha da Sumoc. Uma velha guarda de inspetores, muito bons, com uma grande experiência. Tudo foi aproveitado no Banco Central. Tinha também uma coisa: "Banco Central, sim. Mas que história é essa de depósito compulsório?" Dr. Whitaker foi contra, o venerável dr. Whitaker.

P.R. – José Maria Whitaker.

C.R. – E'. Era muito difícil o diálogo, inclusive.

E.R. – Ele foi contra o depósito compulsório?

C.R. – Foi contra o compulsório. E tinha uma certa razão. Mas você não pode acabar com um instrumento porque ele foi sistematicamente mal-usado. Esse é um dos problemas que surge na regulamentação. Você tem o instrumento certo, ele é sistematicamente mal-usado, então você não diz: "Vamos acabar com esse negócio." Será esta a solução? Ou será policiar no sentido de ser bem usado? Ele mostrou casos em que foi mal-usado. Houve época em que era uma piada. Porque o compulsório ficava no próprio Banco do Brasil, que expandia e concorria deslealmente – de certa forma, deslealmente – com os bancos privados. Porque o depósito compulsório não rende juros. Você dá para o maior concorrente, que é o Banco do Brasil, e ele tem custo zero. E vai concorrer com o banco privado para captar. Essa a visão que o banco privado tem: "Que instrumento de política monetária que nada. Isso acaba financiando ou o Banco do Brasil ou o déficit do Tesouro. E financiando barato, de graça." Agora, nós vamos fazer uma lei de Banco Central que vai botar um banco central que não tem poderes de depósito compulsório?

E.R. – Então não é Banco Central.

C.R. – Não é Banco Central, não é? Então tem que convencer as pessoas: "Tem que ter. Agora, é preciso ter gente séria. E razoável. Aí é que vocês vão entrar, reclamando, ponderando, discutindo. Esse é o processo democrático." Você tem também o extremo oposto: não tem instituições, porque elas podem ser... Aliás, é parte do debate atual. Eu fiz observações, recentemente, sobre esse negócio: "Pelo amor de Deus! Vocês querem acabar porque foi mal utilizado? Mas não é isto. O problema não é esse. O problema é botar as pessoas na cadeia. É só isso. Não é fazer lei complementar, não sei que mais. A não ser que seja lei complementar às punições, compreendeu, aos patifes. Se as punições, a estrutura de punições..." Porque aí é importante, porque na legislação criminal, todo mundo sabe, só é crime o que está na lei. Se não estiver na lei, não é crime. Você

pode achar que é uma coisa terrível. Perde-se tempo. É preciso que a lei diga. E dê a punição. Porque se não disser, não é crime. Só é crime o que a lei criminal diz que é crime. Qualquer advogado tira qualquer malandro da cadeia. Ele diz: "Não está aqui. Onde é que está?" "É um novo crime." "Um novo crime? Então põe na lei, numa nova lei." Enquanto a lei não disser que isto é crime, não é crime. Para o advogado não é. Uma questão muito clara. Então o que eu acho que é preciso rever é a parte de criminalidade. A parte criminal, precisa dar uma olhada. Mais nada! Mais nada. Se você começar a mexer no resto, acaba tendo uma legislação pior do que a que tem aí. E disfarça: joga uma cortina de fumaça sobre a [inaudível]. Realmente, não se tem apurado... E outra coisa: punir as autoridades que não apuram. Isto é crime e tem que estar na lei. Porque se não estiver na lei, não é crime, não é punido. Está muito bem. E o meu último apelo a eles, escrevi um artigo, entreguei a eles, me pediram. Está muito bem. Leva.

E.R. – A quem?

C.R. – A revista Banco Hoje. Então... Eu vou mandar uma cópia, porque pode servir para alguma coisa aí, na hora de conferir as idéias, não é? Estão confundindo o negócio. Vamos aproveitar o regime democrático. Vamos botar para funcionar. Não destrói as instituições. Pune. Eles querem inclusive um inspetor do Banco Central. Eles estão agora discutindo um caso, um casozinho de polícia: do Nahas. Agora, se o advogado dele achar, descobrir coisas que não estão na lei, ele não vai para a cadeia. Não vai. Compreendeu? Só se enquadra o que estiver ali como lei. Se não estiver, não vai. O advogado tira ele.

Então, outra coisa: quem aprovou "seu" Nahas? A lei, já do nosso tempo, que é muito boa, já diz: "Autoridade responsável pela nomeação... Todas nomeações de banco só são válidas como sociedade anônima, depois de submetidas à autoridade monetária, ao crivo da autoridade, para saber se as pessoas eleitas pelas assembleias podem exercer o cargo." Está na lei. Isso está claro, compreendeu? Tenha suficiente capacidade técnica e experiência, e ilibada reputação – isso está na lei. Pois bem. O "seu" Nahas... Não quero deixar esse negócio aí, senão o advogado dele vai me processar. [risos] "Seu" Nahas... Para citar um exemplo: "seu" Nahas, que já estava sendo processado nos Estados Unidos pelas confusões que fez lá – *Chicago Commodities* – e já estava proibido de operar no sistema americano, comprou um banco aqui e se fez nomear presidente do conselho. O Banco Central, com pedido de pistolões, aprovou o nome dele. Não podia. Alguém do sistema financeiro lembrou lá ao Banco Central: "Mas como é que está aprovando esse camarada? Ele nos Estados Unidos está proibido." Isso foi há dez ou 12 anos. Mas já tinha sido, a falcatura dele já tinha sido... "Não; tem certeza?" – disse lá o funcionário. "A ficha dele no Brasil está limpa." Aí diz esse cavalheiro: "Mas eu apanho o certificado nos Estados Unidos. Meu banco é associado ao banco americano, dá uma certidão." "Não, não. Deixa o negócio correr." Pedidos de alto nível a favor dele fizeram o Banco Central, sabendo que a reputação não era ilibada, já naquele tempo... Porque às vezes você tem uma desagradável surpresa: o sujeito está limpo, tudo bem, e depois que foi aprovado, depois que tinha a ficha limpa... Mas esse não tinha.

Então, o problema não é fazer um novo estatuto do Banco Central, pelo amor de Deus! A lei está aí. Se não é cumprida porque um pistolão de cima... Pune quem assinou. Esse negócio de pistolão, que vem pedido de tal homem ou pedido do homem ou pedido de não sei quem... Esse é um problema simples de cadeia. Se a lei criminal não está bem escrita, então, vamos fazer uma boa lei. Correto? Para não confundir as coisas.

É, por hoje... [riso]

P.R. – Por hoje, estamos... Dr. Casimiro, acho que nós vamos pedir ao senhor mais uma oportunidade, se possível.

C.R. – É um prazer. Muito bem. É, sempre fica uma coisa e outra.

E.R. – Vamos dar uma espiada aí...

C.R. – É. Tem o segundo... É, tem depois o... Depois que nós saímos do governo, eu já adiantei alguma coisa – o que aconteceu com o Banco Central. Quer dizer, o Banco Central começou a andar um pouco para trás, a ser reabsorvido pelo Banco do Brasil.

E.R. – Isso a partir do...

C.R. – Da nossa saída.

E.R. – Da saída, certo. Esse é um capítulo importante.

C.R. – E até um certo ponto em que, aí, eu me assustei. Eu não era do governo, eu estava como presidente da Associação dos Bancos de Investimento. Esqueci os meus deveres como presidente, ficar defendendo a classe, para defender o Banco Central. E aí criei um escândalo público sobre a conta de movimento, que ninguém pôde ignorar o problema. Porque através da conta de movimento, o Banco do Brasil sacava em aberto no Banco Central e comunicava *a posteriori*. Quando a conta de movimento, eu fui olhar, ela tinha excedido o papel-moeda em circulação. O rombo. Aí, chamei a atenção do pessoal, não fizeram nada. Aí... Para você ver: passou o tamanho da base monetária! Digo: "Acabou o Banco Central. Não tem mais nada. Temos uma simbiose de duas instituições gigantes, irmãos siameses, compreendeu?" É pior que o banco misto. Porque está com a aparência de banco separado, independente, não se apuram as responsabilidades... Aí uma revista americana estampou esse negócio lá, não sei como. Eu falei aqui, numa conferência no Banco Central, depois foi reproduzido. Disse... Como é que ele disse? "*Siamese twin defines Central Bank in Brazil*", não sei que lá. Saiu numa revista americana. [risos] Um escândalo. Aí eu pus toda a base, o pessoal novo da área universitária que estava chegando, com uma sede de estudar, passei para eles, para eles comprarem a briga. Eles compraram. Compraram. Ninguém sabia, era um negócio... Conta de movimento era uma subconta. Muita gente dizia: "Não, isso é conta de dupla entrada. O resultado líquido é zero. Não tem importância." E o Banco do Brasil mantinha o segredo. E o pessoal do Banco Central tímido para entrar numa briga um pouco desagradável. Mas eu resolvi comprar. E a área universitária comprou bonito a coisa. Depois que... O último capítulo foi o Maílson, com a separação. E o próprio Galvêas ganhou coragem e, como ministro, apoiou o Maílson, que fez o trabalho para ele. Já no finzinho do governo, não é? No finzinho do governo fizeram a separação da conta de movimento. Porque era uma farsa. Eu estava sentindo. Estava vendo Sumoc de novo sendo engolida pelo Banco do Brasil. O próprio Banco Central. Fiz a denúncia, é: "Os *textbooks*, os livros textos aí, que estão dizendo que houve uma reforma em 64, que foram separadas as funções, que foram transferidas... Não é verdade. Tem que corrigir o livro texto. Não foi criado ainda o Banco Central." Dramatizei, compreendeu? Para chocar. "Não foi, o livro texto está... Estão dizendo uma coisa que não aconteceu. Continuam [inaudível] e pior do que antes!" Já aqui de fora. Então, esse é o outro, é o próximo capítulo. [riso]

E.R. – Vamos, então, passar para essa...

P.R. – Certo.

E.R. – Muito obrigado.

[FINAL DA FITA 3-B]

2ª Entrevista: 28.09.1989

E.R. – Dr. Casimiro, nós tínhamos conversado na semana passada com o senhor e o senhor fez uma exposição sobre exatamente a implantação do Banco Central, a transformação da Sumoc em Banco Central, toda a luta que houve dentro do próprio Banco do Brasil para tentar quebrar as resistências dos altos funcionários da burocracia, entrando no mérito da questão de que um banco central não concorreria com o Banco do Brasil, e sim teria uma natureza diferente, seria um regulador do sistema financeiro inteiro. E eu gostaria de retomar a conversa com o senhor, hoje, falando exatamente sobre a mudança que houve na perspectiva, nos instrumentos do Banco Central, na passagem do governo Castelo para o governo Costa e Silva. O senhor tinha dito que houve, inclusive, uma regressão do Banco Central, em termos de ser reabsorvido pelo Banco do Brasil. O senhor poderia retomar um pouco a conversa a partir desse ponto?

C.R. – Pois não. Eu já estava fora do Banco Central, a antiga administração também, mas, evidentemente, continuávamos a acompanhar com muita atenção e com muita preocupação a vida do novo órgão, Banco Central, já numa administração que não tinha a mesma motivação da administração anterior, embora tivesse compreensão perfeita dos problemas. E sabendo que o Banco do Brasil continuaria a mostrar sua insatisfação com a criação do Banco Central. É preciso lembrar que, na solução encontrada da criação do Banco Central, houve que fazer alguma concessão temporária ao Banco do Brasil. É bom comentar isto, porque é parte da solução – no nosso tempo. Nós tínhamos uma fase, sabíamos que o Banco Central teria uma fase de implantação nada fácil. Implantação quer dizer transferência efetiva de recursos, de instrumentos, de instalações, de funções e até de funcionários do Banco do Brasil ao Banco Central. Porque não poderíamos começar ou esperar que o Banco Central contratasse gente para todos os níveis, com experiência bancária, através de concurso. Primeiro, isso é extremamente difícil. Foi feito posteriormente, porque havia um programa para isto. Mas na transição, nós não podíamos parar o serviço de banco central, nós tínhamos que continuar. E o pessoal mais qualificado na parte bancária, vamos dizer... Porque na parte de formulação de política, é preciso apenas ter gente competente academicamente e com vivência de problemas no Conselho Monetário, não é? Mas a parte operacional, é preciso ter gente que entenda do assunto. E não só de assuntos bancários, mas assuntos de especialização do Banco Central. Isso o Banco do Brasil tinha. Então, por exemplo, como medida, aquilo que foi possível fazer de imediato, foi feito.

Eu tive a satisfação e a felicidade, por acaso, de ter sido designado para a Carteira de Redesconto, onde, dada a gravidade, a importância estratégica do sistema de pagamentos nacional desta carteira, da função do Banco Central de prestamista de última instância do sistema financeiro, numa situação conturbada e de revolução... Eu fui designado a assumir a Carteira de Redesconto e também a Caixa de Mobilização Bancária – que era uma espécie de cemitério dos bancos quebrados, herança de coisas passadas.⁶ Assumi imediatamente, porque não podia ficar uma hora sequer, nem cinco minutos, a Carteira de Redesconto parada. Tinha um aspecto psicológico extremamente importante. Essa é uma coisa que eu repetirei e repito, através dos tempos: a importância psicológica da existência de um banco central com poderes para atender o sistema em situações financeiras difíceis, de pânico, esse conjunto. Todos sabem que basta a presença, às vezes, do Banco Central e dizer: "Eu estou aqui atento; quem precisar..." Sem limite. Só isso resolve, muitas vezes, os problemas do sistema financeiro. É a presença. Não é que as pessoas queiram dinheiro propriamente ou os bancos precisem... É aquela presença, garantia dele. Isso só o Banco Central pode fazer. E quem fazia isto era a Carteira de Redesconto do Banco do Brasil, que era um órgão governamental, independente,

⁶ A Caixa de Mobilização Bancária (Camob) foi criada durante a primeira gestão de Osvaldo Aranha no Ministério da Fazenda do Governo Provisório, através do Decreto 21.499, de 9 de janeiro de 1932. Apesar de ter vida autônoma e contabilidade própria, a Camob era administrada pelo diretor da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil. Extinta no governo Café Filho, quando Eugênio Gudin era ministro da Fazenda, a liquidação do órgão foi iniciada em 18 de janeiro de 1955, por força do Decreto 36.783.

formalmente independente, mas funcionando dentro do Banco do Brasil, por contrato. Esta Carteira...

Eu fui designado para esta Carteira antes do Banco Central, antes do Banco Central, e já para preparar a transferência do Banco Central. Coube a mim, quando se construiu o Banco Central, começou a instalação um ano depois, fazer a transferência. Eu tive muita sorte porque pude exercer, vamos dizer, uma pressão política dentro do governo a favor de uma transferência imediata. O que não aconteceu, por exemplo, com a Carteira de Câmbio, das operações internacionais. O problema era diferente. E não tinha a mesma urgência da transferência. Então, eu me vali da importância do órgão para pressão, inclusive, dentro do Banco do Brasil. Isto eu estou contando porque é história administrativa e mostra as características muito *sui generis* do caso brasileiro, não é? – por que as coisas são feitas no Brasil e por que deixam de ser feitas, às vezes. Eu, ciente dessas coisas, usei um tipo de pressão. Foi o seguinte: obtive do governo, dr. Bulhões, autorização para transferir todo mundo do Banco do Brasil. Todos. Já que era um órgão oficial, de banco central, transferir todo mundo. Em 24 horas estava todo mundo fora do Banco do Brasil, dentro do Banco Central. Todos estavam requisitados. Desde o contínuo, entendeu, ao gerente, ao chefe de gabinete. Proibido o licenciamento. Nem mulher grávida poderia... Porque houve uma tendência, um aliciamento, dizendo: "Voltem para o Banco do Brasil." Começaram, inclusive, disfarçadamente, a oferecer oportunidades. Isso era um dos inconvenientes de ter um funcionalismo do Banco do Brasil. Havia vantagens e uma necessidade mesmo, imediata, muito grande. Esse inconveniente: as pessoas começam a ir embora, começa a esvaziar antes que tivesse tempo de fazer concurso. Podia aliciar em caráter definitivo as pessoas para saírem do Banco do Brasil, da sua carreira, e aceitarem uma carreira num órgão ainda recém-criado. Havia esses aspectos. O que oferecer. O sujeito tem uma carreira de Banco do Brasil, com aquelas garantias e vantagens que hoje são conhecidas aí pelo noticiário, não é? E o Banco Central era uma experiência, uma coisa nova. Muitos disseram: "Não, vou trabalhar com muito prazer e coisa. Mas eu não me transfiro para o Banco Central, pessoalmente."

E.R. – A equipe inicial do Banco Central contava com quantas pessoas, mais ou menos? Entre funcionários, técnicos e administrativos?

C.R. – Não era muito grande, quer dizer... Eu acho – não tenho o número, assim, mas era coisa na ordem de centena, compreendeu? Hoje é um órgão com alguns milhares de pessoas. Não tinha tanto.

E.R. – A Sumoc, na fase final...

C.R. – A Sumoc talvez tivesse umas trezentas, quatrocentas pessoas, se tanto. Mas de corpo próprio, não muito. Eu não tenho a cifra; talvez não tivesse cem. Porque havia gente...

P.R. – Mas o pessoal do Redesconto veio todo?

C.R. – Eu consegui isso: veio todo, todo. Então, isso foi muito importante para tornar viável a transição.

E.R. – Essa cifra, a grosso modo, o senhor diria que a Sumoc, na sua fase final, teria umas cem pessoas?

C.R. – Talvez um pouco mais. Talvez não tivesse muito mais de cem, em funcionários. Porque eles começaram... A Sumoc, na preparação do Banco Central, contratava funcionários nos cargos mais humildes, mais modestos. E foi formando um corpo através dos anos. E a lei do Banco Central diz: "Serão transformados, imediatamente, em funcionários do Banco Central os funcionários da Sumoc que tenham feito concurso." Porque muitos entraram por nomeação. Quase todos, noventa e tantos

porcento, por nomeação. Ou política ou por parentesco com funcionários do Banco e tudo mais. E com o passar do tempo, foram fazendo concurso e regularizando a sua situação. Então, a lei diz: para aqueles que já fizeram concurso, serão incorporados, contando o tempo de Sumoc. Contando o tempo de Sumoc.

E.R. – A expansão do corpo foi uma coisa enorme, não é?

C.R. – Foi, posteriormente. Foi muito... E nós tínhamos na parte graduada, de inspetores, chefes de seção, gente já com vinte anos de Banco do Brasil, 25, trinta. Então, não era fácil dizer a essa gente: "Vocês vão..." "Não, nós vamos trabalhar sim, mas requisitados para o Banco Central, com todas as vantagens do regulamento do Banco do Brasil, como se lá estivéssemos trabalhando." E o Banco do Brasil concordou com isso. Então, trabalhar no Banco Central... Que foi meu caso; foi meu caso. Eu trabalhei muitos anos na Sumoc e era funcionário do Banco do Brasil. E contou para promoção, contou tudo. Formalmente, para promoção. Houve uma certa época em que quem estivesse do outro lado já não era muito bem-visto para promoção etc. Mas não chegou a haver, assim, uma discriminação. Havia o seguinte: os funcionários da Sumoc ganhavam menos que os do Banco do Brasil. Sempre menos. Isto era uma imposição dos funcionários graduados do Banco do Brasil, que lá estavam, e que faziam as regras do jogo na Sumoc. Eles achavam que apesar de ter feito concurso interno e tudo mais, não era a mesma coisa que o funcionário do Banco. [risos] Ironicamente, hoje, a maior reivindicação dos funcionários do Banco do Brasil é serem equiparados ao Banco Central. [risos]

Mas esse era o ambiente. Então, aquela massa de pessoas, indispensável. A Inspeção toda. Você não faz uma inspeção de uma hora para outra. E em gente bancária boa. Depois é um aspecto ético muito importante: essa Inspeção não era gente apenas competente, era gente altamente confiável, que foi selecionada com o passar do tempo. Um ou outro elemento carreirista foi embora. Porque ali é um lugar em que a pessoa não fazia boas relações com o sistema bancário. Fica ali de juiz e de inspetor, não é? Era indispensável aquela gente. Indispensável. Então, com o passar do tempo, a primeira coisa foi levar a Inspeção. E eu que estava na Carteira de Redesconto resolvi fazer a coisa à *manu militari*: é de alto interesse nacional, isso é um órgão público, a lei colocou este órgão público dentro do Banco Central, imediatamente. Ora, a gente não podia dizer que as pessoas também ficavam. Não: ali havia o oferecimento aos funcionários que quisessem ficar. Mas técnica, legalmente, todos podiam ir embora. E poderiam ir embora no curso dos meses, do tempo, compreendeu? Com as oportunidades que tem no Banco do Brasil. Então, eu tive que arranjar a regulamentação: ficavam todos, todos. Ninguém podia sair. Com desculpa nenhuma. Houve até o caso de uma senhora grávida que queria, alegou... Estava no terceiro mês ainda, então não tinha tempo para a licença. Mas alegou para ir embora. Eu disse: "Tenha santa paciência, quando chegar a sua data do licenciamento, a senhora se licencia por seu direito, não é? A senhora está começando a gravidez. A senhora vai para o Banco do Brasil por quê? A senhora tem uma situação privilegiada." Não sai ninguém, ninguém, porque era uma coisa da maior importância.

Me lembro que a revolução tinha um ano de idade já, mas o sistema bancário era preciso estar de olho, não é? Então, foi o departamento mais importante do Banco Central, vamos dizer, em que não houve solução de continuidade dos serviços. Mas nenhuma. Nem do diretor, que era eu, nem dos gerentes, que eu mantive. Por coincidência, e como era do Banco do Brasil, o gerente da antiga administração, o auxiliar dele, era pessoa da minha confiança. Como eles tinham trabalhado na administração do João Goulart, houve uma pressão para tirá-los. Pressão política, não do sistema bancário. Porque eu conferi com o sistema bancário e acharam ótimos funcionários, da maior confiança. Disseram para mim: "Você precisa manter esses homens. Você faz muito bem em manter." Eu conferi, então, com o sistema financeiro. E o resto era fofoca política. Mas muito forte. Muito forte. Mas eu mantive o pessoal que era da minha confiança. Trouxe mais alguns elementos

da Sumoc, que eu conhecia, da minha confiança. Inclusive, começamos a apertar as craveiras, a moralização administrativa, compreendeu, acabar com aqueles privilégios de banco quebrado ou que tem mais dinheiro não pagar as dívidas. Uma campanha de moralização que eu comecei. Que aliás há fatos interessantíssimos; não cabe relatar aqui, por mais interessantes que sejam, senão ficaríamos horas conversando. Eventualmente, numa outra época, eu poderei entrar nisso. Há coisas interessantíssimas.

Mas o ambiente, vamos dizer, fora do Banco Central, fora do Banco do Brasil, era um ambiente viciado: de corrupção, ambiente de favores políticos, de ingerências. De modo que era extremamente importante que o Banco Central pudesse contar com aquela equipe da velha guarda do Banco do Brasil e inspetores, inspetores com experiência de inspeção de banco. Experiência de inspeção, experiência administrativa. Para não comer gato por lebre. Porque não adianta botar gente de um alto QI e brilhante curso universitário e jogar às feras. O sujeito aprender... Até que aprendesse, já tinha enrolado muitos casos. Inclusive, quando começou a administração, vieram as pressões políticas. Pressão de gente corrupta. Gente corrupta que traz um general a tiracolo, não é?

P.R. – É. Isso ficou muito em moda, na época.

C.R. – É. A tiracolo. E eu tive que resistir a isso. E tive apoio do ministro Bulhões e o ministro Bulhões teve o apoio do presidente da República. Mas mesmo assim, não foi sopa. Não foi sopa. Eu tive caso, apenas para citar um, em que um almirante, dos mais influentes na revolução – e um homem sério -, falando também em nome de um general que foi fundamental na revolução, disse: "Dr. Casimiro... O senhor é dr. Casimiro?" "Sim, senhor." "O senhor que é o diretor da Carteira de Redesconto? Eu estou muito decepcionado com o senhor." Eu não o conhecia pessoalmente. "Eu não atino por quê. Vossa Excelência poderia ser mais explícita?" – porque o tratamento da alta patente é Vossa Excelência, eu sabia. "Eu me refiro ao meu muito bom amigo, senhor fulano de tal – a um italiano -, que, apesar de estrangeiro, é melhor do que muito brasileiro que anda por aí. O que me consta é que o senhor está criando dificuldade para o moço, não sei, ou o seu gerente. O problema é que ele é nosso amigo e está sendo perseguido pelos subversivos; estão provocando uma corrida bancária. Isto é muito grave, pode haver uma corrida geral e inclusive inverter a tendência da revolução. Vai dar uma contra-revolução. Ele vai aí porque precisa de 500 milhões; teve que pedir, estourou uma compensação. Aliás, o rapaz da compensação, o Julinho, foi muito compreensivo. Olha, eu quero recomendar o nome dele. Muito compreensivo. [risos] Ele não expulsou da compensação, ficou com o dinheiro." Eu digo: "Vossa Excelência já terminou?" "O senhor vai providenciar, porque..." "Um momento." "Ele esteve aí para falar com o senhor, não é?" – diz ele para mim. "O senhor permite, então, que eu diga o que houve?" "Pois não. Fale." "O senhor fulano de tal esteve aqui e eu disse que não dou um tostão a ele." "Mas como? O que que o senhor?..." "Que não dou um tostão a ele. Porque a ficha do banco dele é das piores que nós temos aqui. O seu amigo cometeu todas as irregularidades que nós conhecemos. Está tudo fichado." "Não, mas isso aí são as más línguas." "Não há más línguas. Sete ou oito anos, 13 inspetores, inspeções com inspetores diferentes constataram. E o senhor manda aqui uma pessoa de confiança que eu vou lhe dar cópia xerox autenticada. Não lhe dou o processo, não, porque não pode sair daqui. As maiores irregularidades. E uma coisa: seu amigo tem uma certa criatividade." "Ah, sim?" "Porque ele inventou falcaturas que nós não conhecíamos. Aprendemos com ele."

E.R. – Era original.

C.R. – Criatividade. "E eu disse a ele que enquanto eu estiver aqui, ele não recebe um tostão meu. Um tostão." "Vou falar com o dr. Bulhões, porque o dr. Bulhões esteve na minha casa hoje..." Chamou o dr. Bulhões; dr. Bulhões foi lá pensando que era uma coisa importante – um almirante. Disse: "Casimiro, queria salvar um banquinho aí. Você acha que vale a pena salvar?" Disse: "Não

vale. Esse o primeiro da lista dos corruptos. E não nem grande, que possa assustar. Não é." "Então fica por sua conta, Casimiro. Eu não quero perder tempo com isso. Você faz, fecha." Eu disse: "Almirante, então..." "Pois é, mas o rapaz da compensação..." Eu digo: "Uma coisa o senhor pode dar lição para mim, que matéria de disciplina. Banco, entendo eu mais que o senhor. E justamente como a revolução foi feita para combater a corrupção, os abusos, eu não posso logo inaugurar a administração fazendo coisas que eu sei, h 26 anos, que coisa errada. Porque eu não tenho desculpa. O senhor não conhece, pode recomendar. Foi induzido na sua boa fé, foi ilaqueado na sua boa fé." – usei ilaqueado. "Mas eu não posso. Eu não tenho desculpa. E além disso, a responsabilidade minha, a assinatura minha. Não nem do dr. Bulhões. E ele não vai me pedir, já me disse para tocar para a frente. Mas se o dr. Bulhões me pedisse, eu dizia: 'Ministro, não dá. O senhor me botou aqui justamente para não concordar com essas coisas. A responsabilidade legal minha. E essa, eu não dou.' E disse ao seu amigo: 'Se você tem amigos tão fortes, sai correndo, arranja para me mudar de lugar.' Porque eu estou, aliás, interino. Fui nomeado interinamente. Eu, aqui, não dou um tostão. E lhe digo, senhor almirante: Vossa Excelência está sendo ilaqueada, ele ilaqueou a boa fé. Este homem não vale a sua ajuda, a sua consideração." "Ah, questão de opinião. Os administradores dele que foram péssimos. Ele foi enganado." Eu disse: "Não. Essa história, nós já conferimos aqui. Ele nomeia gente que não presta. Nomeava – porque agora o negócio... Nomeava. E depois que as autoridades descobriam, os inspetores, ele mudava e botava outros malandros no lugar. E repete a história. E eu dou, tem 99,999... As outras ações são a S.A. fictícia. Porque as outras seis ações – porque preciso ter seis acionistas – são a mulher dele, o genro dele, o motorista dele. Ele o dono. Eu tenho péssima impressão. Aliás, não conhecia pessoalmente. Agora, depois de conversar meia hora com ele, eu já tenho um conceito." Eu usei a expressão militar: "Já tenho um conceito dele. Péssimo conceito. Veio aqui, querendo dar ordens, queria assinar 500 milhões, uma nota promissória... Disse: 'Dr. Casimiro, o senhor um homem ocupado, eu também sou... Eu preciso de 500 milhões já. Não dá tempo de tratar de garantia, não sei que mais...'"

E.R. – Arrogância.

C.R. – Arrogância. E assustar. "O almirante vai lhe telefonar. – citou seu nome. Para tirar 500 milhões sem garantia." "Não, porque o Julinho..." Eu digo: "Olha, o senhor entende de disciplina. Essa, o senhor me dá lição. E eu vou lhe dizer o seguinte: o Julinho, pressionado por um major, que foi lá enviado por Vossa Excelência, o Julinho não fez a sua obrigação de regulamento. E vai dar um prejuízo União." "Mas como?" "À União. Porque ele ficou com os cheques do seu amigo, quando ele tinha que devolver, expulsar da compensação e devolver. Aí, cada banco que tivesse o cheque..., distribuía o prejuízo pelos bancos que trouxeram o cheque. Mas se ele retiver o cheque, o prejuízo só do Banco do Brasil, que está operando em nome do Tesouro. O prejuízo da União. Este rapaz já foi admoestado verbalmente por minha ordem. E amanhã, se não cumprir, destituído do cargo e punido. E o senhor vai entender muito bem, porque disciplina o senhor conhece cem vezes mais do que eu. Um almirante disciplinado. Amanhã..." "Ah, por obséquio, um bom sujeito, não faça isso." Eu digo: "Não, ele não vai ser destituído hoje. Amanhã, ele fecha na hora. E se o seu amigo não tiver trazido o dinheiro para comprar os cheques, ele expulso da compensação. Dinheiro, eu não dou." "Ah, mas ele pode cobrir amanhã?" "Pode. Porque o senhor já pressionou um funcionário do Banco do Brasil, que já engoliu o cheque, já fez uma irregularidade, então, amanhã, compreendeu... Eu não destituo esse funcionário..." – porque ele estava convencido que ia salvar o... "Ah, mas ele quer salvar o sistema bancário." Eu digo: "Eu que tenho que julgar isso. Não um funcionariozinho da compensação de cheque. É o diretor de Redesconto. E eu acho que não o caso de dar um tostão para o seu amigo." Então... [riso]

Este o tipo. Eu estou dizendo essa história entre várias. De como estava a situação e como precisava ter gente do Banco do Brasil e Sumoc já conhecida, ao meu lado, para fazer funcionar, desde o primeiro dia, a nova ordem de coisas. Porque não só desenhar uma lei bonita e fazer uma

regulamentação de Banco Central. Tem aspectos técnicos belíssimos e um aspecto prático de moralização administrativa. E de resistência corrupção. Sem o que o próprio órgão, inclusive a administração, se desmoralizaria. Tive vários outros casos desse. E no final ganhei todas. Como o dr. Bulhões ganhou todas. E, no final, depois de alguns meses, já não apareciam mais esses casos. Porque era uma questão apenas de dizer, de resistir. E com boa argumentação. Afinal, acabamos fechando o banco. A história das irregularidades dá para encher horas de conversa. Mas então...

E.R. – Dr. Casimiro; só uma intervençãozinha: esses casos típicos de pessoas sem escrúpulos, de corrupção, certamente existiram. Nessa época também houve a chamada quebradeira, não é, quer dizer, a retirada de créditos. E os pequenos e médios empresários sentiram muito essa ausência do crédito. Quer dizer, era uma época de recessão e tal. No sistema bancário, fora os casos de corrupção, houve também... Como que foi traduzido esse primeiro governo da revolução na área bancária? A formação dos grandes conglomerados e a...

C.R. – Isso foi depois. Vem depois. Já havia grupos importantes. Grupos importantes, banqueiros e seus bancos tradicionais. De excelente qualidade, de excelente qualidade. Aquilo que não era de boa qualidade representava pouco, percentualmente, do sistema. Mas havia um processo de chantagem, sempre presente, em que, por causa de um banquito, compreendeu, que não era um centésimo de um Bradesco – que o Bradesco era menor -, Itaú, o que fosse, amedrontava todo mundo. Corrida geral. Então, vinha aquela chantagem, a boataria de que os bancos bons também estavam sofrendo. Era uma chantagem danada. Que até certo ponto assustava um pouco os bons bancos. Porque na ignorância popular, compreendeu, havia gente... E uma das funções que eu desempenhei foi de chamar os banqueiros – em conjunto e depois um a um -, os bons bancos, que era o grosso do sistema bancário, e dizer: "Não se preocupem. Não vou dar tostão para os patifes, que são pequenos, são poucos. E se houver alguma exploração, então, o redesconto está aberto para vocês. Saquem o que for necessário. E o curioso que bons bancos, que eram a maioria em volume do sistema financeiro – a maioria, quer dizer, representavam 90% do movimento bancário, vamos dizer -, pelo contrário: eles eram tão preocupados, tão conservadores, que não iam ao redesconto. E naquela época... Isso foi no primeiro ano, ainda funcionando no sistema antigo, para depois fazer o Banco Central, não é? No sistema antigo, mas com os poderes que existiam. Nós unificamos, antes da lei, unificamos, por uma decisão de governo, do Conselho Monetário. Então, na verdade, fizemos funcionar o banco central unificado antes de sua fundação. Porque havia a administração... Porque o Conselho Monetário daquela época já tinha poderes grandes.

E.R. – Antes da institucionalização.

C.R. – Antes. Porque havia que... No dia seguinte da tomada do poder, havia que pôr ordem na casa. E tinha que debater uma legislação de banco central, tinha que submeter ao Congresso, embora fosse um Congresso bastante cooperativo, naquela época...

E.R. – Dócil.

C.R. – Dócil, não é? Havia que levar, e levou um ano. Para a gente fazer outras coisas também. Não esperamos o Banco Central. Mas havia a mentalidade do banco central. Nessa do prestamista de última instância – que depois foi deformado -, ao mesmo tempo em que eu estava dizendo "não", enfrentando algumas altas patentes mal orientadas – porque depois reconheceram, elas reconheceram, e tive vários casos -, ao mesmo tempo tive casos de sabotagem de bancos do "fio de bigode". Tive um caso, não interessa o nome, um deles, mas um dos mais tradicionais, daqueles que não vão ao redesconto porque acham que alguém pode pensar mal porque vai ao redesconto. É preciso o diretor de Redesconto dizer: "Não, redesconto, o de comercialização você deve utilizar." Compreendeu?

[FINAL DA FITA 4-A]

C.R. – O redesconto... É preciso lembrar: na época não havia o at open market. Os instrumentos da autoridade eram toscos, eram mais grosseiros, mais violentos. O depósito compulsório. Mas esse era fortíssimo. Esse, você tinha que ajudar pelo redesconto, com muito cuidado. Como faz o Federal Reserve, e o Brasil já faz; isto é, se faz... O Federal Reserve faz isso: aumenta o compulsório e, pelo open market, suaviza o efeito. Porque ele violento. Então, tínhamos o redesconto. Então tinha que operar pelo redesconto. Os bancos não gostavam do redesconto, os bons bancos – que eram o grosso do sistema. Você podia ter mais recessão de crédito do que o necessário. Daí termos separado o redesconto de liquidez..., separamos da Caixa de Amortização Bancária, praticamente ficou, desde o início, ficou morta. Porque na época – e isso coisa tipicamente brasileira, mas reflete a mentalidade do sistema financeiro, dos bons bancos... Porque a conotação ficou: banco que está na Camob, Caixa de Amortização Bancária, está quebrado. Se saísse esse boato, o banco sofria uma corrida. Porque a Camob só atendia a banco quebrado. Caixa de Amortização Bancária. Ela tinha sido criada em mil novecentos e trinta e poucos. E foi ficando e foi ficando. E lá foram os cadáveres, compreendeu, os casos mais escabrosos. Ela foi ficando, pegou um péssimo nome. No entanto, a função da Caixa de Amortização Bancária seria a assistência financeira de emergência ou de mais longo prazo. Que não palavra nenhum, compreendeu? Então, acabamos com ela. Não só por incorporação no Banco Central, mas porque o nome era péssimo. Você dava atendimento a um banco bom, numa certa dificuldade, e se saísse a notícia que estava na Camob, ele quebrava. "O banco tal está na Camob." Então, uma das boas coisas...

E.R. – Está no CTI, não é?

C.R. – CTI. [riso] Eu gostei desse CTI. Então, uma das boas coisas da reforma, que eles gostaram: acabou-se a Camob. Assim mesmo, os bons bancos não iam ao redesconto. Então, separei o que redesconto de liquidez. Os contumazes viviam em liquidez; ficaram infelizes, claro. Porque eu dava 15 dias e taxa penalizante – o que na época se considerava taxa penalizante. Se você calcular bem, era uma taxa negativa de juro, ainda, assim mesmo. De modo que todo o sistema trabalhava com taxa negativa de juro, compreendeu? Você não tinha open market ainda, então você tinha que trabalhar com controle quantitativo, e não com taxa de juro.

Aliás, isso era característico da nossa política monetária, rudimentar, improvisada, muito enérgica, às vezes excessivamente. A gente tinha que trabalhar com a quantidade, o controle da quantidade de moeda e do crédito, e não com a taxa de juro. Porque institucionalmente ela estava no sistema negativo, compreendeu? E nós fomos paulatinamente passando para um sistema de taxa real de juro. Mas isso levou algum tempo. E na transição um pouco difícil. É aquilo que o Inácio Rangel, já naquela época, chamava a atenção muito bem, muito bem: "Essas empresas são viáveis com a taxa negativa de juro. O dia em que passar para uma taxa real – e vai ter um dia, vai ter que passar -, elas estão tecnicamente quebradas." O Inácio Rangel foi o primeiro que chamou a atenção. [riso] E isso explica as dificuldades depois, nesta primeira fase; parece que viviam endividadas. Nós conhecíamos esse problema, procuramos levar isso. Mas claro que a coisa foi conduzida num sentido de taxa real de juro. Logo que conseguiu baixar a inflação...

Inicialmente, como sabido, nós tivemos que fazer uma inflação corretiva – o que chamamos de inflação corretiva. No primeiro ano, tivemos uma inflação igual ou at um pouco maior. Igual do ano anterior. No ano anterior tinha sido 82% de inflação, por exemplo – o índice da Fundação Getúlio Vargas. Apesar dos congelamentos, apesar dos subsídios tremendos agricultura, apesar do congelamento de tarifas, compreendeu? Quer dizer, uma distorção de preços relativos perversa, porque prejudicava o investimento em aumento de expansão de energia... O problema que hoje temos de novo, nessa forma de combater a inflação: congela os recursos da Petrobrás, congela a fonte de receita da Companhia Siderúrgica Nacional através do preço. É isso que nós encontramos.

Então, a primeira coisa que fizemos, aproveitando a autoridade que tínhamos: "Não, o primeiro ano não vai ser inflação inferior ao ano anterior." Tivemos 94% de inflação. Mas corretiva. Eu tive que explicar isso no FMI. Os ministros também, e eu dei a minha explicação lá, aos banqueiros. "94% este ano muito melhor a administração do que 82%..." Porque eliminamos com coragem as distorções tarifárias, atualizando no câmbio, para poder começar a equilibrar o balanço de pagamento, ainda com o câmbio administrado, mas violentamente atualizado. Eliminamos as principais distorções. Mas isso deu um choque, que hoje se chama de inercial – está na moda. O que nós sabíamos. E nós chamamos de inflação corretiva, no bom sentido. E preferíamos ter... Então eu explicava ao FMI: "Olha, não julguem o Brasil. 94 foi 82..." Eles entenderam. "Vamos ver os próximos anos." E começamos a introduzir um pouco a correção monetária no sistema financeiro.

E.R. – A princípio, era só no sistema financeiro, não é?

C.R. – Só no sistema financeiro – que essa que era a idéia.

E.R. – Corrigida trimestralmente.

C.R. – Semestralmente; primeiro semestralmente. E de preferência era anual, para ser anual. Por quê? Era importante criar um mercado de títulos públicos para financiar o déficit residual representado pelo déficit de capital, do governo. Quer dizer, o governo tinha que ter um superávit em transação corrente, governo-público, para financiar em parte o programa de capitais, de investimentos, e uma parte tinha que ser com empréstimos internos, de médio e longo prazo. Com poupança, quer dizer: os futuros que vão pagar. Então, superávit – esse o nosso ideal, não é, nas transações correntes do setor público: esse superávit financiar parte da despesa de capital, e a outra parte, financiar através da criação de um mercado de títulos públicos de médio e longo prazo. Ora, com uma inflação de 90%, ou passando para 50 ou 30%, você vai vender títulos de cinco anos sem correção monetária? Conversa nenhuma. Havia sempre alguém que dizia: "Não, quando se estabilizar a economia, aí você põe a correção monetária." "Aí você não precisa da correção monetária." [riso] É preciso muitos anos sem inflação ou com inflação negligenciável, para você poder lançar títulos públicos...

E.R. – Atualização da dívida.

C.R. – É. Exato. Não, a dívida não existia. Não: nós criamos a dívida. Aí tem um aspecto delicado. A dívida não existia porque tinha desaparecido. A dívida consolidada tinha desaparecido. E com ela desapareceu a economia das viúvas e tudo – que os juízes aplicavam, zelosamente, o dinheiro das viúvas em títulos públicos. Sem correção monetária. E as poupanças brasileiras nas Caixas Econômicas desapareceram. E com a taxa de juros de 12%, que era o limite da lei, também, os bancos pouco podiam fazer. Então, como aconteceu nos Estados Unidos, nós aqui fizemos até antes da Alemanha – mostra a nossa criatividade... Quer dizer: a lei da usura, em termos nominais, com a inflação, já em mil novecentos e cinquenta e poucos, descobriu-se um jeito de pagar a taxa de mercado, de trazer de volta a poupança para o sistema financeiro. A poupança tinha saído. E o jeito foi o desconto de letra de câmbio, a emissão de letra de câmbio pelos bancos, cujo desconto os advogados, habilmente, conseguiram interpretar como não ferindo a lei da usura.

E.R. – Esses instrumentos eram todos criados no processo das dificuldades, ou já existia um cardápio de...

C.R. – Nós tínhamos alguma coisa. Tivemos que respeitar. Por exemplo: coisa que tinha acontecido antes da reforma, que nós já conhecíamos e tínhamos que levar em consideração, porque era a realidade brasileira. Você não pode chamar uma pessoa do exterior para dizer o óbvio aqui e ignorar

a realidade, não é? [riso] Esse o perigo de você mandar uma pessoa num país estranho, com um excelente nível acadêmico, conhecendo muito bem o que aconteceu nos Estados Unidos e..., e não conhecendo os aspectos institucionais. Se não tiver alguém da terra que diga, ele pode fazer as maiores bobagens. Com o melhor preparo geral, não é? Eu acho que nisso nós não incorremos, porque há muitos anos vínhamos sofrendo essas coisas. E tolerando.

Por exemplo: era impossível mudar no Congresso a lei da usura. Era impossível, compreendeu? Então, o que se fazia, já antes da revolução e depois, durante a revolução, com toda a contundência, com toda a autoridade, "autoritária": não entramos nessa questão da lei da usura. Porque ainda era um ponto delicado. O que fizemos? Autorizamos o Conselho Monetário Nacional a fixar o nível julgado conveniente para a taxa de juros das instituições financeiras. Então, revogamos parcialmente... O Congresso, ao aprovar isso, revogou parcialmente a lei da usura. Mas ela continuou válida nas transações... Porque usurário aquele que empresta ao outro. Realmente, ficou para o usurário: o cara quer emprestar, aquele horror... Supõe-se que as instituições financeiras tenham uma taxa melhor do que a do usurário ali da esquina. Do onzenário, não é? Passou, passou. Nós vimos agora debatendo, vinte anos depois, a Constituição, em regime político, num país bastante mais adiantado, mais sofisticado, com assessorias universitárias muito sofisticadas, saiu o problema da lei da usura, de novo. [riso] Ainda que em termos reais. No nosso tempo era nominal. Então, o que fizemos? O Conselho Monetário autorizar fixar... Assim mesmo, com muito cuidado. Era um governo de força. Com muito cuidado. Mas o problema já havia sido contornado antes de nós – já sabíamos disso – pelo próprio sistema financeiro. Como aconteceu nos Estados Unidos, com outras soluções. O sistema inventa um jeito de contornar a regra legal absurda. A regra legal absurda, contra a economia de mercado, e ficava penalizando aquelas instituições que fazem aquele tipo de operação. Então, outra instituição inventa outro tipo, compreendeu, que considerado então como fora da lei de usura. E aí, então, se estabelece uma competição desleal. E... E aconteceu muito nos Estados Unidos.

Outra distorção também nós mantivemos – at essa muito discutível: o não pagamento de juros nos depósitos vista. Tradição americana, importantíssimo. O nosso sistema já tinha esta regulamentação dos juros... das contas de depósito vista não pagarem juro, copiando o sistema americano. Isso anterior nossa entrada. Nós não mexemos nisso de imediato, de imediato. Porque era muita coisa para mexer na tradição ao mesmo tempo. Mas a solução tinha sido dada pelos próprios bancos comerciais, os grandes bancos, criando as financeiras, cujos aceites eram vendidos com deságio. Então, no meu grupo, por exemplo, o Banco Mercantil de São Paulo, do Gastão Vidigal, que tinha a financeira Finasa – Financeira Nacional S.A. -, em mil novecentos e cinqüenta e poucos percebeu que o assunto... Ajudado pela assessoria jurídica e estudando com uns amigos em Londres, na Acceptance, especialmente ajudados por Baring Brothers, Merchant Bank, Baring Brothers e Schroeder's, de Londres, trouxe a técnica para cá, da letra de câmbio vendida no mercado, patrocinando o mercado secundário. E isso com a, vamos dizer, cooperação ou conivência, no bom sentido, das autoridades da época, de 1950, que não tinham coragem de propor a revogação da lei da usura – que seria derrotada no Congresso -, mas queriam contorná-la, de certa forma. Então as autoridades Sumoc da época fecharam os olhos para o fato de que as letras de câmbio vendidas com deságio estavam contornando a lei da usura, na captação de recursos. Então, os depósitos de poupança que os bancos comerciais vinham perdendo durante anos, perdendo... Você v pelas estatísticas: houve época em que quase 40, 50% dos depósitos eram depósitos a prazo. Historicamente perderam a percentagem e começaram a recuperar via – isso antes das reformas, antes dos conglomerados -, via financeira associada ao banco comercial. Feito pelos melhores bancos comerciais. Foi este banco, foi o Itaú, o Bradesco... Depois vieram os pequenos intermediários, que resolveram fazer a mesma coisa. Dentro de um princípio do free entry in the market.

Mas acontece que esse free entry... Isso dos grandes problemas da regulamentação oficial. Você sente vontade de dizer: "Eu dou para quatro, cinco, seis, sete grupos que eu conheço, gente da maior qualidade, e não quero dar para mais ninguém, porque senão vão..." Você não tendo esse

argumento, então deram, deram para centenas de financeiras. Resultado: vinte anos depois estão todas quebradas, exceto aquelas ligadas a bancos comerciais sólidos. Free entry in the market, somado com uma certa deficiência de fiscalização... Porque uma coisa você fiscalizar os bancos, que inclusive cooperam na fiscalização – o fiscal vai lá e abre... Outra, uma centena de pequenas instituições, não é? Aí, você vê também o número de inspetores competentes que preciso ter. Então, você nota em toda fiscalização brasileira, a boa fiscalização, a tendência contra o free entry in the market, que os universitários não suportam. Essa nova geração, então, que veio dos Estados Unidos, com essas idéias, somando ainda, vamos dizer, a redemocratização do país e as liberdades, a economia de mercado, não há argumento que você possa colocar contra. É uma liberdade ampla. Ainda que depois comecem a quebrar. É assim nos Estados Unidos: dá -se uma ampla liberdade, depois quebram. LÁ nos Estados Unidos quebram instituições financeiras, incluindo todos os tipos de agentes financeiros. Quebram muitas centenas por ano, at hoje. Agora, um país que tem estrutura de fiscalização para agüentar isto. E tem estrutura psicológica para não quebrar o sistema. Aqui no Brasil, quebram duas, três financeiras...

Foi um escândalo, anos atrás. O presidente Médici ficou tão mal impressionado, tão mal impressionado, porque três financeiras no Rio Grande do Sul, conceituadas..., que ele chamou a diretoria do Banco Central da época e disse: "Olha..." E ele era um homem de uma energia extraordinária. O Médici era um homem impressionante, fisicamente, compreendeu? Raras vezes na minha vida eu tive impressão de um presidente com tamanha autoridade do que ele. Ele passou história como um homem que gostava de futebol... Não: era um homem de uma autoridade tremenda. E ele dizia: "Olha – disse ao pessoal -, eu não quero que quebre instituição nenhuma. Isso deixa mal o governo, deixa mal a revolução. Eu ouvi um argumento, diz que muito normal. O Banco Central tem que fazer uma política preventiva, pelas inspeções e tudo. Quando quebra uma instituição, um fracasso da política preventiva do Banco Central. E se quebrar mais uma, os senhores da diretoria vão responder perante mim, diretamente. Eu não quero que quebre mais nenhuma. O senhor entendeu?" Eu me lembro, depois dessa reunião – eu já estava fora do governo, era presidente da Associação dos Bancos de Investimento, estava do outro lado da cerca. Então, ele vem, disse: "Olha, Casimiro, o negócio..."

E.R. – "Do outro lado da cerca" o título do livro do Roberto Campos. [risos]

C.R. – Então, esse presidente... Disse meu colega no Banco do Brasil: "Casimiro, e agora, hein? O que que você faria? Veja o meu abacaxi. Vocês lá tiveram o presidente Castelo e coisa... E agora, eu? O que você faria?" "Eu acho muito simples. Eu acho que você devia ter pedido demissão. Ou melhor, devia ter dito: 'Senhor presidente, o senhor não do ramo.'" "Mas dizer isso ao presidente Médici? Você já falou com ele?" Eu digo: "Já, sim. [riso] É uma parada. Mas presidente. É impossível. Nenhum banco central do mundo... A nenhum banco se pede, ou se torna responsável..., porque ele não pode, ele não pode estar dentro. SÓ se tiver uma estatização total do sistema. H uma política preventiva, uma série de coisas, mas não pode. Entre uma inspeção e outra, um patife pode quebrar um banco. 'Eu não posso te dar garantia. E sendo que eu não posso dar garantia...' "E se ele não se convencesse?" Eu digo: "Se ele não se convencesse, eu diria: 'O senhor, então, arranja outro presidente. Talvez um yes man, que vai dizer, vai embarcar o senhor numa política errada.' É isso que eu teria dito, fulano." "Ah, mas que..., uma figura, também está..., vamos tentar..." E foi aí que começaram os abusos, a partir dessa data. Porque os malandros todos souberam disso.

E.R. – Os abusos. Se era proibido quebrar, estava tudo muito bem, não é?

P.R. – Mas o que produzia essas fraudes, essas falências, dr. Casimiro?

C.R. – Uma mistura de incompetência e m fé, compreendeu, e roubalheira.

P.R. – Incompetência do empresário do setor?

C.R. – Do empresário. Havia casos de mera incompetência. O sujeito se fantasiava de banqueiro, compreendeu? Acha bonito. Eu tive casos na minha administração – agora, voltando atrás. Na minha administração, assim como lidei com patife e disse "Não lhe dou um tostão" – e afinal quebrei o camarada, devolvi o cheque e acabou quebrando -, assim teve bancos em que não estava havendo patifarias. Mera incompetência. Uma vez chamei um dos turcos aí da rua. Era um dos Abdalas, não sei que mais. Ele tinha uma fábrica de sedas, vendedor de sedas; ficou rico. Rico. E bem-conceituado, compreendeu? Bem-conceituado e tudo mais. E antes da minha administração ele tinha comprado um banquinho. O banquinho... Botou lá um genro e o genro fez as suas malandragens.

E.R. – Genro perigoso, não é? [risos]

C.R. – Mas então... E um dia eu chamei, mandei chamá-lo. Eu digo: "Vai fechar o seu banco, hein?" "Tá bom! Esse banco só me deu dor de cabeça, não sei que mais." Eu digo: "Mas eu quero... eu estou curioso. O senhor um sujeito bem-sucedido no seu ramo, comércio atacadista e varejista de tecidos, sedas, não sei que mais. O senhor bem-sucedido. O senhor estava rico. O senhor não um perdulário, tal e coisa, foi sempre tido como um sujeito mão-fechada." "Ah, eu comecei de baixo, vim para o Brasil como mascate e não sei que mais..." "Muito bem. O senhor se meter a banqueiro, senhor?! Quem que lhe meteu isso na cabeça?" "Não, na verdade, o meu genro disse que isso uma questão de status. Eu estou desconfiado hoje que ele queria um emprego, que não tinha. Então... E só tive dor de cabeça." Eu digo: "Mas vem cá: isso aumentou seu status?" "É, pensando bem..." "Aumentou seu crédito na praça?" "Pensando bem, não. Porque no momento em que eu virei banqueiro, os bancos que me davam crédito passaram a me considerar concorrente. E passaram a dar menos. E como esse banco nunca cresceu, e só me dá problema, eu diria que a parte mais fraca do meu negócio." Eu digo: "Então, o senhor já deu a solução. O senhor vende isso." "Mas o senhor me dá tempo para vender? O senhor disse que vai fechar..." Eu digo: "O senhor não um banco que tem patifarias, compreendeu? O senhor tem incompetência, e vai garra pela incompetência. Agora, o senhor merece alguma consideração. O senhor não um patife, que teve estelionatos. O seu banco não tem estelionatos, coisas que são... Então... E o seu genro um incompetente. E que escolhe gente incompetente. Então, o senhor merece... Eu lhe dou um mês, lhe dou alguma assistência financeira, a juro de mercado, lhe compro papéis bons..." "Ah, mas eu tenho papéis aqui contra... tenho aqui contra as Lojas Americanas, papel..." Eu digo: "Se Lojas Americanas, eu compro. Porque o senhor fecha e eu recebo das Lojas Americanas. Quanto que o senhor tem?" "Ah, tenho da Mesbla." "Muito bem. Traga a lista, mande um borderô..." – que eles acabaram com o borderô. Diz que antigüidade.

Border era uma beleza. [riso] O Banco Central emprestava. Comprava um papel aceito por uma boa empresa. O sujeito fechava, botava em cobrança no Banco do Brasil, recebia. Eu nunca tive fundos públicos para emprestar a banco. Emprestei muito a bancos. Nunca perdi um tostão. E não havia seguro de depósito e não h fundos especiais para dar a bancos. Não perdi um tostão. Nenhum. Recebi até o último tostão. Isso foi, mais tarde, considerado uma preocupação excessiva de banqueiro no Banco Central. Banco Central tem uma visão mais larga, aceita nota promissória dos bancos. Bom, mas no meu tempo, recebi tudo.

Então, veio, o homem vendeu. Vendeu para o Bradesco, que queria ampliar as agências. E, naquela época, não se concedia carta patente com muita facilidade, dava-se preferência para absorver. Não tinha excesso de bancos pequenos.

E assim, o banco... Essa função de prestamista de última instância. Fechar o patife, sem-vergonha, compreendeu? O incompetente, dar uma chance para ele ir embora, sem tomar prejuízo, não é? E o bom, o "fio do bigode", como aconteceu com um banco aqui – não interessa o nome -, um banco que um negócio. At hoje existe, um banco na praça, negócio. Veio o diretor-geral, um homem... banqueiro. Alguém uma vez disse: "Isso um banqueiro inglês." Eu digo: "Não, você está

elogiando o banqueiro inglês. Eu acho que eu não conheço nenhum banqueiro inglês – conheço vários – que seja tão bom quanto o fulano, brasileiro. Eu acho que ele mais banqueiro que aqueles caras que estão lá na City, que eu conheci pessoalmente." Tem alguns pelos quais tenho uma grande admiração. Inclusive, uma geração que já está morrendo, está sumindo. A nova, entendeu, mais para Boesky do que para Sir George Boulton. De qualquer forma...

Mas então, esse caso, prestamista de última instância... que disse eu? Ele veio, estava sofrendo uma corrida, porque três... Esse caso importante porque mostra o terceiro caso – tem o patife, tem o incompetente e tem o competente, "fio do bigode", que às vezes precisa. Então, preciso tratar diferencialmente esses casos diferentes. E não se esconder atrás de um regulamento.

E.R. – O "fio do bigode" a que o senhor está se referindo um banco de que dimensão?

C.R. – Média. E aconteceu na transição revolucionária... Esse, de fato, tinha uns três funcionários, compreendeu, subversivos. Havia um plano qualquer de desmoralizar os bons bancos conservadores, ou roubar, ou atacar. E havia um programa: três funcionários telefonavam para os clientes, diziam: "O senhor fulano de tal, a sua conta número tal, não é? Eu sou o encarregado da sua conta. O senhor tem o seguinte saldo..." "Tenho, tenho sim." "Pois venha retirar correndo, que o banco está quebrando."

E.R. – Mas o que estava por trás disso?

C.R. – Não se sabe. Não se sabe. Eu soube, conferi. O dono, o diretor superintendente do banco tentou ficar sozinho, telefonou para algumas empresas, correndo risco... O banco tão bom que ele telefonou para uma Brahma, por exemplo: "Isso um absurdo! Quanto que você precisa? Tem lá, eu posso: eu tiro do banco Bradesco, depósito para você." Brahma; uma Mesbla. Tirou imediatamente depositou um dinheiro. Era tal o prestígio do banco que essas grandes empresas, compreendeu, não acreditaram no boato. E fizeram uma coisa, inclusive, uma decisão difícil: você administrador de uma empresa e você manda fazer um depósito num banco que está correndo o boato... Tal era o prestígio dele. Mas o Zé Povo, as pessoas que foram telefonando, começaram a tirar. E ele veio, disse: "Olha..." Eu digo: "Olha, para vocês, para o seu banco, está aberto aqui." Disse: "Não, você estabelece o limite." "Não estabeleço limite. Você vai sacar o que achar necessário." "Não, talvez, no fim de semana." "Não, você tem que sacar hoje. Hoje. Porque agora está a exploração." "Não, então eu mando o borderô." Eu disse: "Não, você vai inaugurar o sistema. Você nota promissória. Não vai perder tempo com borderô. Border normal. Nota promissória. O importante você sacar já! Saca. Se você disser... 500 milhões, saca um bilhão." "Bom, mas em 15 dias..." Eu digo: "Não pensa em 15 dias, rapaz. Se você vai começar a reduzir empréstimos para poder pagar antes do tempo, você vai confirmar a boataria. Leva por trinta dias, já sabendo que leva por mais trinta; só você fazer isto.⁷ Por essa diferença, rapaz, vocês se portaram comigo... Estou lidando com patife, aqui; agora, isso um banco sério, tem que tratar de forma diferencial. Eu dou, assumo, e depois eu explico para o ministro, compreendeu?" "Mas o meu limite..." "Que seu limite operacional, conversa. Um banco da sua importância, se for garra, aí, os bons vão... Eu tenho uma justificção moral, de defesa do sistema. Não só o fato que você merece, como banco, mas o sistema está sendo defendido quando eu defendo você."

E.R. – Esse processo todo de...

C.R. – Então são três casos, vou mostrar como que se... Porque acontecia o seguinte... Por exemplo: um administrador de Banco Central tímido – honesto, mas tímido – fazia o seguinte: "Eu quero ver o order todo, antes. Border do banco." Muito bem. E dizia: "O banco um banco bom. Banco bom."

⁷ O entrevistado estala os dedos

Então ele diz: "Bom, eu dou 50%." Você não pode dar 50%. O sujeito tem um problema, estourou na compensação, tentou cobrir, não conseguiu, quando ele vem, a hora de fechar a compensação. Você não pode nem conferir, mandar ver se mesmo, se ele está precisando... Tem que dar. Manda ver depois. E dar a quantia que ele pediu. Se der metade, ele quebra porque você só deu a metade. É por isso que nas inspeções e no conhecimento individual do Banco Central com os banqueiros que você conhece o sistema. Você conhece o sistema. Você sabe distinguir de um patife, por exemplo. Você v o que nós fizemos com o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, que tentou transferir o poder de emissão de papel-moeda para o estado do Rio Grande do Sul, via banco oficial dele. Um dia, do Rio Grande do Sul, disse: "Estourou na compensação. Precisamos de 500 milhões. Manda!..." Telefonou lá o gerente do Banco do Brasil, que fazia o redesconto: "Doutor, o que que eu faço?" Eu digo: "Dá." Porque eu acho que você também faz errado, você...

[FINAL DA FITA 4-B]

C.R. – ...também não função dos [inaudível] liberar redesconto. Então, descobri que em Porto Alegre, zelosamente, o gerente – sério, compreendeu? – às vezes dava 50%, dava no dia seguinte... E o pessoal, então, já pedia, preventivamente, 48 horas antes. Mas como o sujeito vai pedir preventivamente, se ele não sabe do problema? O problema surge na hora. O Rio Grande do Sul, então, mandou. E eu mandei pagar. Mandei pagar, no escuro, 500 milhões. E mandei verificar o que que era. Mandei verificar, descobri. Sabe o que era? "A praça está nervosa, há um momento de corrida..." Telefonei aos outros bancos: "Quê, em Porto Alegre?! Pelo contrário, estou recebendo depósitos. Nunca houve tanta tranqüilidade." Conferi com os banqueiros, os principais: "Tua agência lá em Porto Alegre, como que está?" "Está uma tranqüilidade. Deixa eu conferir. É: tranqüilidade." Eu digo: "O banco do estado parece que teve uma dificuldade." Aí, alguém... Eu digo para o gerente: "Vai procurar o que é. Vai lá." Sabe o que era? A tal dificuldade imprevista, combinou, triangularmente... As autoridades militares, a Brigada Militar tinha recursos depositados no Banco do Estado do Rio Grande do Sul, banco oficial. E a Caixa Econômica do estado disse: "Pô, está perdendo dinheiro. Transfere para cá que tu vais pegar um jurinho." Então eles fizeram isso. Foi esse saque de 500 milhões. E ele, para poder pagar, tirou no redesconto.

Ah, quando eu soube, eu digo: "Manda essa diretoria toda voando aqui de avião. Mas já!" Peguei o pessoal todo, digo: "Olha, essa conversa que vocês fizeram – praça quente, não sei que mais -, um papelão triste que vocês fizeram. Triste. Eu já conferi que foi uma triangulação. Isto papel de moleque. De moleque. E eu estou preocupado não pelo fato que vocês passaram a perna e amanhã vão tentar passar a perna, vão fazer emissão de papel-moeda para o estado do Rio Grande do Sul, dizendo que tem problemas no redesconto para atender as atividades normais. O que me preocupa que vocês mentem. E eu não tenho entendimento. E não posso esperar para conferir se você está precisando ou não. Porque podia ter sido uma corrida. Podia ter sido uma coisa grave. E eu não posso pagar para ver. Eu confiro depois. Agora, imagina, amanhã, compreendeu, existe uma coisa grave, vocês pedem dinheiro, eu digo: 'Não, esses caras são moleques. Eu não vou dar dinheiro.' E vocês estão precisando. Vai acontecer como a história do garoto moleque que gritava: 'Olha o lobo!' – gritava e a turma corria, da aldeia, não é? – e eles ouviram essa história. O garoto moleque, um dia ele gritou: 'Olha o lobo!' Era o lobo e ninguém foi. O que está me preocupando isso: falta de conhecimento, de entendimento de autoridade monetária com o sistema. Na base de molecagem não dá para funcionar. É perigoso demais." Isso outro tipo.

Aliás, um ex-ministro da Fazenda fez uma molecagem comigo. Gordo, forte. Em grande escala. Ele sacou pelo redesconto, pagando cheques do estado de São Paulo, estourando a conta do Banco do Estado de São Paulo, e pedindo no redesconto um valor que era 70% do rombo do orçamento monetário aprovado pelo Conselho Monetário. E teve que levar sua lição. Mandei anular os cheques. Ameacei o Banco do Estado de São Paulo de expulsar da compensação o Banco do Estado de São Paulo. "Ah, você está blefando. O Estado de São Paulo..." Digo: "Não, não vai acontecer nada. Corrida? Não, não acontece corrida. Um banco oficial de prestígio. Vai ser o

vexame de vocês, de sair a notícia de que o Banco do Estado de São Paulo teve seu cheque devolvido na compensação."

P.R. – Isso foi no tempo do Ademar?

C.R. – Não, isso o tempo do Castelo Branco. O Delfim era...

P.R. – Pois é. O Ademar.

C.R. – Não, não.

P.R. – Ah, o Laudo Natel. O Delfim era o secretário da Fazenda...

C.R. – Ah, espera aí. O Delfim era secretário... Não, não: está certo. Era fim do Ademar. Tem razão. Tem o Delfim secretário de Fazenda. Tem razão, era Ademar.

P.R. – O Delfim era secretário de Fazenda do Natel, que substituiu o Ademar depois que o Ademar foi cassado.

C.R. – Em 64 quem era? Era Natel ou ainda era Ademar?

P.R. – 64 era Ademar. O secretário era o Silva Gordo.

C.R. – Não, não. Porque o Delfim me falou, disse: "O Ademar me deixou esse abacaxi. O Ademar me deixou..." O Ademar tinha passado o governo.

P.R. – Pois é. O Ademar foi cassado, passou o governo para o Natel, e o Natel nomeou o Delfim secretário da Fazenda. O secretário da Fazenda do Ademar era o Silva Gordo. Não sei que lá Silva Gordo.

C.R. – Isto. Isto mesmo. Que, aliás, era banqueiro.

P.R. – Era banqueiro. E antigo, de tradição em São Paulo.

C.R. – É, sim.

P.R. – Vem desde 32.

C.R. – Isso, mas o pai dele, hein?

P.R. – O pai dele, não é?

C.R. – Não o filho. Porque o filho não puxou 100% ao pai. O pai era um grande banqueiro, o velho Silva Gordo. O filho já era mais esperto, mais ladino. Deu algum trabalho. Era o Banco Português. O Silva Gordo foi o Banco Português, não é?

Mas, então, para resumir, esses são os problemas que encontramos. Eu citei alguns exemplos, compreendeu?

E.R. – Para mapear o universo de problemas encontrados.

C.R. – É, de problemas que tivemos. E como importante ter gente do ramo. Você não pode botar um estrangeiro. O estrangeiro, até que ele aprenda, já está na hora de ir embora. Ou uma pessoa

estritamente de área acadêmica, por mais rápida que seja, humanamente impossível, compreendeu... Ele acaba aprendendo. Acaba aprendendo, em algum tempo. Mas vai ser muito enrolado, não é? Então, nós contávamos com uma equipe antiga que não comia gato por lebre. Eram bancários, todos, há muitos anos, compreendeu? Em tudo isso, o funcionalismo do Banco do Brasil deu uma grande colaboração. Colaboração indispensável. Justamente porque você não forma gente de uma hora para outra. Você precisaria de dez, 15 anos para formar gente – esse tipo de gente, de enfrentar banqueiro, de conhecer, de não comer gato por lebre, de conhecer validade de papel, como que se pede... At o modo de trabalhar dos malandros. Por outro lado, um sistema bancário, como eu disse, de muito boa qualidade. De muito boa qualidade. Infelizmente, os banqueiros geralmente são mal-afamados, porque o que sai nos jornais sempre... Mas o sistema brasileiro funcionou muito bem com deficiência de fiscalização. E funcionou sempre muito bem.

E.R. – Esses bancos que iam quebrando, por esses diversos motivos, iam sendo incorporados por outros bancos?...

C.R. – Incorporados. Graças – me permita fazer uma observação algo cínica – graças suspensão das cartas patentes – que agora são um princípio constitucional, a liberdade. Mas como era perfeitamente discricção da autoridade monetária, do antigo Conselho da Sumoc – e o Conselho Monetário manteve por algum tempo -, a não emissão de cartas patentes... Porque precisávamos... Tínhamos algumas centenas de bancos. Então, os grandes bancos, e bem administrados, iam comprando os pequenos, os médios, os mal administrados. Isso era um estímulo consolidação. Porque no momento em que eu estou querendo fechar um... Se eu estou dando uma carta para o Bradesco, pode ser que o Itaú... podia conversar com eles: "Não, v se faz um favor, compra esse banco. Vai lá." Em muitos casos eles faziam isso, compreendeu? Porque, afinal, era uma limpeza do sistema. Estavam todos... Eram banqueiros [inaudível] ou incompetentes, compreendeu?

E.R. – Quais foram os grandes grupos que se fortaleceram nessa época?

C.R. – Que cresceram, ou que já existiam. O Itaú, que eram vários bancos; o Bradesco, que cresceu muito. O Mercantil de São Paulo, que continuou crescendo, mas de forma muito conservadora, e depois foi ultrapassado por Bradesco e tudo mais. Mas ainda outro dia eu conversava com um banqueiro americano, chamando a atenção... Ele dizia: "Vocês tiveram aqui três cracks, aí, sérios, de Bolsa. Tiveram de 70, 71; vocês tiveram aí de 1986, com esse entusiasmo do cruzado – foi lá em cima e caiu. E agora... E nenhum dos três processos provocou uma recessão ou uma depressão ou uma quebradeira do sistema financeiro. A que atribui você isso? A` qualidade do Banco Central?" Eu digo: "Não. Não principalmente. Mas atribuo qualidade do banqueiro brasileiro." "Não, mas o banqueiro..." "Porque o banqueiro brasileiro, banqueiro privado, não financia especulação de Bolsa. Ponto. Agora, nesse caso famoso que apareceram um pouco, mas um pouco. Assim mesmo, os grandes bancos, na sua maioria, não financiaram. E os que entraram, entraram marginalmente, subsidiariamente. Em nenhum dos casos. É essa a explicação."

E um fenômeno que eu acompanhei muito bem. Eu era presidente da Associação dos Bancos de Investimento, já estava fora do governo. E eu me lembro até que, na especulação de 1970, 71 – deu aquele estouro na Bolsa, que a Bolsa ficou parada durante dez anos -, as autoridades monetárias da época se entusiasmaram com a alta da Bolsa. Estimularam os bancos, informalmente, a darem dinheiro. Recebiam reclamação de alguns corretores de que os bancos não estavam financiando a especulação. Que corretoras americanas faziam, mas que eles eram muito pequenos, os bancos tinham... Os ministros, as autoridades chegaram a telefonar para banqueiro: "Mas que isto? Nós estamos levantando esse país. O país pensando grande. É o "milagre" econômico. E agora que vem... Vocês se queixaram da recessão lá do tempo do Castelo etc., e agora estão aí ficando de fora." Disse: "Mas no fim uma especulação. Que garantia isso? Mesmo com garantia. Qual a garantia?" "Vocês só pensam em garantia." – a autoridade dizendo ao banqueiro. "Que isso? Só pensam em

garantia." "Mas claro, eu estou aplicando dinheiro dos acionistas, dinheiro dos depositantes. O preço está subindo. Esse preço já está, inclusive, mais alto do que o valor patrimonial. Emprestar com o quê? Isso uma bolha. Como emprestar?" Não eram proibidos de emprestar para a especulação? Foram induzidos e até cobrados pelas autoridades da época. E não fizeram.

Como não fizeram em 86, tampouco... Não fizeram em 86. Esse boom foi um recorde. Os preços bateram todos os recordes, inclusive em termos reais. Porque na hora em que você deflaciona [com]⁸ os preços que estão congelados, você tem um aumento real muito grande. Mas este foi 50% acima do boom de 70, em termos reais, o movimento de bolsa. É verdade que você deflaciona por índices congelados, mas, de qualquer forma, foi enorme. Quando desceu, desceu – não quebrou banco nenhum. E agora no "seu" Nahas, tampouco. Ainda houve um banco ou outro que financiou alguma coisa, foi punido e cobriu e morreu o assunto. O assunto morreu, morreu. Apesar do ambiente de hiperinflação, de instabilidade, tudo. É um caso de polícia grave, mas um caso de polícia. Alguns perderam dinheiro, alguns ricos perderam dinheiro, alguns empresários de muito dinheiro perderam. Perderam e honraram; não saiu no jornal o nome. Perderam, cobriram imediatamente, vão recuperar o que for possível. Cobriu já. Poucos empresários de destaque entraram nisso. Entraram com o risco calculado. Perderam dinheiro, cobriram. Morreu o assunto. Problema de polícia. Caso de polícia. Foi muito grave o caso.

O sistema bancário... E isso que faz a diferença, por exemplo, entre a Grande Depressão americana e os outros *booms* de bolsa e *booms*... posteriores. Porque no caso de 29 houve envolvimento muito grande do sistema financeiro, não havia inspeção de Bolsa, a regulamentação severa só veio depois, houve muito abuso. Houve muito progresso na década de 20, nós sabemos; progresso financeiro, progresso real. Aliás, esse é um truísmo, não é, mas nenhum *boom* de bolsa é construído, a não ser sobre uma prosperidade sólida. Você não inventa prosperidade. Ela existe. E em cima dela que se monta a bolha. Daí, enganar muita gente. O sujeito olha, diz: "Não, mas o país está progredindo. Os lucros estão aumentando. Olha os lucros da minha empresa. E as inovações." – esse que o grande perigo. É por isso que nessas... Porque o entusiasmo... Em primeiro lugar, tenta descontar o progresso que ainda vai ser feito. Esse típico da Bolsa [desconta]⁹. Se você der dinheiro para descontar, aquilo perde. [Quer dizer]¹⁰, o desconto absurdo. E os trouxas são enrolados. Aquela velha história, conhecida. E aí é fundamental os bancos não financiarem a especulação.

Nos Estados Unidos a coisa está piorando, eu acho que está pior do que o Brasil. Apesar daquilo ser um colosso e aqui ser um país modesto, os banqueiros aqui são mais prudentes que os banqueiros americanos. Os de lá, já porque agora está diminuindo a diferença entre o que banqueiro e o que corretor, está diminuindo, e cada vez mais o banqueiro um vendedor de sabonete, compreendeu, o marketing, então ele diz: "Não, se você quer entender de banco, um centro de serviços e tem que vender. Vender o produto, como você vende sabonete. Problema de marketing." Não é. [O sujeito]¹¹ emprestar dinheiro... Prestação de serviço, sim. Mas emprestar dinheiro não um problema de marketing. Pelo contrário: um problema de análise de risco. E muito sério. E está havendo essa mistura, nos Estados Unidos, do homem de marketing, do vendedor, do "manda-brasa", do cara que quer trabalhar seis meses num lugar, pegar um bom dinheiro, passar para o outro – que se contrapõe posição do banqueiro, que quer ficar trinta anos na sua posição e não quer ganhar uma bolada e fugir para o Líbano ou para o Brasil, não é? Então, eu acho que eles estão trabalhando com coeficiente de risco, nos Estados Unidos – apesar de toda a sofisticação deles – muito maior que no Brasil. E essa mistura de crédito com especulação em Bolsa, defendendo um plano teórico, como absolutamente racional, que aumenta o risco... Então, preciso reconhecer: mais racional você misturar as operações, muito bem, desde que você tenha noção do risco. Você pode reduzir custos se aumentar a eficiência, teórica e praticamente, mas se comenetre que preciso ter gente muito mais competente e muito mais prudente.

⁸ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

⁹ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

¹⁰ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

¹¹ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

Então, a regulamentação americana antiga, e a nossa, diziam: "Olha, pelo sim, pelo não, não mistura as coisas, não mistura as duas coisas." E eu fui muito dessa filosofia, compreendeu? Já estou cedendo, agora, um pouco, como se pode ver pelo meu artigo aí, começando a ceder um pouco. Mas com cuidado, com cuidado. Porque dá margem a abusos. E facilita muito. Porque já característica do mercado de ações a extrema mobilidade da demanda. E o mercado de ações, mesmo nos Estados Unidos, pequeno em relação ao mercado monetário, mercado financeiro de curto prazo, de papéis de curto prazo, financeiro. Ele pequeno, o mercado de capitais, mesmo nos Estados Unidos – de ações. Então, a capacidade especulativa de você tirar dinheiro do *overnight* e mandar para a Bolsa enorme; se você, em cima disso, vai botar o sistema bancário financiando, você tem choques muito fortes. Porque você anima a Bolsa. E para animar a oferta, compreendeu, tem o estoque atual, mas preciso também animar os novos *underwriters*, a oferta. Mas isso leva tempo; leva, pelo menos, seis meses, andando depressa, de calcular a expansão. E nesse momento que se faz a bolha, que se faz a bolha especulativa. E entra todo mundo. Depois, as pessoas já entram clinicamente: "Não, eu sei que isso vai estourar, mas eu vou ganhar dinheiro antes que estoure." É aquela velha história, não é?

E.R. – Da corrente.

C.R. – Da corrente. E aí, importantíssimo o banqueiro não entrar nessa história. Na medida em que a função de banqueiro está passando para as corretoras... Nós tivemos uma amostrinha agora, no caso Nahas. Felizmente não afetou o sistema bancário. Afetou algumas corretoras, e tem outras que são conservadoras, compreendeu? SÓ aparecem as mais atrevidas. O que aliás muito desagradável, porque os corretores conservadores ganham muito menos dinheiro do que os outros. E há uma tendência do conservador começar a ser empurrado para a especulação, pela própria concorrência. "E os clientes..." Tem muito cliente que não aprecia o fato do seu banqueiro ser conservador. Ou melhor, ele diz: "Não, deposito o meu dinheiro com você. Mas vou tomar empréstimo com outro, que não pede garantia." – quantas vezes já ouvimos isso. "Não, vocês são seguros." [inaudível] aproximada de garantia.

E então, para resumir a minha opinião sobre o sistema bancário brasileiro, sobre o grosso, bons bancos, compreendeu, aos quais interessa a existência de uma autoridade de inspeção, com capacidade policial boa... Porque os aventureiros do ramo atrapalham nas duas fases. Atrapalham quando entram, porque tomam clientes, inventam balações novas. Algumas são criativas, outras são meramente expedientes de alto risco, que não tem criatividade nenhuma, porque as pessoas já sabem que alto risco. Eles conseguem, então, atrair; pagam remunerações elevadas, compreendeu? E o cliente não pára para pensar: "Vem cá, se esse cara está me pagando uma remuneração para captar o meu dinheiro desse..., que tipo de aplicação ele está fazendo? Porque eu, na minha empresa, não pago esses juros. Eu, no meu negócio. Ele quer pagar pelo meu depósito, muito bem. Mas onde que ele está botando o dinheiro? Ele está emprestando para quê? Para o tráfico de drogas ou para...? Para quê, em que tipo de negócio ele está botando esse dinheiro?" Ninguém faz essa pergunta. Pouca gente faz. "Ele está pagando? Ah, ótimo! Eu quero saber onde ele está aplicando? Ele está pagando." "Ah, mas vai estourar." Diz: "Não, eu saio antes." – raciocínio cínico. Se nesta base... Então, esses homens, quer dizer, os maus... E o Gastão dizia, um jornalista, dizia: "Bom, dr. Casimiro, o senhor o tipo conservador. Há os banqueiros conservadores e há os banqueiros audaciosos." Eu disse: "Não, você está errado, rapaz. SÓ tem um tipo de banqueiro. É o conservador, o prudente. O que você chama de banqueiro audacioso um audacioso fantasiado de banqueiro." [risos] E sai de perto. Ele atrapalha quando chega – porque tira negócio, promete coisas -, e atrapalha quando quebra, porque a repercussão sobre o sistema todo.

Então, o banqueiro conservador tem um alto interesse em que se mantenha a fiscalização eficiente do Banco Central, e rigorosa. Quantas vezes... – que isso não está escrito nem registrado. Quantas vezes banqueiros conservadores ou banqueiro que merece o nome de banqueiro telefona para – já nos últimos dez, vinte anos -, telefonou para a autoridade, dizendo: "Os senhores estão

vendo o que está acontecendo aí?" "O que que é?" "Está acontecendo isso, isso, isso. Isto m técnica bancária. Inclusive está até proibido pela regulamentação. E mesmo que não estivesse, não deve ser feito. Você deve incluir nessa modalidade por isso, por isso, por isso. Daqui a pouco, vamos ter quebradeira aí. É bom prevenir. Está acontecendo." O banqueiro telefona. "Estão me tirando cliente." E às vezes ele ouve da autoridade: "Não, não ser ciumeira sua, que você menos criativo?" – às vezes ouve isso. Diz: "Não, não criatividade; eu tenho gente inteligente aqui, de excelente nível. Eu não quero quebrar o banco." "Ah, não sei que lá..."

Eu estou muito preocupado com esta abertura que está agora..., a tese do *free*; ninguém pode ser contra – *free entrance into the market*. Porque você analisa nomes... O sujeito não concordatário, nunca pegou cadeia, não faz cheque sem fundos, compreendeu, não tem processo crime. Foi bem-sucedido no negócio de venda de guarda-chuvas, não é, depois, ele passou para objetos de matéria plástica, está vendendo, inclusive, uma quantidade muito grande de anticoncepcionais agora, está faturando. Ele acha, então, que já tem...

E.R. – Crédito suficiente.

C.R. – Crédito suficiente para ser banqueiro. Pede, arranja o dinheiro para o capital mínimo, você vai dizer "não"? Então, a autoridade fica num dilema. Então, você não pode dizer "não". Tem que dizer "sim". Agora, fica acompanhando. Porque em inúmeros casos o sujeito foi bem-sucedido num ramo de negócio, foi péssimo no segundo. E a gente não consegue convencer. E há o seguinte problema: passou vinte anos sem dar carta patente; há o risco de que abre agora – há liberdade -, e dentro de um ano, vem um outro governo e proíbe por mais vinte, não é? Essa a realidade brasileira. O sujeito pede. A gente sente que o sujeito não queria ser banqueiro, logo. Poderia botar o dinheiro em outras coisas. Porque isso um ônus, botar o dinheiro aí num banco. É ônus: tem instalações, tem o serviço, tem a concorrência. O sujeito entrar no ramo para concorrer com o Bradesco, com o Itaú, com o Mercantil, que estão aí, que já amortizaram o capital – até na reforma de computadores, eles já amortizaram o capital -, entrar com essa gente não sopa. Eles vão sentir. O sujeito sai do ramo dele, em que ele o melhor ou dos melhores, para entrar num ramo em que os melhores estão lá em cima... Ele vai dizer: "Mas na pior das hipóteses, se eu não me der bem, eu vendo a carta patente." Mas vai vender como? Não se vende mais. Então o risco ainda maior. Porque, antigamente, podia dizer: "Não, eu vendo. Isso vale, não é? Eu vendo. Não sou do ramo, saio, vendo." Mas não tem nada que vender agora; acabou. Princípio constitucional. A não ser que ele arranje um outro jeito aí de vender carta patente, que sempre possível, na prática. A princípio, não tem. Ele não vai vender nada. Ele está arriscando perder o capitalzinho dele. Entra numa hiperinflação, numa inflação dessa, que está daquele jeito, compreendeu... Mas ele pegou sua carta patente... No fundo, ele pensa... E status; o sujeito já ficou importante, já uma espécie de status de comendador. Antigamente era comendador, não é? É banqueiro. Ou então vai proteger o negócio; aí outra coisa. Já tem a legislação muito dura: não pode emprestar para o próprio negócio. 95% dos bancos que quebraram nos últimos quatrocentos anos foi emprestando ao próprio negócio. Por isso, a lei já proíbe. Há muito tempo, não essa agora. Já proíbe. Mas ele arranja jeitos e modos de emprestar. E aí, então, o sujeito emprestar a principal porção do dinheiro dos depósitos ao próprio negócio que já está quebrado, isso uma fórmula infalível do sujeito quebrar o banco, não é? Então...

P.R. – Mas essa proliferação de audaciosos, ela não começou realmente a aparecer estimulada, direta ou indiretamente, pela política do Delfim, dr. Casimiro?

C.R. – Foi antes. Mas também ele estimulou muito. Mas eu acho que combinado com o Médici, com a decisão do Médici de que não quebra ninguém. Chantageavam a autoridade: "Olha que eu quebro! Vocês ficam mal com o presidente." [risos] Arrancavam dinheiro, arrancavam dinheiro, arrancavam dinheiro. Agora fazem uma Constituição... Porque o escândalo foi tão grande que a Constituição diz que proibido o Banco Central dar dinheiro para banco. Quase que saiu isso. Quase

saiu. De certa forma – outro dia falei a esse respeito na Associação -, depende da interpretação que dêem nas leis complementares, o Banco Central não pode ser mais o prestamista de última instância do sistema. Porque mais importante do que essa função evitar que ele d dinheiro para um patife, eventualmente. E não: você põe na cadeia o diretor do Banco Central que deu. É esta a solução. Alguns casos de polícia, compreendeu, óbvios, que até na própria legislação vigente já estão previstos. Se quiser reforçar, reforça. Não: você começa... É típico de terra [inaudível] nas autoridades uma força moral adequada de dizer: "Não, não deixa ele fazer. Não deixa fazer." Começa a cercear. Então, houve alguns casos de abuso. E o pior que o diretor do Banco Central tem que ser uma pessoa séria e corajosa. Não pode ter medo de atender um banco... É preferível [inaudível]. "Então agora já passou, eu... eu atendi assim por causa disso. E assumo a responsabilidade." Você amedronta o indivíduo ou proíbe. "Sinto muito. Você vai quebrar aí, mas eu não quero me meter com investigação de Congresso, coisa assim." Não pode botar no Banco Central um sujeito assim. Bota um homem sério, com coragem de fazer o que sério, de dizer "não" aos patifes e dizer "sim"... E até telefonar ao sujeito: "Olha, você não está querendo pedir. Você tem que pedir dinheiro emprestado, rapaz." [riso] Não há substituição.

E.R. – É a conservação do sistema, não é?

C.R. – Pois é. Agora, vem na Constituição... Então a reação moral, mas errada. Quer ver: típico instalar um sistema de seguro de depósitos. Na Constituição! Sistema de depósitos. E lá puseram: "Mas não pode ter dinheiro público nesse sistema de depósito." Vai ficar uma droga de sistema. Como o americano. Vivem citando o sistema americano. Fracassou o sistema de seguro de depósitos. Passou anos sem precisar usar. Quando precisou, não tinha o dinheiro. E o pior a opinião pública, são os depositantes, os investidores, saberem que não tem dinheiro suficiente. Agora, o sistema todo de *saves and loans, saves and loans institutions* – quebradas. E ultrapassou o valor da quebradeira a instituição correspondente. Porque tem duas: uma para bancos comerciais e outra para os *saves and loans banks*. Quebrou. E o fato de saber que não tem dinheiro, agravou.

No entanto – o que eu comento, por exemplo, naquele artigo que lhe dei outro dia -, o presidente do Banco Central entrou agora na Bolsa quando houve essa queda brutal, caíram todas as ações... Caíram brutalmente. Todas. Não foi como no Brasil – aqui eram umas três, que eram especulação do Nahas; caíram. E as outras at subiram; 15 dias depois, estavam subindo. Não: nos Estados Unidos, toda a Bolsa caiu, mais ou menos na mesma proporção. Brutalmente. E caiu no exterior também, em várias capitais importantes. Foi um fenômeno importantíssimo, tremendo, que ninguém explicou bem. Mas que não...

[FINAL DA FITA 5-A]

C.R. – ...o crashá de 19 de outubro de 87, designação errada. Crashá quebradeira. Não houve crashá -, não houve quebradeira. Houve que o valor patrimonial caiu vários bilhões de dólares, o valor de Bolsa patrimonial. Caiu todo o mercado. Muito bem. O mercado resolveu por um processo... A mão invisível de Adam Smith, tão sofisticada que ninguém conseguiu ainda botar num modelo acadêmico suficientemente complicado. E os modelos simples não explicam nada. São contraditórios. Um brigando com o outro. Então, não houve ainda uma explicação. Mas era uma coisa séria. Não era uma bolha especulativa. E não tendo sido uma bolha especulativa, o presidente do Banco Central entrou e ajudou a apagar o fogo. Ajudou a evitar que um pânico resultasse do que era um monumental ajustamento de mercado. Talvez, extremamente racional. Como pensa, aliás, Eugene Fama, que um homem que tem quarenta anos de análise de mercado e cátedra universitária, professor emérito. Eugene Fama acha: "Não tem nada que criticar. E se quiser regulamentar, vai piorar, hein? É preciso analisar *a priori*; as sugestões que estão dando são apavoradas, ninguém analisou bem, estão procurando os vilões da história. Foi um ajustamento de mercado." Ele um dos que acham racional um tanto forte. Mas era importante a ação do Banco Central e o Greenspan teve

a coragem de entrar em Bolsa, compreendeu, e dizer ao pessoal financeiro: "Vocês contem comigo. Senão, vai quebrar." E não precisou gastar dinheiro – essa que a beleza da coisa. Se ele fosse um sujeito medíocre, ficasse muito preocupado com a responsabilidade dele... Ele vai, depois, explica ao Senado. E ser demitido se acharem os políticos, ou usarem o caso dele como instrumento político para chatear não sei quem, não é? Mas ele fez o que achou que devia fazer. E fez certo, fez certo. Mas foi de uma coragem imensa. E deu certo, não é?

Então, eu me lembro disso e citava naquele artigozinho, a propósito dessas modificações. Porque a Constituição...: "Agora, com esses problemas de indenizar os prejuízos dados economia popular por alguns bancos mal administrados, isto não pode ser o governo. Vejam aí o que fizeram." – citam exemplo de caso de polícia. Caso de polícia. Então: "Não, agora tem que ser um fundo, que nem os americanos fazem." Experiência fracassada, discutível, muito discutível, que não resolve – pelo menos não resolve – a função de prestamista de última instância do Banco Central. Quer dizer, eles querem botar; não vão botar... O que provável que nomeiem sujeitos medíocres e sem-vergonha. "Então, para evitar isso, vamos cortar as asas do Banco Central." Se esse o raciocínio, um desastre. Porque seguro de depósito não vai resolver o negócio. As intenções foram boas, compreendeu? E eu acredito que eu esteja..., nos meus receios, estou torcendo que eu esteja errado, exagerando. Mas muito da reação brasileira: suporta abusos e tudo mais, ou vem, então, aquela reação, uma reação muito violenta, diz: "Vamos reduzir as capacidades operacionais do sistema, porque a gente não pode pegar os bandidos mesmo, então, vamos ver se diminuem as oportunidades de bandidos..." – que uma coisa errada. Porque você amarra os que trabalham bem e não amarra as mãos dos que trabalham mal, que sempre inventam modas para... Aliás, o que o Eugene Fama, para os Estados Unidos, estava dizendo, recentemente: a mesma coisa. "Há um perigo de sair uma regulamentação e de [inaudível], não sei que mais." Embora nos Estados Unidos eles estejam botando na cadeia os vilões. Aqui ainda há o perigo de reduzir a operacionalidade do sistema e do Banco Central, para evitar que no futuro os vilões possam abusar. Não: façam o que estão tentando fazer agora. Façam por ação de responsabilidade. E basta...

Quando eu estagiava no Banco da Inglaterra, em 1955, ainda havia câmbio negro. O Banco da Inglaterra tinha controle de câmbio e ainda tinha alguma coisa do resquício do câmbio negro; ainda estavam prendendo gente. Então, eles diziam... Eu perguntava: "Mas e você, aí, você consegue? O câmbio negro incontrolável." Ele disse: "É, mas nós enforcamos três. E sabe que diminuiu muito. [risos] Diminuiu. Eu não sei se teve efeito. E cada um que nós mandávamos para a força, eu botava um x aqui na minha mesa. Porque eu tinha inveja do pessoal da RAF: estavam lá brigando e, para cada avião que derrubavam, alemão, eles botavam, assim, uma cruz fática aqui. E eu, coitado, aqui, burocrata, eu fazia o mesmo. Cada patife que eu conseguia pegar, mandava para a força, eu botava um "x" aqui. Pode parecer um pouco sádico para o senhor, não é?" Eu digo: "É..." "Mas eu acho que funcionou. E nessa base." Eu digo: "E a regulamentação?" – isso naquela época. "Regulamentação de... Nós estamos preocupados no Brasil com a alfândega, melhorar a alfândega. Como que é? O pessoal que traz as coisas; você tem aí por toda a Europa, traz as coisas. [inaudível] mais, não sei que mais; pode passar gato por lebre... Vocês tem a regulamentação? Vocês têm uma experiência imensa." "Você quer me levar a cópia?" E eu mostrei a minha. "A sua muito superior, a do senhor. Nós aqui temos duas páginas." "Mas como?" "Nós confiamos no inspetor da alfândega, o cara que está ali na hora. E é o olho dele. Se vem uma pessoa de nível, ele olha o nome, não está na lista negra de nada, e vem com a mulher, a mulher comprou um visom, deixa entrar, pelo amor de Deus! Não é esse tipo de gente que nós estamos querendo pegar. Pegar o contrabandista. O sujeito trouxe três, quatro camisas, ou um aparelho de rádio, que diabo, passa! Desembaraça. Não é isto. Tem que botar uma regulamentação de bom senso. Agora, o cara começa a cruzar a Mancha, nós estamos manjando o sujeito, cruza a Mancha, cruza a Mancha, traz várias unidades, tem um sentido essencialmente comercial, damos um aperto. E damos um aperto para valer. Que é para desestimular os outros. Mas o cara não esquece mais isso. Mas a nossa regulamentação, desculpe, para tirar cópia..." Não deu. [risos] É um sistema baseado na autoridade e nos critérios...

E.R. – Dr. Casimiro, gostaria de voltar um pouco.

E.R. – Pois não. Está assim um pouco... [riso]

E.R. – E fazer uma pergunta. O senhor tinha tocado, na entrevista passada, exatamente no trauma que foi a mudança da administração Castelo para o Costa e Silva. Por trás da ordem que veio do novo grupo revolucionário que estava assumindo o governo – quer dizer, a chamada linha dura que apoiou o Costa e Silva -, de mudar toda a equipe... O senhor contou aqui como foi traumática a saída do Dênio Nogueira...

C.R. – E a minha também, a do Aldo Franco...

E.R. – E a do senhor e de toda a equipe. Era uma questão política de mudar a equipe, ou existia, por trás disso, uma mudança de diagnóstico da realidade, uma mudança de orientação? Como o senhor veria essas duas questões: a questão política e a questão técnica econômica-financeira?

P.R. – Interesses.

C.R. – Bom, havia as duas. Havia o fato, que eu já mencionei, que o Costa e Silva não se acertava com o Castelo nem com o Golberi.

E.R. – Não tinha sido, inclusive, o candidato do Castelo.

C.R. – Não tinha sido. O Costa e Silva era o tipo bonachão, boa-praça, amigo e coisa. A própria senhora dele, compreendeu, ela não escondia a hostilidade que ela tinha sobre gente do Castelo, inclusive o Golberi e tudo mais.

E.R. – A dona Yolanda.

C.R. – Dona Yolanda. E dizia, na frente de militares – porque ela era muito extrovertida... E os casos ficaram famosos, porque ela disse na frente de pessoas, compreendeu? Então, havia, vamos dizer, essa coisa um tanto ridícula, que dentro de um sistema de autoridade dos próprios militares entrasse um governo com tanto desentendimento de ordem pessoal. Muito bem. Sem falar nos desentendimentos... O Ato Institucional, que foi um trauma. O próprio Castelo, nós todos estávamos na esperança... E por isso corremos tanto. Se a gente soubesse que o governo ia ficar vinte anos, talvez a gente não tivesse feito o Banco Central. Esperasse para daqui a cinco anos. Porque achávamos que íamos ficar três anos só, compreendeu? E o presidente não escondia isso. Então, andamos como danado. Foi bom. Foi bom porque achamos que íamos ficar pouco tempo. Daí aquela correria. E achamos também que era preciso andar correndo, porque você precisa limpar a casa primeiro para depois fazer o desenvolvimento.

Então, já estava na hora de mudar a política. Não para o extremo oposto, mas afrouxar. Já estava. Porque há um limite em que você pode apertar as coisas. Nós já estávamos afrouxando, compreendeu? Na dosagem dos instrumentos – porque a gente não pode, mesmo num governo forte, controlar repercussões da economia -, nós já tivemos que afrouxar o que tínhamos apertado demais. Estava na hora. Restabelecido o crédito no exterior, já estavam aparecendo as ofertas de dinheiro. O Brasil tinha uma dívida, não era muito grande, tinha renegociado. Tinha uma luz verde do FMI.

E.R. – A própria inflação não tinha mudado de diagnóstico, não? Quer dizer, de uma inflação de demanda para uma inflação de custo, nessa...

C.R. – Também. Nós tínhamos... Sobretudo no que se refere à inflação, quero repetir, nós removemos as principais distorções de preços relativos, que eram essenciais para o funcionamento eficiente da economia.

E.R. – Porque a inflação nesse período foi um objeto número um a ser combatido. O PAEG, além de ser um...

C.R. – Foi. Mas aliás, o Programa de Metas do Juscelino, escrito pelo Roberto Campos e o Lucas Lopes, tinha... Nos dois primeiros anos do Juscelino, seria botar a casa em ordem. É esse que estava no governo Juscelino. A mesma coisa. Eu participei, redigi a parte de moeda e crédito do Banco Central (sic).

E.R. – Do Juscelino?

C.R. – Do Juscelino. [riso]

P.R. – É o tal documento amarelo?

C.R. – É o documento amarelo.

E.R. – Ah, foi o senhor que redigiu a...

C.R. – A parte de coisa... A pedido do Roberto Campos.

E.R. – De moeda e crédito.

C.R. – Outro dia, estávamos recordando. Porque ele está escrevendo as memórias...

E.R. – Roberto Campos está escrevendo as memórias?

C.R. – Está. E me chama com freqüência para conferir coisas, compreendeu? Conferir as nossas memórias.

P.R. – É o Paim que está fazendo, não é?

C.R. – É o Paim. O Paim está ajudando. Então, já fui várias vezes lá, com grande satisfação, conferindo essas coisas. "Afim, quem foi, quando é que foi?" E eu estava lembrando a ele o plano. Então, tinha até um gráfico. Ele disse: "Mas eu não me lembro mais do gráfico." Eu digo: "Manda ver." Um gráfico que fazia assim, os investimentos faziam assim – a curva de investimentos. E os dois primeiros anos: combate à inflação. Juscelino achou bonito, publicou e não deu bola. O Alkmin é que tentava defender aquilo, e o Lucas Lopes, o Roberto Campos, eu, como assessor, aquela... esperar dois anos, para depois começar.

P.R. – Aliás, o Lucas Lopes também já escreveu as memórias dele.

C.R. – Já. Está escrevendo, é?

P.R. – Não, mas o depoimento foi prestado a mim.

C.R. – Ah, foi, é? Ah, muito bem. Mas o Lucas ficou magoado com as duas pontas, não é? Com as duas pontas: com o Juscelino, porque não..., e com o Fundo Monetário. O Fundo Monetário, onde

eu era o traz-e-leve das idéias, não sei que mais. Porque o Fundo foi muito rígido, na época. O Fundo tinha menos flexibilidade que hoje – a filosofia era a mesma – e queria equilibrar o balanço de pagamentos a curto prazo. Então, nas metas de controle monetário, nós estávamos de acordo com o Fundo. Embora é verdade que... Porque quando eles ultrapassavam, negociavam-se novas metas. E o Lucas, quando assumiu, teve uma situação muito desagradável. Ele assumiu, as metas com o FMI de expansão monetária já tinham sido ultrapassadas. Leva um mês para apurar estatística, um mês e meio, compreendeu? E também o Fundo tinha insistido que durante um ano não aumentasse o saldo devedor de *supplies credit* do Brasil. O Lucas se revoltou com isso. Porque disse: "Poxa, aí são as metas de crescimento, não é? E esse *supplies credit* tem um ano, dois, de carência, compreendeu? Eles afetam o endividamento, o endividamento não está muito grande, mas afetará mesmo o Brasil mais adiante. Mas aí são as metas de desenvolvimento." E o Lucas se incomodou muito com isso. Eu me lembro até, na época, ele disse: "Mas Casimiro, você também concordou com esse negócio!" Eu digo: "O que era importante obtermos do Fundo... E a esse eu compareci um ano. Lembra, Lucas, que nós tínhamos feito os dois primeiros anos... Era um..." Graças a isso, tivemos colaboração do governo americano, tivemos, com alguma dificuldade, do Fundo. Depois, o Juscelino resolveu brigar com o FMI, por razões políticas internas.

Então, senti uma situação muito difícil em que o Lucas ficou, que ele deve ter relatado. De um lado, o Juscelino querendo expandir. E acabou brigando com o FMI, de público, por questões puramente políticas. E do lado do FMI, o pessoal muito rígido, querendo enquadrar o Brasil num figurino, compreendeu, de dizer: "Dedica dois anos para consertar a casa, depois cresce." Dizer isso ao Juscelino! Conversa, não é? Então, o Lucas ficou danado com o pessoal do FMI, porque ele achava que não estava dando valor à equipe do Lucas Lopes, que éramos nós: "Vivem elogiando a equipe, mas estão exigindo coisas que vão desprestigiar a equipe. A equipe pode ser mandada embora. Porque ninguém aceita esse tipo de austeridade." Ele ficou muito magoado com esse negócio. E eu fiquei no meio, no traz-e-leve dessa história. O FMI estava muito preocupado de fazer acordos de um ano: um ano, um ano, um ano. Mas mesmo para um ano ou dois, aquela estabilização dos *supplies credits* deixou o Lucas muito triste com o FMI. E ele guarda mágoas dos dois lados. E era minha posição difícil de negociador também. Ele me mandou negociar no exterior mais de uma vez...

P.R. – Quer dizer, o FMI queria dar ao Brasil o mesmo tratamento que dá a Honduras ou qualquer coisa assim, não?

C.R. – Não. É o que dá à Inglaterra ou à Bélgica. Quer dizer, um negócio superaustero, do ponto de vista de controle monetário. E uma preocupação muito grande com o equilíbrio do balanço de pagamentos, compreendeu? – que era o sistema. Mas eu acredito que se a gente tivesse feito 30% da recomendação do FMI... Porque o problema do FMI, há um problema formal, há um problema de imagem dele, mundial, há um problema de jurisprudência que se forma – toda vez que ele concorda com uma coisa, elastece o critério... Então, tem cinquenta subdesenvolvidos na fila. "Quero o meu!" Ele sempre diz e continua dizendo: "O Brasil é um país formidável, um país que já está saindo do subdesenvolvimento. Mas os subdesenvolvidos olham para ele. Se nós deixamos de exigir certas coisas do Brasil, que são muito mais necessárias que outras, o Brasil é que está dando o mal exemplo para os outros e nós estamos flexibilizando a um ponto que viramos políticos. Isso não é um órgão político. Isso não é um órgão político." Então, é a dificuldade na época e é a dificuldade hoje. Foi a dificuldade na reunião do Fundo; eu fiquei olhando de longe, mas já sei o que se diz, a gente compreende nas entrelinhas, não é? Não pode ceder ao Brasil. O Brasil não tem um bom programa.

Eu me lembro uma vez, na época, na época do Lucas, do Juscelino, eu estava lá negociando, ele diz: "Mr. Ribeiro..." – disse o Per Jakobson, economista, monetarista, conservador, sueco, um homem da maior seriedade, compreendeu? Tinha sido presidente do Banco de Liquidações Internacionais, um *scholar*, um homem sério. Ele disse: "Mr. Ribeiro, já veio aqui o diretor americano me pressionar para aprovar o plano do governo Juscelino. E eu já sei que o senhor

está visitando aí diretor por diretor, fazendo a sua via-sacra, para obter o voto favorável e para eles virem dar uma palavra a mim. Eu simpatizo muito com a sua posição, posição difícil, defendendo um governo que não está fazendo o que o senhor gostaria que estivesse fazendo. Está muito bem. Mas eu quero que o senhor veja a minha posição. O senhor me pediu para ver a sua, agora veja a minha. Isso não é um órgão político. Eu tenho uma responsabilidade técnica. Eu posso não ser o maior economista do mundo, mas sou um razoável economista. Sobretudo, tenho vergonha na cara e tenho uma certa consciência profissional. Eu vou lhe dizer, lhe contar o que eu disse ao diretor americano que veio me pressionar para dar um parecer favorável. Eu digo: 'Honestamente, eu não acho que o governo brasileiro está combatendo a inflação e combatendo o déficit como poderia estar combatendo. Não acho. Ele está dando ênfase a Brasília, gastando dinheiro em Brasília que não está em nenhum orçamento, está mandando brasa em desenvolvimento econômico. Muito bem. Mas com que dinheiro? E o controle interno da inflação? Senão, dispara.` E outra coisa pior de tudo, Mr. Ribeiro; ele está congelando tarifa de serviço público, de energia elétrica. Não vai ter dinheiro para as obras de energia elétrica, para aumentar a capacidade. Vai emitir? O que ele está fazendo? A missão me disse o que estão fazendo. Não paga; as hidrelétricas, as empresas, estão em déficit, ele joga o Banco do Brasil, adianta o dinheiro, em vez de aumentar a tarifa. A tarifa está desatualizada pela inflação. É um subsídio. Está estimulando o consumo. Eu tenho informações. Olha aqui uma declaração do jornal: um grande técnico brasileiro está dizendo que as tarifas estão estimulando o consumo. Está dizendo que as pessoas estão se transportando de avião, porque o avião custa apenas 50% mais que a tarifa rodoviária. Só 50%. Vai-se de avião a São Paulo apenas por 50% mais da tarifa de ônibus. Eu já ouvi dizer que as empregadas estão andando de avião. E os senhores estão pedindo dinheiro no Eximbank para atender à demanda de serviço de avião. Mas como? Que demanda é essa? Se eu estou endividando o país. E o câmbio? O seu governo está numa posição meio ridícula, porque, geralmente, as reclamações aqui são para não deixar fazer desvalorizações competitivas. No Brasil é ao contrário. O senhor tem que fazer uma desvalorização, para que sua exportação seja competitiva, para que não subsidie a importação e não prejudique a indústria nacional. É o FMI que tem que pressionar os senhores para fazer uma desvalorização corretiva? Mas é um caso extraordinário. Porque aqui é ao contrário: nós aqui combatemos, aí no GATT, as desvalorizações... Isso é de um ridículo extraordinário. Estão me chamando de monetarista, compreendeu? Monetarista. Eu lhe dou uma resposta em termos de desenvolvimentista: os senhores estão distorcendo o sistema de preço, que deve orientar as decisões de investimento. No governo e no setor privado. O senhor precisa gerar recursos." Muito bem. Então... [riso]

Outro dia eu estava me lembrando disso. E parece que a discussão continua a mesma. Ele disse: "Agora, uma coisa eu lhe digo, Mr. Ribeiro: e não é por problema de... O senhor apresentou um orçamento monetário aqui que é uma beleza. Do ponto de vista de metodologia, eu vou sugerir que o *staff* adote isso e recomende a outros países, o orçamento monetário. Mas que coisa bem feita. Consolidação das contas. Está formidável. Isto está aprovado. Então, eu não dou aquiescência não é pelo orçamento monetário. Está uma beleza. É que os senhores vão... Com esse sistema de tarifas, o senhor, para cumprir esse orçamento monetário, vai ter que desestimular o investimento, desestimular o consumo. Ou o senhor não agüenta...? Vai fazer emissão monetária para cobrir o déficit – e o que vai, provavelmente, acontecer. O seu orçamento faz sentido, tecnicamente, metodologicamente. Não vai ser cumprido. Porque a pressão para desenvolvimento, pressão para consumo e tudo mais... Trigo: os senhores estão subsidiando o trigo. São recursos que podiam ir para investimentos. O senhor quer fazer um programa ambicioso de investimento e subsidiar o trigo? Então, o seu orçamento está uma beleza. Metodologicamente, nunca vi coisa tão bem feita. Agora, o senhor está com um programa que é contra o desenvolvimento econômico. Ou altamente inflacionário."

Então, ele deu uma análise real de utilização de recursos na economia. "Em resumo, quero lhe dizer, elogiando a atuação do senhor, do Roberto Campos, coisa, mas Mr. Lucas Lopes não é o presidente. Eu não estou ainda em posição de dizer que o programa brasileiro de combate à inflação, de redução do déficit, merece apoio. Porque, honestamente... E olha que eu estou com uma vontade

enorme. E foi o que eu disse ao representante americano. Segundo me parece, eu estava lendo os jornais, parece que é exatamente o que está acontecendo. Uma situação muito mais grave." [riso]

E.R. – Dr. Casimiro, dentro dessa conversa toda, me veio à cabeça uma questão que é uma questão que eu acho que seria... Como equilibrar a estabilização, as receitas do FMI, com o desenvolvimento? Como é que se poderia?...

C.R. – É muito difícil você fazer em laboratório. Mas eu tenho uma velha desconfiança, uma velha ambição, um sonho que nunca foi testado: se o Brasil gozasse de uma confiança internacional, não apenas aquela que já desfruta, que é com relação ao potencial de desenvolvimento econômico... Mas além do potencial do desenvolvimento, que é o que segura ainda e dá paciência ao resto do mundo com o Brasil – é este potencial -, se além disso, ele merecesse a confiança pela seriedade da administração, esta daria a solução. Porque a credibilidade no exterior... Isso eu aprendi esses anos todos. E eu acho normal que uma pessoa que mora aqui, que vive no Brasil, não vai ao exterior, não conversa, não tem muita sensibilidade para ver como é importante para o Brasil ter credibilidade. Um país que tem potencial. Não é um país pequeno que ficará com grande credibilidade, será austero, e não se desenvolverá. É um país que tem grandes problemas. E por isso ele tem uma alavanca de progresso. Tem grandes problemas. O Brasil sempre tirou partido dos seus grandes problemas. O fato, por exemplo, de ele não ter descoberto petróleo, como a Venezuela, foi ótimo para o Brasil. Foi ótimo porque desenvolveu a sua indústria. Ele teve problemas cambiais esses anos todos – eu participei desses problemas desde 1940; toda vez que tinha uma crise cambial, se promovia a industrialização do país. Promoveu-se durante a guerra – os senhores sabem disso. Foi sempre na base da crise de câmbio. Benditas crises de câmbio do Brasil.

E.R. – Essas receitas...

C.R. – E, mais uma vez, o Brasil agora está com uma dose imensa de crise, mas ainda assim, eu tenho receio – eu estou exagerando um pouco o argumento -, tenho receio que dêem uma solução benéfica demais à dívida. Sinceramente. Como brasileiro, eu tenho receio que, por pressão política, se dê uma solução a ela – o que vai ser um desastre para o Brasil. Porque não se faz mais nada, você não tem mais pressão para a industrialização. O que aconteceu com a Venezuela: não tinha problema de balanço de pagamentos. No que se transformou a Venezuela? E conseguiu ser devedor! Isso é uma coisa extraordinária. País que produz, latino-americano, que produz petróleo, conseguiram ser o único país do mundo que ainda tem problema da crise do petróleo. O Japão não tem mais problema. Os "tigres asiáticos" não têm mais. Problemas tremendos!

P.R. – Mas quem conhece a Venezuela, por exemplo, eu já estive lá umas cinco vezes, mais ou menos: os regimes militares da Venezuela se contentavam em pegar o dinheiro do petróleo para construir obras faraônicas. Não houve aplicação nenhuma...

C.R. – Exato. Mas se não tivessem tido... Esse é que é o problema. Você pode dizer se tivesse... Mas acontece o seguinte: eu que vivi o problema da trincheira nesses anos todos, você só tem prioridade para fazer coisa com crise. Algumas coisas que estão sendo feitas no Brasil agora o são à base da pressão da crise. País que vive em berço esplêndido, compreendeu, não faz força. Quem faz força é... é Japão. Eu me lembro o Japão, quando veio a primeira crise do petróleo... participei de um bate-bola; o professor Cathy da Universidade da Pensilvânia me convidou para um bate-bola junto com outras pessoas, banqueiros, e o diagnóstico, na época – isso era setembro de 73, tinha estourado o petróleo... Uma demonstração lógica, bem feita, argumentada, de que o Japão, em três, quatro anos, passaria a potência de segunda categoria – provada nas projeções. Pela inexistência de fontes de energia, pelo custo do petróleo, pela dependência de importação, de transporte, de tudo. E no fim da reunião, me lembro o Conzanzo, que era diretor do Banco... tinha sido do Fundo, disse: "Olha, essa

sua preleção, fulano, está muito bonita, está formidável. Se aplica a um grande número de países. Não ao Japão. Porque a diferença para esses outros países – os nossos países -, é que o Japão tem japoneses. E a minha previsão é que agora é que eles vão agredir o mercado; agora eles vão dar a volta por cima. E mais alguns anos serão credores. Eu aposto no Japão."

E.R. – Mas o senhor não acha que essas...

C.R. – Então... Perdão. Foi uma grande crise, que, em vez de liquidar com o Japão... Mas crise de balanço de pagamentos no Brasil é brincadeira – a crise de petróleo no Brasil -, brincadeira, perto da crise do Japão. A previsão é que as reservas... projeção de balanço de pagamentos. Então, você precisa do acicate, do argulhão, de uma crise, para tocar as coisas para a frente. Para obter, inclusive, as prioridades, para justificar certas medidas de emergência. A proteção da indústria, por exemplo. E a indústria respondeu. O setor privado respondeu. Recebeu superproteção, mas acontece que o Brasil não tinha câmbio mesmo para importar. E o resultado líquido está aí. O resultado está aí. O meu receio, compreendeu – estou exagerando um pouco -, é que uma...

E.R. – Desapareçam as crises.

C.R. – Desapareçam as crises.

E.R. – Como estímulo à superação das próprias crises.

C.R. – Não se faz mais nada. Imagine se perdoarem essa dívida, perdoarem metade. Os políticos não fazem mais nada, compreendeu? Mas não faz mais nada. Outra coisa: esse salto para a exportação, que começou com o Delfim, já com a crise do petróleo; o salto para a exportação: que coisa extraordinária foi para o Brasil – pressionado pela crise do petróleo! A diversificação de exportações, a melhoria da qualidade, as *joint ventures*... E agora, com a crise, já o pessoal com capacidade indo disputar mercado lá fora, melhorando a qualidade, descobrindo que tem capacidade de produzir, compreendeu, e competir. Quando é que se teria feito esse esforço, se não fosse a crise do balanço de pagamentos do petróleo? Me diga. Se viesse um regime puramente imediatista, mais do que foi, dizer: "Não..."

[FINAL DA FITA 5-B]

C.R. – ...o Brasil obter uma... perdão. Perdão. Péssimo. Porque num mundo cada vez mais capitalista, cada vez mais de economia de mercado, nós temos que manter bom relacionamento com o investidor privado estrangeiro. De investimento direto e de banqueiros! Há uma contradição na nossa posição, ameaçando os candidatos a presidente da República: "Não pagar a dívida, ou metade da dívida; vai ver que teve patifaria, não sei que mais..." Falam em fazer uma revisão dos registros. Já se sabe que os registros estão certos. Os registros estão certos. O país que tem o sistema mais sério de registro de endividamento é o Brasil. Simplesmente porque desenvolveu uma tecnologia de controle, que há quarenta anos que ele tem problema de balanço de pagamento. Então ficam ganhando tempo numa coisa que todo mundo sabe se for lá. E os banqueiros ficam danados da vida com essa ameaça.

E vem o Plano Brady, por exemplo, que é uma brincadeira de mau gosto, no sentido de que na primeira crise do petróleo, no primeiro choque do petróleo, os bancos entraram e os governos não entraram. No segundo choque, já para 82, quebrou o sistema bancário mexicano, aquela encampação, o governo americano se deu ao luxo de dizer que era contra o aumento da cota do Fundo de 50%, que é uma coisa pífia. No pior da crise, setembro de 82, foi lá o sr. Paul Volcker e o secretário do Tesouro para dizer que não podia, não tinha base política ainda para aumentar. Incrível, incrível. E o segundo choque do petróleo foi financiado pelos bancos privados. Muito bem.

Agora que a coisa está transbordando, chega o Plano Brady. E, em duas linhas, o que é o Plano Brady? Convencer os banqueiros de levar um prejuízo nessa história. Mas então que pressão política? Que pressão política? Os banqueiros fizeram mais do que era possível. Vêm essas estatísticas vergonhosas... "Porque o Brasil já pagou a dívida em juros..." O que o banqueiro cobra é o *spread*, que é entre 1, 1,5%, 2%. É isso que deviam fazer estatísticas do que o Brasil pagou. Pagou *spread* a banqueiro. O banqueiro acreditou no Brasil. O Brasil teria parado, sem petróleo, parado, se não tivesse os recursos, o seu crédito com os banqueiros privados.

E.R. – Mas os juros internacionais, não é uma questão política também?

C.R. – Questão política não de banco privado. É política americana. Por exemplo: o americano, como nós todos sabemos – estou repetindo porque todos nós sabemos -, o sr. Paul Volcker, que é um grande banqueiro central, não podendo controlar o déficit do governo, como ainda não puderam... Fizeram até uma coisa ridícula, puseram lá um item, uma emenda constitucional, um troço complicado, que o déficit vai, cegamente, se reduzir – o que é uma prova de incompetência, de falta de critério de administração. Então, resolveu controlar, via controle monetário. Repercutiu no resto do mundo. Então, ele consertou, combateu a inflação, subindo brutalmente as taxas de juros e aumentando o endividamento que era dos outros. Muito bem, eles tiveram que fazer isso, combateram a inflação. Agora está na hora de mandar a conta. Agora, disseram: "Não, não tem base política. O que podemos fazer é convencer os banqueiros de perder o dinheiro." Ora, espera aí! É isso que são capazes de fazer? "Ah, vamos fazer..." Mas se o mundo é cada vez mais de mercados privados, se o Brasil não quer apenas dar um calote... O Brasil quer se inserir no contexto, ele quer ser desse sistema. E há algo importante: não é não pagando dívida que ele vai se reinserir no contexto. Isso é uma contradição brutal.

Então, aí vai minha resposta à sua primeira pergunta: como sair disso? Agindo com seriedade. Se o Brasil agisse com seriedade e austeridade já há dez anos, já teria jogado isso para fora. Esse balanço de pagamento, compreendeu, num país com o potencial do Brasil, se resolve sozinho. Essa dívida é rolada. Rolada, não. Porque rolar do próprio credor é uma vergonha. Essa dívida é rolada indiretamente, como o Brasil sempre fez. Novos créditos que não tem nada que... Créditos para desenvolvimento econômico. Ninguém vai dar crédito novo para um credor¹² que diz: "Ou você me rola a dívida ou não te pago." Você leva para o *board* essa proposta, leva para os relatórios dos acionistas... Ninguém dá dinheiro para mau pagador. Agora, dizer: "O Brasil está pagando as suas dívidas..." – como sempre fez. Mas dinheiro para desenvolvimento econômico, financiar projeto, 90% da despesa de projeto são em cruzados! O Brasil produz tudo. 80%. Desses dólares de financiamento de projetos, 80% são para converter em cruzado. São os dólares com que o Brasil vai pagar a dívida, dizendo que paga na data.

E.R. – Mas com esse nível das taxas de juros internacionais, que são uma das causas fundamentais do processo inflacionário, o senhor não acha que isso é uma bola de neve?

C.R. – Não, é bola de neve porque o Brasil não tomou providência. Há dez anos que não toma providência. Eu não diria isso para o Paraguai. Ninguém dá donativo. Nós queremos nos inserir. Mas o Brasil tem um potencial, compreendeu? Tem um potencial extraordinário. O Brasil pode. O interesse no Brasil... Outra coisa é no investimento direto. Quando o japonês está investindo nos Estados Unidos, e os Estados Unidos na Europa, o Brasil ainda está com medo de investimento estrangeiro. Então, não deixa vir investimento direto. Quer se reinserir no contexto internacional, anuncia que vai crescer tomando dinheiro emprestado, porque não acredita em investimento direto: "Cuidado, cuidado." Portugal e Espanha estão entrando na dança e são muito menores que o Brasil.

¹² O entrevistado deve estar se referindo a "devedor" e não "credor".

E o Brasil ainda está com medo de investimento direto. Porque o patriotismo aqui, de longa data... "Ah, vou tomar dinheiro. Aí, eu pago; tomar dinheiro..." É isso que deu. Além de má administração.

Então, tem que começar honrando os compromissos e mudando a imagem. Nós demos uma de quebrados, pô. Conseguimos dizer para o mundo inteiro que estamos quebrados. Eu me lembro do Funaro, coitado, excelente sujeito: "Preparação para as negociações no exterior..." Eu me lembro do meu tempo: você vai negociar com banco privado, você vai negociar extensão de prazo, é fácil: "O país é um colosso, o país está crescendo. Se você der uma chance ao Brasil, mais vinte anos, o Brasil é credor, é credor, está emprestando dinheiro. Agora, é interesse de vocês. Estrangula o Brasil, vocês não recebem nada." Mas para você conseguir isso, tem que mostrar a potencialidade do Brasil, o que não é difícil. Segundo lugar: a capacidade de produzir receita cambial. É projeção da balança cambial. O Brasil tem projeções brilhantes sem fazer lá grande força. Brilhante. Então o que fez... E se você quer financiar juízo, além do principal, que já dá má impressão, mas você deixa para uma segunda discussão. Isso foi sempre a nossa tática. O que fez o Funaro? Não, não dá.

E outra coisa: a imagem de bom pagador que nós sempre tivemos. Nós tivemos atrasados comerciais, quantas vezes eu fui negociar no exterior atrasado comercial. E viu que agora o Maílson está começando a dizer... Nós tínhamos o que chamavam de "gaveta". Disse: "olha, aqui está a projeção. Se as receitas de exportação foram mais, podemos gastar mais, muito bem. Se não, nós temos que preservar um nível de reserva que é estratégico. Você não quer que o Brasil pare de funcionar. Porque se ele parar de funcionar, ou mesmo de crescer o mínimo, aí é que você não recebe nada. Então, vamos fazer o seguinte: está aqui a minha projeção. Eu tenho uma ordem cronológica, aqui, de pedidos – que chamavam de "gaveta" -, eu atendo na medida em que eu... Atendidas as importações essenciais, defendido o mínimo de reserva, eu posso ir a ordem cronológica." Isso, não há dificuldade. Engoliam mal, mas sempre saiu. Não: o que se faz? Como medida preparatória, você tem que lembrar sempre que foi bom pagador, que você tem capacidade de gerar dólares para pagar e é questão de prazo, e o país tem potencial. Quanto mais você estende o prazo, mais credibilidade têm as projeções em relação do Brasil.

E.R. – Dr. Casimiro, não teria um efeito perverso essa... Estou interrompido o senhor, só para...

C.R. – Não, deixa eu acabar isso. Então, o que faz o Funaro? Porque o Funaro apenas, eu estou dizendo, não é o Funaro, é um grupo de economistas que pensa, honestamente, sinceramente, como o Funaro fez. Eu já conversei com eles.

E.R. – Os economistas da Unicamp, da PUC do Rio?

C.R. – É, e coisa. Até na Fundação tinha lá. Eu já conversei, desde que começou o problema. Então, o que faz o Funaro? Sobre a pontualidade do pagamento, ele manda declarar a moratória unilateral. E do ponto de vista psicológico, compreendeu, o Brasil não precisa disso. O Brasil era um colosso. Pois bem. Mas se tivesse que fazer, faz como agora o Maílson está começando a fazer – agora, depois que estragaram a imagem do Brasil e tudo mais. Diz: "Olha aqui, ó." Muito bem. E você pede mais prazo, você prova que o país tem balanço de pagamento para isso: gerar dólares. Não apenas gerar cruzeiros. Que fez o Funaro? Deu uma projeção... Numa projeção de oito bilhões de dólares para o balanço comercial, ele disse: "Olha, só vão ocorrer quatro." Aí, os banqueiros, todo mundo disse: "Não, eu venho acompanhando o Brasil, o Brasil dá oito sem esforço." Dá, não dá, dá, não dá... Ele disse: "Bom, eu quero dizer aos senhores o seguinte..." – o Maílson¹³ pessimista em relação ao Brasil, ficaram otimistas. No *approach* de que quanto mais quebrado tiver, mais crédito você tem. Isso é o *approach* mais errado para conversar com banco privado, com o mercado financeiro. Você pode usar isso com o governo americano. E isso é a parte política: "Olha aqui, ó, vai virar comunista." Até esse negócio de comunista já está saindo de moda, coitado – esse argumento:

¹³ O entrevistado possivelmente quis dizer "Funaro" ao invés de "Maílson".

"Cuidado, comunismo..." O tóxico: "Olha, que o tóxico toma conta do Brasil." Isso é argumento político. Solta o dinheiro aí. Mas para a reinserção no contexto internacional, você tem que falar da potência do Brasil. O Brasil é um bom cliente, é um bom investimento.

E.R. – Dr. Casimiro, essa crise, essa crise que o...

C.R. – Perdão: mais um finalzinho. O que faz o Funaro? O oposito: declara a moratória. Fez uma projeção de quatro bilhões. Aí os banqueiros disseram: "Mas se der oito?" "Se der oito, eu gasto os quatro." Quando a negociação é você fazer uma projeção decente, dizer: "Não é que eu não possa pagar. Eu posso. Mas eu pago e estrangulo a atividade econômica, compreendeu? Eu posso pagar! O Brasil é um país que pode pagar. Não vai..." Aí é o argumento que está todo mundo usando. Mas...

C.R. – Não está financiando os países desenvolvidos?

C.R. – Pois é. Está invertendo. Isso é um ridículo. Esse é um argumento bom que sempre foi usado. Então, esse é que é o ridículo. Agora, não dar uma de mau pagador, compreendeu? Porque só agora, com o Maílson, já muito tarde, é que está voltando a um diálogo. Então, o que se fez? Para obter... e outra coisa: pediu também o financiamento do juro, junto. Como é que você vai melhorar as condições da prorrogação do principal e dos juros que já existem, melhorar, se você já disse que nem os juros você vai pagar? Você põe na mesma negociação. Parece um plano político para não obter resultados. É uma jogada política para não obter resultado. Uma jogada qualquer que não faz sentido. Antigamente seria uma jogada comunista. Mas nem isso existe. Você provocar o impasse, compreendeu, provocar o impasse, hostilizando o governo americano de um lado, hostilizando o banqueiro do outro, para não ter solução... Eleitoralmente, isso é extraordinário. Eleitoralmente é extraordinário. Porque o Zé Povo não está sabendo o que está se passando.

P.R. – Acho que já não é mais, não.

C.R. – Parece que nem isto. Mas então... Mas ainda estão falando. Ainda é, porque estão falando. Em vez de dizer: "O Brasil..." – como Tancredo disse; eles não estão transcrevendo o que Tancredo disse. Tancredo disse: "O Brasil honra seus compromissos. Honra. O Brasil vai conversar com o FMI. Lá dentro." Tancredo...

P.R. – Eu me lembro disso. Me lembro.

C.R. – Honra os compromissos. É um país que honra os compromissos. Esta é que é a imagem para conversar lá fora. Mas estão dando uma de moleques. Isto é que é. É o *approach* do vigarista internacional. É a conversa do vigarista. Isso é que é o mais triste. Para quem conhece o meio banqueiro, compreendeu? Então: "Vai gastar oito bilhões!..." Mas o governo americano não quer botar tostão nesse negócio. Ele não está dando para o Banco Mundial, nem que o Banco Mundial estabeleça. Então, fica de bandido... Os banqueiros que acreditaram no Brasil – e tinham razão para acreditar, porque toda a projeção feita na época, compreendeu, o Brasil merecia. Que houve *spread*, que era banco privado... O meu banco privado tirava dinheiro lá fora há oito anos, com três anos de carência, tomava emprestado com *spread* de 1%, 1 e 1/4. Esse era o crédito do Brasil. Eles podem compreender que uma potência como o Brasil, com o potencial do Brasil, tem dificuldades, tem problemas. O que eles não suportam é a mentalidade cafajeste de focar o problema, compreendeu?

E.R. – Do calote.

C.R. – Do calote, da ameaça do mau pagador, compreendeu? Ameaça, o calote... E cada vez menos pega isso, porque eles estão absorvendo, fazendo as provisões, compreendeu? E a outra coisa, a lógica imbecil que descobriram... Eu sou uma pessoa que há vinte anos – e outras pessoas -, vinte, trinta anos que negocio no exterior, pô. Agora tem umas inovações que não me convencem. Que isso é para ganhar eleição, não é para conversar com banqueiro: de que você não vai pagar, porque você... Uma delas, uma grande engenhosidade, [inaudível] o Bresser... Conversou com uns camaradas, que já estão presos hoje – Boesky e aquele outro... Como é o nome dele? Que inventaram o *junk bond market*, que é mercado de lixo, de lixo. Então, eles pegam os estados americanos que já estão meio quebrados, eles pegam aqueles papéis, dão liquidez, compreendeu? Não tem criatividade nenhuma. É dar liquidez artificial a papel porcaria. Então, essa gente vai assessorar o Brasil. O Brasil está tentando resolver o seu problema na base do *junk bond market*. Lixo. É essa a imagem. E quanto mais cai o papel do Brasil, mais o pessoal bate palma aqui.

Outra esperteza estúpida, porque não convence ninguém, é de que... Os credores menores – não são os grandes bancos – se assustaram, porque eles não tinham convicção. Eles foram emprestar ao Brasil porque os grandes estavam emprestando. Então, eles pegaram participação no [inaudível] de Londres, se assustaram com essa demagogia ordinária, e estão dispostos a vender com prejuízo. Mas isso é 10% da dívida. Então, a grande sabedoria do brasileiro negociador: logo, a dívida toda só vale 30%.

E.R. – Esse foi o caso da... solução que deram no mercado secundário?

C.R. – Estão tentando dar para o Brasil agora... O Bresser tentou isso, compreendeu?

E.R. – Vender a dívida no mercado secundário?

C.R. – Não, não: avaliar toda a dívida brasileira com os bancos privados pelo preço de mercado de menos de 10% dos créditos que foram vendidos por pequenos credores, bancos pequenos credores, na bacia das almas, quer dizer, vendendo por porcaria. Que inclusive, os grandes bancos foram lá, compraram, e revenderam aqui – Morgan e outros -, estão ganhando dinheiro às custas dos pequenos bancos lá, compreendeu? – que foram idiotas e se assustaram. Mas que vieram para o Brasil levados por eles. E agora eles aproveitam... Porque o Morgan, o dele ele não dá com deságio de tostão. E faz muito bem em não dar. Agora, o Brasil quer avaliar o valor *soi-disant* de mercado da dívida – parece muito hábil, muito hábil – pela cotação desesperada dos que foram vendidos. Então, o negócio é genial, descobriram um negócio genial que ninguém pensou; nenhum negociador, no passado, pensou. Você desmoraliza o nome do papel, dá a imagem de um país concordatário. Quanto mais você assustar, mais o papel se desmoraliza. Então, vem a esperteza última, compreendeu, que é coisa de *gangster*, é coisa de *gangster* – uma empresa pode fazer, um país não deve fazer, um país como o Brasil não deve fazer, não. Um "paiseco" qualquer aí, compreendeu, governado por militar, por ditador, pode. O Brasil, não. Ele vai lá – ele que diz que não tem dinheiro para pagar -, ele arranja dinheiro e compra no deságio esses papéis. Mas como, se ele não tinha? Se toda a argumentação é que ele não pode gastar reservas? Coisa de moleque; são dois pesos e duas medidas. E dito de público. E agora convenceram o Banco Mundial de emprestar dinheiro ao Brasil, para comprar com deságio. São uns burocratas internacionais... Como se fosse uma beleza. Quer dizer, um país quebrado como o Brasil, sem capacidade de pagar, compreendeu, quando devia estar negociando prazos longos e períodos de carência – que já está oferecido... O período de carência que já estava negociado era de sete anos, do principal. Sete anos: vai pegar o próximo presidente e ainda dá mais um pouco para o outro presidente.

Agora, o problema do juro é um problema sério do ponto de vista contábil dos bancos: distribuição de dividendos, de tudo. Quem podia dar donativo são os governos, e os governos acham que politicamente é impossível, que não há base política. Então, qual é a negociação política? Se o americano, o europeu, o japonês dizem que não há base política para dar donativo... Porque,

inclusive, parecia que estava bem em altos bancos, porque a exploração política lá...: "Não, espera aí. Subsídio para o Brasil, por quê? Quem errou foram os bancos de emprestar para o Brasil. Os bancos que tomem o prejuízo." Mas é assim que o Brasil vai fazer a sua reinserção no sistema financeiro privado internacional? É assim? Se fosse um "paiseco", por exemplo, pequeno, lá da África, a que os banqueiros tivessem dado muitos bilhões de dólares por um erro de avaliação, qualquer coisa, e nunca mais obter dinheiro, então, dizia: "Eu não pago a essa gente; eu vou pagar 10%." Não tem importância que não dêem dinheiro. Porque eu sei mesmo que jamais darão dinheiro ao Brasil. Já estão fazendo o raciocínio de Zâmbia para o Brasil. De Zâmbia. É impressionante. Essa espertezinha do político brasileiro – que está sendo apoiado, infelizmente, por alguns economistas de muito bom nível e muito bem intencionados, mas sem experiência de negociação. "Há pressão política!" Não obtiveram nada, os americanos. O Plano Brady é um piada do ponto de vista de banqueiro privado. O Plano Brady é o seguinte: "É, vocês devem dar um deságio maior nesse troço." [riso] "Mas o que eles ganham?" "Eles ganham o *spread*." Vamos somar o que o Brasil já pagou em *spread*. Porque juro quem ganha é depositante americano, depositante europeu, árabe. Quem começou essa brincadeira foram os árabes, com o primeiro aumento do petróleo. eles vendem petróleo à vista, vendem petróleo à vista. E não adianta conversa de Petrobrás, não adianta nada. Mandaram missões lá que só gastaram dinheiro. O Brasil não parou porque os bancos acreditaram no Brasil. E emprestaram com bom *spread*, que era um, um e meio, dois. Esta é que é a verdade dos fatos. Agora: "Não, é um sacrifício, porque o Brasil não pode pagar, o Brasil não tem potencial para pagar. Ficam sufocando o Brasil." São uns idiotas, culpados. "Não deviam ter acreditado tanto no Brasil." Que argumento é esse? É assim que vai se fazer a inserção do Brasil no sistema financeiro internacional privado? Ora, isso é para Zâmbia ou para Paraguai. Pelo amor de Deus!

E.R. – Dr. Casimiro, o senhor estava dizendo que essas crises são mobilizadoras de um esforço para a superação da própria crise, o que promove desenvolvimento. O que eu perguntaria ao senhor seria o seguinte: nesse caso de balanço de pagamentos, nesse caso de dívida externa, nesse caso de juros internacionais, não existiria um efeito perverso que seria o fato do Brasil estar se preparando para... Ao pagar o que ele pediu emprestado, ele não estaria ficando com a sobra e pagando o principal? Quer dizer, há um arrocho salarial, há uma exportação dos produtos fundamentais e, com esses juros internacionais, que são estabelecidos politicamente, fora das possibilidades políticas nacionais, nós não estaríamos sofrendo uma... Um contínuo processo de...

C.R. – Bom, mas nós inventamos isso, nós inventamos esse círculo e ficamos dentro dele. É o negócio do peru: você faz o círculo...

E.R. – Uma caixa d'água, de onde sai mais do que entra, há possibilidade...

C.R. – Não, não. Isso é uma racionalização que nós inventamos. Porque o Brasil é um país que tem potencial. Em primeiro lugar: demos uma banana – me permite a expressão – para o investimento estrangeiro direto. Sempre hostilizamos, compreendeu? Continuamos a não dar o estímulo adequado. Ele está indo para os Estados Unidos, para a Europa; o Japão está aplicando em outros lugares... Quer dizer, a nossa atitude com o capital estrangeiro – investimento direto; não é endividamento... Porque o investimento direto gera uma pressão para dividendo. Mas dividendo, você pode passar dois, três anos dizendo: "Vocês vão reinvestir..."

E.R. – Esse esforço de desenvolvimento não seria um esforço todo para o estrangeiro, para exportação, para divisas, em vez de consumo interno?

C.R. – Mas isso não é mau.

E.R. – Não é mau do ponto de vista da balança de pagamentos.

C.R. – Não, não: do ponto de vista qualitativo; muito mais importante – nós melhoramos a qualidade do nosso produto.

E.R. – Mas não nos apropriamos deles.

C.R. – Mas um momento. De uma industrialização de substituição superprotegida, passamos a uma industrialização de sofisticação e competição no exterior. Esta melhoria estrutural e a própria dívida... Nós, aumentando mais a dívida – no tempo do Geisel e tudo mais -, completamos, sacrificando... Aumentando a dívida, sacrificamos o aspecto financeiro, deliberadamente, para completar nossa estrutura industrial com os insumos básicos. Valeu. Agora temos os insumos básicos e a capacidade competitiva de gerar receita de exportação para pagar essa dívida. Você faz dívida para investir. Não é como outros países que fizeram dívida e sumiu o dinheiro. O nosso dinheiro está aí. Salvo um ou outro projeto, que é culpa nossa, compreendeu? Esse de insumos básicos, por exemplo, industrialização, nós estamos com uma capacidade de produção, de competir no exterior, tremenda. Então...

E.R. – Mas esse desenvolvimento todo não está sendo apropriado pelo hemisfério norte?

C.R. – Não, o país está se transformando qualitativamente. Isso é irreversível, é irreversível. Mas o balanço de pagamentos está nos forçando a descobrir mercados no exterior. Isso também é irreversível. A não ser que a gente seja tão estúpido que abandone isso. Nós estamos descobrindo mercados. Começando já a fazer umas *joint ventures*. É o Bardella, agora as empresas bem... As empresas brasileiras, com essa austeridade de juro, estão líquidas. E um certo protelamento de investimento, estão líquidas, não devem aos bancos. As boas empresas, bem administradas – estão líquidas e é uma coisa extraordinária. Eu acho que as indústrias brasileiras não estiveram tão sofisticadas até hoje... Elas têm o problema de acompanhar o progresso tecnológico. Esse...

Está-se exagerando o problema do *overnight*. O *overnight*, o sistema financeiro, é sofisticadíssimo; não conheço história de país nenhum, em desenvolvimento, e mesmo desenvolvido, que tivesse uma quase hiperinflação... O sistema financeiro está administrando uma quase hiperinflação, com uma sofisticação extraordinária – que se reúne diariamente com o Banco Central para saber qual é a taxa, aquele milésimo, centésimo de inflação projetada para um cálculo da taxa de juro. É incrível! Porque esse país devia estar em pânico, não fazendo mais nada. Está o sistema financeiro, que chamam de ciranda financeira – é uma bobagem. É extraordinário que esteja rodando tudo em 24 horas, que ainda esteja financiando o governo, apesar do governo não merecer. Mas os bancos têm noção da importância – está todo mundo no mesmo barco. Estão rolando a dívida, ainda? Apesar dos presidenciais, que estão dizendo coisas pavorosas. E é um sistema sofisticado, com capacidade de competir no exterior. Não está endividado – a coisa que mais deixa triste os bancos é que as grandes empresas, boas, não estão devendo nada aos bancos. Então, tem depósitos. As boas empresas estão emprestando ao governo dinheiro que eles utilizarão para expansão de capacidade, tão logo haja um pouco de confiança. De confiança. A capacidade do Brasil de dar uma virada de investimentos é enorme. Primeiro, porque a capacidade já está por aqui e há demanda ainda. Apesar de tudo, há demanda. Segundo, porque tem os recursos, tem a capacidade de investir, tem perspectiva de *joint ventures* com estrangeiros. É só melhorar um pouco.

De modo que a visão que tem o estrangeiro é de que tem uns doidos que estão querendo acabar com o Brasil. Estão querendo acabar. Porque vai o quê? Vai a nossa autoridade para dizer: "O Brasil é, ao mesmo tempo, a oitava potência do mundo, mas é o país da miséria e da pobreza."¹⁴ Compreendeu? "As elites já fizeram a austeridade – os políticos – necessária e não foi suficiente." Como nós já fizemos toda a austeridade, não temos desperdício de gastos públicos, e essa saída

¹⁴ Voz impostada.

líquida nos tira a capacidade de investir, e nós provamos que temos um programa sério, que já estamos fazendo austeridade, que não estamos jogando poupança fora, nós temos autoridade moral para dizer que vocês precisam prorrogar. Mas se ele tiver um plano assim, o FMI dá luz verde e a coisa muda. É essa a minha convicção. Muda de figura. Para o Brasil, muda. Nós estamos fazendo política de campanário, compreendeu, de politicagem de vereador do interior. É isso que nós estamos fazendo. O Brasil é muito mais importante do que isso. Muito mais.

E.R. – Bom, enquanto o senhor... [risos] Mudar radicalmente aqui de conversa...

C.R. – Eu estou fazendo discurso. [riso]

[FINAL DA FITA 6-A]

C.R. – ...eu nunca vi tanta gente que não entende do assunto dando palpite. Um imediatismo. O problema dessa turma toda, inclusive de alguns economistas, como os de esquerda, no passado, é que não vêem o

conjunto. Não vêem e no fundo não acreditam no país. Veêm conspiração em tudo, compreendeu? Conspiração em tudo. Nunca acreditaram no setor privado. Agora, estão com cara de bobos. Só acreditavam em estatização, pô. Com a sorte que no Brasil algumas estatais foram eficientes. Com todos os seus defeitos. Tem uma Embraer; a Petrobrás, com todos seus defeitos, não é?

E.R. – Dr. Casimiro, deixa eu fazer uma volta, aqui, geral, de 180 graus: eu gostaria que o senhor narrasse como foi o desandamento, digamos assim, do Banco Central, na mudança... Como ele foi reabsorvido pelo Banco do Brasil, na administração Costa.

C.R. – Bom, o senhor, depois, faz o *edit* para tirar essa história e botar num outro lugar, [risos] por obséquio. Senão fica um negócio...

E.R. – Nós estamos mudando radicalmente aqui, mas isso...

C.R. – Não só os *flash-backs*, mas os *flash-forwards*, não é? [risos] Por obséquio, o *edit* tem que estar..., senão fica uma coisa ininteligível.

Mas aconteceu o seguinte. O Banco do Brasil jamais se conformou em deixar de ser a autoridade monetária. Nós tivemos que negociar. Em parte, por alguma consideração pelo Banco do Brasil, que...

E.R. – Jamais se conformou por todos aqueles motivos que o senhor já explicou anteriormente.

C.R. – É. Eles acreditam em banco central misto e que pode fazer tudo no Banco do Brasil. Na negociação, como nós tínhamos que montar o Banco Central e levar um, dois anos, dependendo das carteiras e coisas, nós concordamos, temporariamente, que os depósitos... Em primeiro lugar, que os depósitos voluntários dos bancos para compensação de cheque ficassem no Banco do Brasil. Temporariamente. Porque o serviço de compensação de cheque era feito pelo Banco do Brasil, como ainda é, e eu tive que argumentar, na época, e meus companheiros também: serviço de compensação de cheque é uma coisa, base monetária é outra. Base monetária é moeda emitida pelo Banco Central. E moeda emitida não é só papel-moeda, é a moeda criada... Quando ele aceita um depósito à vista de um banco, ele cria base monetária. Isso é moeda. *High power money*, como diz o americano, porque é mais forte, tem potencial de expansão monetária muito maior do que papel-moeda. Papel-moeda já saiu de moda, já era, já não tem importância. Ainda há, historicamente, uma preocupação com papel-moeda. Não tem importância nenhuma. A não ser de atender os meios de pagamento, um tipo de pagamento que os homens, as pessoas, ainda fazem, enquanto o cartão metálico, magnetizado,

não eliminar de todo o papel-moeda. Ele não tem mais importância nenhuma. Então, ficam com essa: "As emissões de papel-moeda!..." Não tem importância mais nenhuma. A não ser importância, vamos dizer, psicológica, se o governo não honrar. E daí a impressão histórica das crises, em que as pessoas sacavam depósito nos bancos em papel-moeda, aquela história toda. Mas economicamente o importante são os depósitos dos bancos, à vista, no Banco Central. É o *high power money*, que depois, há uns 15 anos, se chama de base monetária.

Muito bem. Não podia ficar no Banco do Brasil – esse é o ponto de vista que eu levantei na época. "Ah, mas é que já faz a compensação..." Compensação de cheque, o trabalho material de reunir representantes de banco, trocar o cheque e cancelar mutuamente, depois pagar, todos eles pagam entre si o líquido, pôr um cheque a débito ou a crédito, a débito da conta que todos mantêm no Banco Central, isso é outra história. O que é importante é essa conta. Não é o trabalho material de compensação. Isso a associação bancária pode fazer, o Banco Central pode fazer ou os bancos podem fazer ou um banco importante pode fazer. Se o Banco Central quiser fazer, muito bem. Se o Banco do Brasil quiser fazer, ótimo, deve – já está organizado para isso. Mas os bancos... O Banco do Brasil fará a compensação de cheques – isso é muito importante; é um detalhe técnico, mas é uma diferença enorme na discussão. Porque várias vezes eles ganharam a discussão, inclusive de alguns economistas bastante competentes, enrolaram nessa conversa. "Mas não pode: têm que ficar..., os depósitos para compensação de cheque têm que ficar no Banco do Brasil." Veja: a compensação de cheque era feita, na época, em trezentas e tantas agências – hoje, seiscentas e tantas. "O Banco Central não vai ter seiscentas agências." – argumento tremendo. "Logo, a base monetária fica..." "Não, espera aí. Logo a base monetária fica no Banco do Brasil, não! Logo, a compensação de cheque fica com o Banco do Brasil. E o depósito para liquidar na praça pode ficar no Banco do Brasil e o Banco Central vai ter umas 12 delegacias nas praças que representam 90% dos depósitos dos bancos." Compreendeu? E nas centenas de outras que, somadas, dão 10, 15% dos depósitos de bancos..., fica no Banco do Brasil. Fica, pode ficar, como mandatário do Banco Central." Mas eles ganharam a discussão, na pressão, e ficou. Então, ficou esse – eu acho – monstro técnico. Porque a parte mais importante da base monetária ficou no Banco do Brasil. E vai você controlar base monetária com eficiência quando você fica numa outra instituição? A não ser que você tenha uma cooperação extraordinária. Então, foi um erro. Eu me lembro, eu chamei a atenção do Mário Henrique, eles vieram com essa... "Mas Casimiro... Trezentas..." "[inaudível]. Base monetária é outra coisa. 12 delegacias têm 80, 90% da base monetária. Então, os depósitos de compensação podem ficar, de fato, no Banco do Brasil, por delegação. Mas com a centralização dos bancos, cada vez maior, você pode pagar por ordem telegráfica, por telex, você pode até levar a compensação toda para as 12 praças. Mas vamos deixar, deixa o Banco do Brasil. Mas não ficar..."

Então, redigimos uma lei, que se vocês lerem, forem ler o texto, não chega a ser contraditório, mas está mal escrito. Deliberadamente mal escrito. Quando você negocia um texto técnico, ele, do ponto de vista técnico, não fica bem escrito. Num item do texto se diz: "Compete ao Banco Central receber com caráter de exclusividade os depósitos voluntários e os compulsórios dos bancos." – a base monetária. Quem recebe ou quem cria é o Banco Central. Coisa essencial. E lá mais adiante, disposições transitórias: "O Banco do Brasil fará a compensação de cheques, podendo receber – podendo receber – depósitos dos bancos para compensação, mediante acordo com Banco Central." Ficou lá, ficou lá.

E.R. – Ambígua.

C.R. – Ficou ambígua. E ele disse que não, que a lei deu esse privilégio, de depósito ficar com ele.

E.R. – Esse documento é de que ano?

C.R. – É a lei do Banco Central. É a lei do Banco Central. Lá está.

E.R. – Mas isso não foi uma modificação sofrida após essa...

C.R. – Não, não, não. Foi um erro de origem. Foi uma concessão

E.R. – E o Banco do Brasil entrou nessa... nessa falha geológica, aí.

C.R. – Entrou aí. Havendo entrado, você, para ter a estatística da base monetária como um todo, tinha que consolidar a conta do Banco do Brasil com a do Banco Central.

E.R. – Isso foi uma negociação inicial, não?

C.R. – Negociação.

E.R. – Que foi aproveitada na mudança do governo Castelo para o governo do Costa e Silva?

C.R. – Foi. Então, daí chamar de autoridade monetária o Banco do Brasil.

E.R. – Eles teriam sempre essa porta aberta, não é?

C.R. – Deixaram. Bom, mas isso não foi o pior. Foram duas coisas.

E.R. – Essa foi uma delas.

C.R. – Essa foi uma delas. Essa é monstrengo técnico e coisa, que eu...

E.R. – Monstrengo político também. Quer dizer...

C.R. – Técnico, de origem política. Devo dizer que fui eu quem fez o escarcéu; não foi muita gente que falou. A área técnica acadêmica recebeu isso como fato consumado, não entrou nesse detalhe. A não ser o Pastore. O Pastore foi o homem que viu, propôs até que na base monetária se incluísse o depósito do Banco do Brasil – a proposta, acho que foi do Pastore, que ele viu o problema. Eu tomei uma atitude mais violenta, de público. Eu digo: "Não se deve incluir a estatística da base monetária. Deve-se tirar do Banco do Brasil. Não aceitar o fato." Mas o Pastore não podia modificar politicamente, e queria, pelo menos, ter uma estatística bem feita. Daí se chamar a função de autoridade monetária do Banco do Brasil. É uma função de autoridade monetária, compreendeu: gerar base monetária. Sim. E ele também tinha que ter depósito no Banco Central. Então, os depósitos compulsórios ficaram no Banco Central, e os voluntários, que são a parte viva, a parte viva...

E o segundo aspecto é que, como o Banco do Brasil ficou com o... Agente do Tesouro também e agente do Banco Central, para aliviar o Banco Central em tarefas administrativas, uma série de coisas, não é? E na transição também. Então, criou-se uma conta de movimento, que ninguém deu importância nenhuma...

E.R. – Esse é que é o segundo...

C.R. – Esse é o segundo aspecto. Uma conta de movimento em que o Banco Central supria recursos para o Banco do Brasil e o Banco do Brasil apresentava a conta de coisas que gastava.

E.R. – Uma conta conjunta?

C.R. – Conta conjunta. Que devia ser liquidada semanalmente – ia a zero, semanalmente. E, pelo saldo, rendia lá 1% de juro.

E.R. – O efeito prático disso é que o Banco Central enxugava e o Banco do Brasil expandia?

C.R. – Não, mais sério. Com o passar do tempo, eu estou olhando, as outras pessoas ó...¹⁵ Os *text-books* disseram que foi criado o Banco Central, as funções foram passadas para o Banco Central, o Banco do Brasil não tem mais nada. E foi. Alguns lembraram, como Pastore, que disse: "Olha, espera aí, a estatística de base monetária tem que incluir esse depósito. Porque isso é base monetária." Mas ficou na constatação. Eu fui seguindo de perto, vi que a conta de movimento, que parecia uma conta... Como ela aparecia nos dois lados, parecia uma conta meramente gráfica e ninguém dava importância. Eu fui investigar... Porque era uma conta que ia a zero. Portanto, no fim do mês, o saldo era zero. Ou pequeno. Compreendeu? Foi esse o contrato que fizemos. Claro. O Banco do Brasil ia continuar recebendo e pagando em nome do Banco Central e acertando as contas. Nisso, eu começo a olhar aquela conta de movimento e ela está crescendo, está crescendo. Eu estou do lado de fora. Comecei a acompanhar. Aparecia nos dois lados, mas um lado, o devedor do Banco do Brasil, muito maior. Quando ela passou o valor do papel-moeda em circulação, eu levantei a bandeira vermelha, comecei a gritar. Tentei motivar algumas pessoas, compreendeu? Mas o negócio era muito complicado, era muito complicado. Os poucos que entendiam do assunto, no Banco do Brasil, não queriam falar no assunto. Quando o Mário Henrique... Ah, levei ao ministro da Fazenda, o Delfim. Ele disse: "Casimiro, poxa, que danado, está crescendo. Não tinha visto que tinha crescido tanto, hein? Mas não é conta dupla?" Eu disse: "Não, é líquido." Ele disse: "Foi bom você me avisar. Vamos ficar de olho nesse negócio, hein? Mas é muito complexo esse negócio, hein? E a gente precisa também levar as nossas relações com o Banco do Brasil. Isso é muito delicado, hein? Delicado." E eu estou olhando, todo mês está... Sai o Delfim, entra o...

P.R. – Mário Henrique.

C.R. – Mário Henrique. Eu digo: "Mário, olha. Já atingiu..." Quando eu fui falar com o Mário, já tinha atingido o valor da base monetária! "Se o débito do Banco do Brasil, em conta aberta, débito líquido, já é igual à base monetária, isso significa que a base monetária está entrando em circulação através do Banco do Brasil. Que negócio é esse? Voltamos ao tempo da Sumoc. Pior. O Banco do Brasil está absorvendo o Banco Central. Então, não é o problema que uma parte da base monetária ficou institucionalmente, através dos depósitos voluntários para a compensação de cheques, no Banco do Brasil, quando devia estar no Banco Central. Não. O Banco do Brasil está absorvendo o Banco Central. Porque a caixa..." Eu fui verificar: a caixa era o Banco do Brasil. Caixa. E comunicava uma semana depois ao Banco Central, compreendeu, que ele tinha feito isso... Inclusive, valores tremendos, a 1%, que eu descobri depois que nem 1% estava sendo pago. Há um subsídio às operações, em parte o Banco do Brasil alegava que era para a agricultura. Compreendeu? Eu digo: "Mas então... Eu não vou discutir se é subsídio ou não. Então põe uma tabuleta: 'é subsídio'. Mas não deixa..."

Eu cheguei a comparecer ao Senado, e o Tancredo Neves era o presidente da comissão do Senado, investigando o funcionamento do sistema bancário, e fiz essa exposição, com muito mais detalhes e... Ele caiu o queixo. Na época, era uma novidade. Era 1978, mais ou menos. "Mas já atingiu a base?..." Era o Saturnino Braga, senador; era o senador Lins; o presidente era Tancredo – saudoso Tancredo Neves. Disse: "Mas Casimiro, o que você está me dizendo?" Depois disse: "Não, mas você também é um pouco fanático com essas coisas, não é?" Eu digo: "Sou. E eu não estou nem propondo medida nenhuma. Eu estou propondo o *full disclosure*, a plena divulgação disso. Porque

¹⁵ O entrevistado bate com o dorso e a palma das mãos, num movimento que sugere que as pessoas não davam importância ao fato.

não é possível que o Senado não saiba, que os jornalistas não saibam, que os economistas, livre atiradores, não saibam. É uma segunda etapa consertar esse negócio. Mas só vai se consertar quando souberem; não sabem, isso é secreto. Então, eu estou comunicando aos senhores que o orçamento monetário foi transformado num outro [inaudível] público, onde são dados subsídios brutais, via Banco do Brasil. O Banco do Brasil retém o que lhe convém." Então eu digo: "Antes de propor qualquer coisa, eu estou propondo a defesa do Banco Central. Fecha esse buraco. Senão, você não tem política monetária."

E.R. – Esse instrumento está anulado, não é?

C.R. – Está anulado. "Agora, antes disso, é a plena transparência do que está acontecendo. É um segundo orçamento, paralelo. Que o presidente nem sabe bem, compreendeu? Eu acho que há membros do Conselho que não sabem." Que eu levei... Ah, depois, o presidente tinha mudado, o ministro da Fazenda era o Rischbieter...

E.R. – O senhor estava chamando a atenção disso desde o Delfim...

C.R. – Desde o Delfim. Depois, o Rischbieter. O Rischbieter teve uma reação muito boa. Disse: "Casimiro, você não está enganado nesse negócio?" Eu digo: "Não." Rischbieter era o presidente do Banco do Brasil. Eu digo: "Mas Rischbieter, você virou Banco Central." Tem coisas desse tipo. O Rischbieter agiu com espírito público. Disse: "Casimiro, é um absurdo. Eu tenho que falar na Escola Superior de Guerra; sabe que eu vou falar desse negócio? Ah, vou falar. Isso é de uma importância danada." Ele comprou a briga. Teve reação negativa do Banco do Brasil, mas o Rischbieter...

E.R. – Teve reação negativa.

C.R. – Teve. E o Rischbieter, olha, daqueles a que eu denunciei, teve uma reação muito boa. Ele não sabia. Era presidente do Banco do Brasil e não tinha percebido. Eu aí resolvi discursar para a área acadêmica. Falei com o Mário Henrique. Mas o Mário Henrique, foi uma conversa difícil, porque ele já estava sofrendo com o negócio que ele tinha sido instrumento para reduzir as potencialidades do Banco Central. Eu digo: "Mário, você reduziu o *status* do Banco Central." "Não... Depois eu conversei com você, não sei que mais." "Mantém a base monetária, uma parte, no Banco do Brasil. E agora o Banco do Brasil deve ao Banco Central um valor que já está ultrapassando a base monetária, está-se destruindo o que se fez." Ele ficou muito... Então, nós participamos de uma... Mas ele estava com a idéia da lei de S.A., que ele conseguiu. E a criação da CVM. A briga deles era esta, compreendeu? Então, ele deixou algumas brigas de lado, para se concentrar nessa em que ele foi vencedor. Eu digo: "Bom, eu vou te ajudar, Mário Henrique. Eu vou alardear..." Porque eu vinha numa fase de contatos com os próprios ministros que eram economistas, com os próprios; com o Congresso, falei no Congresso. A imprensa não entendeu nada, não entendeu nada. Eu depois repeti a história. Eles não entenderam como... Hoje já entende, porque depois o Maílson veio, comprou a briga, muitos anos depois.

E eu, então, aproveitei a conferência do Banco Central – porque o Banco Central fez, não sei, vinte anos de funcionamento, ou 15 anos, e eu, como fundador, fui convidado. Mário Henrique, ministro. E o professor Alan Meltzer, monetarista emérito, meu conhecido, cujo aluno aqui no Brasil era Antônio Maria da Silveira, professor do IBGE, se impressionou... Antônio Maria se impressionou: "Casimiro, não é possível! Você vem dar uma aula aqui no IBGE para [inaudível] essa turma. Essa turma está [inaudível] aperfeiçoamento nessa parte." E eu fui lá, dei. Um escândalo. "Você tem que escrever o negócio." Além da... fiz a conferência. E antes conversei com o Alan Meltzer, que não conseguia entender aquele troço. Quando eu expliquei a ele, ele disse: "Primeira vez que eu ouço uma explicação que faz sentido na estatística. Mas como é que na análise estatística eu não sinto nada do que você está mostrando?" Eu digo: "Porque a análise estatística... A

estatística é a consolidação das contas das autoridades monetárias. A conta de movimento é eliminada. Por definição: você consolida; consolidar é eliminar os débitos de créditos [recíprocos]¹⁶ e ressaltar apenas o patrimônio real, as dívidas com o resto e as relações com o resto do país e do mundo. A conta de movimento, na consolidação, desaparece." Na área toda de pesquisadores, não viam o problema. É claro que viam a expansão de base monetária aqui e viam a expansão de agricultura do outro e coisa. Mas esta distorção do Banco Central, eu tive que denunciar. Porque a própria estatística não tinha. Então, Alan Meltzer se motivou muito. Então, eu fiz uma conferência, ele fez outra – apoiou muito -, mas acabou melindrando o Mário Henrique, compreendeu? Mário Henrique estava cheio de problemas políticos na área dele, pensando na lei da S.A. e coisa, e vem o Alan Meltzer, de público, e os jornalistas começam a perguntar também sobre conta de movimento, ele ficou muito triste, o Mário Henrique. E o Alan Meltzer, também, que era muito..., disse: "Então não se pode fazer política monetária nesse país, enquanto não..." O Mário Henrique disse: "Não, eu posso. Com os instrumentos que eu tenho, mesmo assim, eu posso. E estou fazendo."

E.R. – Esse crédito saía, fundamentalmente, para a área rural?

C.R. – Saía para tudo. Não tinha etiqueta – isso é que é o pior. Não tinha etiqueta.

E.R. – Mas a área rural era uma das áreas?

C.R. – Era uma das áreas. E ia também para outras atividades. E o Banco do Brasil ficava com o subsídio a seu critério. Não era relatado como subsídio. O relatório do Banco do Brasil não relatava isso como subsídio. Porque não era considerado, compreendeu? Então, ficou todo mundo infeliz quando eu convidei a reinterpretar como distorção do conceito de Banco Central. E aí, eu entrei para o público. Eu não queria entrar para o público para dar chance ao Mário Henrique para... Entrei para o público. O Alan Meltzer falou, ele ficou muito triste com o Alan Meltzer, quase cortou as relações com Alan Meltzer. Porque ele estava como ministro, acossado de tudo quanto é lugar, vem um cara de fora para dar palpite sobre o... Ele sabe quais são os problemas. Ele disse que mesmo com essas dificuldades, ele estava conduzindo a política monetária. Mas era preciso. Eu digo: "Mário, ele precisava forçar você contra o resto. Você não pode lutar sozinho."

Aí eu joguei, espalhei tudo. O Antônio Maria da Silveira imprimiu lá um folheto, [riso] um folheto famoso, e espalhamos esse folheto às áreas universitárias todas. Foi um escândalo! Compreendeu? O pessoal que estava voltando do exterior, todo mundo. Esta turma que já está com mais de dez anos no Brasil, não é? O Lemgruber e... Se escandalizaram. Aí, pegaram e compraram a briga. Aí eu saí. Quando eu vi que a área acadêmica comprou, entendeu...

E.R. – Que a fogueira já tinha pegado...

C.R. – Agora, deixa. E andou sozinho, mas com muitos tropeços. Até que finalmente, no fim do governo, o Gálveas ganhou coragem – porque [inaudível] não queria entrar nessa briga – e o Maílson comprou. E até aperfeiçoaram esse meu trabalho, que foi um trabalho de denúncia, compreendeu, dando alguns detalhes. Mas eles foram muito mais fundo, levaram o problema. Correndo o risco de não sair nada. Porque você começa a querer fazer uma coisa muito grande, você se perde nos detalhes, apresenta projetos muito extensos, não sai o que você quer, tem os políticos que depois colocam lá uns negócios deles. Mas, finalmente... Essa foi a grande briga.

E.R. – Essa legislação ainda existe? Quer dizer, essa falha na legislação ainda existe?

¹⁶ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

E.R. – Está, mas agora, a do Maíson... O Maíson escreveu algo que muda esse negócio. A nível de decreto de executivo. Mas corrigiu. Tanto corrigiu, compreendeu, que o Banco do Brasil até hoje reclama. Corrigiu. Mas o segundo aspecto... O Langoni, quando assumiu como presidente do Banco do Brasil...

P.R. – Banco Central.

C.R. – Do Banco Central, ele me convidou para reunir com ele, com muita freqüência. Um rapaz extremamente inteligente. Nessa área bancária – não era área dele; ele tinha a parte acadêmica de moeda e coisa. Ele disse: "Você vai me ajudar, Casimiro. Você me desculpe..." "Com o maior prazer. Eu venho aqui quantas vezes você quiser." Então almoçávamos com freqüência. E eu fui contando essas histórias todas a ele, detalhe e coisa. Ele se horrorizou; é muito inteligente, percebeu logo o assunto, disse: "Eu vou comprar essa briga. Essa eu compro." Ele está na lista negra do Banco do Brasil. [riso] Porque eu digo... Então, era a conta de movimento e esta questão da base monetária. Ele disse: "Sabe que não dá, Casimiro, mas eu vou fazer uma coisa. Eu vou passar uma rasteira. Tem aqui um projeto..." Me mostrou: ao criar a Cedip, essa instituição que faz o *clearing* das operações de *open market* no mercado, ele abriu... Disse: "Não será feito pelos depósitos de compensação de cheques." Ele criou uma compensação própria da Cedip, muito importante, cada vez mais importante, e abriu uma subconta nos depósitos compulsórios, uma subconta, que ele chamou de conta de reserva, de reserva livre. Então, ele liberava essa reserva do compulsório para fins do *clearing*. Em outras palavras, ele criou um depósito de livre movimento, paralelo ao da compensação de cheques, no Banco Central. [riso]

E.R. – Anulava o outro.

C.R. – Não anulava, mas esvaziou. Você pode sentir na área estatística, naquela época em que se criou a Cedip, que o depósito de compensação de cheque diminuiu. Diminuiu; não foi extinto. Eu digo: "Langoni, meus parabéns." Mas mostra a potência do Banco do Brasil. Continuou um monstrinho. Você tem que liberar o compulsório..." Compulsório é compulsório, você vai liberar?" "Não, eu ponho numa média. Que nos Estados Unidos é na média." Porque tem que manter uma média. Não é o compulsório congelado. "Então, dentro da média, eu libero esse negócio e vou botar para escanteio o Banco do Brasil. Esse é o máximo... Tirar deles, isso eu não posso. Então, eu esvazio." Mas veja, é extraordinário isso, não é? Hein? É extraordinário. Ainda hoje, se você quiser a estatística da base monetária, eu acredito – eu não tenho lido ultimamente -, eu acho que ainda tem que botar o depósito de conta de movimento do Banco do Brasil lá. Portanto, o Banco Central continua publicando estatística das autoridades monetárias.

E.R. – No plural.

C.R. – Como no tempo em que não tinha Banco Central, que nós fizemos isso. Compreendeu? Continua. Eu acho que merece ser registrado isso, porque isso é muito brasileiro. [risos] E é *sui generis*. É possível que outros países... Em reuniões internacionais, encontros informais – que são os mais interessantes -, alguns me disseram, da América Latina: "Não, o senhor não sabe, a briga foi criar o banco central no meu país, na Colômbia, que tinha o banco oficial." Depois acabaram transformando o banco oficial em banco central e depois, tentando eliminar as contas. Como o Banco da Inglaterra: começou com funções, tinha depósitos... Até hoje. Não: até hoje... Quando eu estive lá em 55, me disseram: "Ainda tem aqui umas contas de uns camaradas, um lorde, não sei que mais, tem a conta dele, não admite encerrar a conta." Mesmo depois da nacionalização. Em 1946, o Banco da Inglaterra, que era um banco privado – oficial, mas era privado: você tinha acionistas... A única coisa que o governo trabalhista fez foi estatizar o banco central. Foi uma gargalhada geral, porque ele encampou as ações. Uma parte era do governo, outra parte do banco privado,

compreendeu? E um resíduo de conta de cliente, dizia: "Nós mantivemos porque o sujeito morre do coração." Ele quer aquela conta antiga. Ou seja, os bancos centrais antigos começaram como bancos mistos. Mas com o passar do tempo, eliminou-se, morreu a outra parte. Na América Latina aconteceu alguma coisa, que tinha bancos oficiais. E na Argentina, eu acho que na Argentina continua separado, o Banco de la Nación. E foi uma batalha, me disseram, da Argentina – isso há anos atrás, foi 1945 -, foi uma batalha respeitável. De modo que o caso não é estritamente *sui generis* brasileiro, não. Mas tem coisas muito nossas mesmo, não é? E a resistência foi maior. E continua até hoje.

E.R. – É . É uma luta acesa.

C.R. – É , é preciso fazer uma vigilância permanente do Banco Central.

P.R. – Dr. Casimiro, mas aquelas atribuições que o Banco Central tem, inclusive no próprio decreto de sua criação, no sentido de atuar no desenvolvimento das atividades agropecuárias, e depois ele cria o Funfertil, depois ele ingressa no Sistema Nacional de Crédito Rural – isso não dá ao Banco uma característica também de um banco misto, não?

C.R. – Bom, essa é uma muito boa pergunta. O que aconteceu foi o seguinte. Foi uma discussão que tivemos com o Dênio. Não sei o que o Dênio diria sobre isso. O Dênio...

[FINAL DA FITA 6-B]

3^a Entrevista: 05.10.1989

P.R. – Dr. Casimiro, nós paramos, no nosso último encontro, diante de uma indagação nossa, segundo a qual o Banco Central, através do seu decreto de criação, assumia responsabilidade de exercer atividade de recuperação de técnicas agropecuárias. Posteriormente, ele foi incluído no Sistema Nacional de Crédito Rural e, logo em seguida, passou a gerir a conta do Fundo de Fertilizantes. Quer dizer, essas três atribuições não teriam desfigurado a sua característica inicial de banco emissor, permitindo que ele competisse com bancos comerciais comuns?

C.R. – Não. Conforme se fez na época, a concepção da época era de que o Banco Central tinha que controlar... Não apenas participar do Conselho Monetário, participar da formulação da política de crédito agrícola, crédito rural, como administrar os recursos e redistribuir os recursos básicos. Porque eram muito importantes e havia necessidade de subordiná-los, efetivamente, ao controle monetário. Aí há uma discussão técnica muito importante, tem prós e contras dessa posição do Banco Central. A primeira, que o senhor colocou: até que ponto ele deve começar a ser um banco múltiplo, entrar em outras áreas. O segundo, mais sofisticado – espero que me lembre para falar dele –, é de que se era bom para o Banco Central, para a gestão monetária, que o Banco Central recebesse esses recursos. Então são dois pontos importantes, distintos – por obséquio, me lembre esse segundo.

Quanto ao primeiro, a nossa idéia, na época, era de que o Banco Central pode acumular algumas funções de banco central na área rural, não competindo com os bancos, mas sendo repassador de recursos para os bancos. O Banco Central respeita o princípio fundamental de que ele não deve competir com os bancos. Nem pode fazê-lo, uma vez que a finalidade não é esta; é de regular o sistema e não competir com o sistema. E, inclusive, é eticamente inaceitável, porque um banco central que tem poderes de autorizar ou retirar autorização para funcionamento dos bancos, de fiscalizar as instituições financeiras, que não podem fazer segredos para ele, conhecer a fundo os segredos operacionais, poder pedir demonstrações detalhadas das operações, conhecer, enfim, até os

segredos operacionais, quer dizer, ele está eticamente inibido para competir. Porque ao competir na disputa de clientes e de negócios, estaria usando esses segredos. E perderia a autoridade, se o fizesse. Haveria uma reação, e é um dos fatos por que a tese do Banco do Brasil misto e múltiplo – misto no sentido de competir diretamente – jamais teve aceitação técnica fora do Banco do Brasil, e no próprio sistema bancário. Então, é bom distinguir que essa função de banco central múltiplo não é a de banco misto – misto no sentido do banco oficial que compete, que tem funções de banco central e que compete diretamente com os demais bancos na captação de recursos e na obtenção de negócios no mercado. É essa a grande distinção que se deve fazer entre a tese do Banco do Brasil misto – Banco do Brasil querendo ser banco central misto -, que lhe colocou problemas sérios, insolúveis, que nunca foram analisados devidamente, de público. Mas é um problema fundamental que o Banco do Brasil nunca resolveu – esta incompatibilidade ética e operacional.

E o resultado é que o Banco do Brasil jamais aceitou... E foi insinuado a ele, ou sugerido informalmente, várias vezes – eu cheguei a sugerir formalmente mais de uma vez – que o Banco do Brasil fosse, além de banco misto, banco oficial desempenhando várias funções – de banco comercial, de banco do governo -, fosse um banco central rural. Porque receberia recursos do Banco Central, que passariam pelo Banco Central, que seriam repassados ao sistema bancário privado. O Banco do Brasil desempenhou funções de banco central para o crédito rural por contrato da Carteira de Redesconto, que funcionava dentro do Banco do Brasil. As agências, agências principais, todas tinham o seu gerente de redesconto, que prestava contas à Carteira de Redesconto, que era um órgão oficial funcionando dentro do Banco do Brasil, com contabilidade separada. Mas na agência, a separação se fazia no fim do mês. E sempre desempenhou muito bem essa função. Mas sempre paralelamente a suas funções. Então, a agência tinha a gerência do redesconto, recebendo recursos e redescontando papéis para os bancos. E o Banco do Brasil emprestando diretamente. Geralmente, recursos especiais que recebia – ele, Banco do Brasil – e que os outros bancos não recebiam. Então, essa imperfeição no acesso aos recursos especiais para o crédito rural. O Banco do Brasil tinha recursos que recebia diretamente, por lei, por decisões do governo, a custo especial. Além disso, ele tinha acesso ao redesconto rural. Mas não era aquele redesconto feito em nome do governo, pelo Banco do Brasil, nas suas agências, aos outros bancos. Porque aqueles eram papéis definidos, são valores estabelecidos para certas áreas do país, em certas épocas do ano. E o Banco do Brasil não usava este redesconto, que eu me lembre. Ele tinha os recursos dele, que eram recursos oficiais, ou específicos ou de fundos gerais, que não lhe custavam nada. A caixa geral, o bolo geral não especificado de recursos que o Banco do Brasil recebia do governo, pelos quais não pagava um tostão, daí também saía para o crédito.

Mas alguém dirá: "Mas sabe-se muito bem que o Banco do Brasil levava bilhões e bilhões de cruzeiros de títulos da Carteira Agrícola ao Redesconto. Então, como é isto?" Este redesconto do Banco do Brasil, na Carteira de Redesconto – que é um órgão oficial funcionando dentro do Banco do Brasil -, ele não fazia, assim, periodicamente e para certas áreas, como era o regulamento para os demais bancos. Inclusive, eu me lembro que na minha gestão eu tomei isso muito a sério: quem quiser usar o redesconto especial rural, então, vai usar nestas áreas, nessa época. Se passou a época, acabou o redesconto. Porque senão os bancos ficavam usando aqueles recursos para outras coisas. Já é tão difícil controlar o crédito seletivo... Mas, pelo menos, se via o papel de quem tomou o dinheiro, a época e o local. O Banco do Brasil nunca se prendeu a isso, a esta [limitação]¹⁷ para os demais bancos. Ele ia emprestando, tinha recursos que lhe vinham diretamente, especificamente para o crédito rural ou não especificamente, a custo zero ou muito baixo, e quando sentia necessidade de caixa, ele ia então ao redesconto, em bloco. E usava o redesconto rural, então, porque tinha uma taxa baixa para o redesconto rural. Então, esta a situação *sui generis* da função banco central, acumulando de banco central rural, para certas áreas do país em certas épocas.

Por exemplo, nos Estados Unidos, se não me falha a memória – eu me lembro de ter examinado isso há muitos anos -, nos Estados Unidos tem fundos de recursos rurais e agências para

¹⁷ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

crédito rural, agências. Mas não tem um banco de crédito rural. E o banco, muitas vezes, o Federal Reserve, os 12 Federal Reserves, ou aqueles Federal Reserves mais ligado à parte agrícola nos Estados Unidos, participavam do processo de redesconto, utilizando esses recursos especiais – o redesconto rural. Então, você tem o exemplo, mesmo nos Estados Unidos, do Federal Reserve de certa forma participando do redesconto de papel rural, estacionalmente. Quer dizer, o Federal Reserve, se não me falta a memória – já há algum tempo não recordo isso -, mas me lembro claramente de ter verificado isso: dada a extensão territorial, a existência de agências, de fundos federais, para a agricultura. Agora está-se discutindo o problema, porque esses fundos..., está acabando sua validade legal, e é preciso tratar do problema. Então, vem tudo de novo a ser discutido. Mas a máquina, a máquina bancária oficial principal é o Federal Reserve. Só que os bancos lá têm, realmente, atividade agrícola muito importante e eles, então, muitas vezes, dão dos seus próprios recursos, não tem essa diferença de juro subsidiado. E muitas vezes usam o redesconto no Federal Reserve, a venda do papel, residualmente, conforme lhes convêm. O que é ideal, aliás, para o redesconto rural: que os bancos usem o seu dinheiro e, residualmente, quando precisarem de dinheiro, vão lá entrar na caixa. O que dificultava isso – que é muito racional, e os bancos gostariam de fazer isso em maior escala – era a diferença de custo do dinheiro. Mesmo naquela época, o custo do dinheiro de captação normal era bem mais baixo. Então era preferível mesmo pedir dinheiro ao governo, porque era um dinheiro bem mais barato. Embora a diferença, na época, não fosse tão grande como se tornou anos depois.

Então, o Banco do Brasil, na verdade – e eles têm que engolir isso e reconhecer, e eu disse a muitos companheiros do Banco do Brasil, amigos... Eu dizia: "Mas vocês não se definem. Qual é a política que vocês gostariam que eu defendesse? Só não posso defender é não fazer banco central. Essa não. Mas tudo o mais, vamos trabalhar em conjunto. Vamos fazer. Então vocês são um banco de crédito rural: vocês emprestam diretamente e também repassam aos bancos." Eles jamais gostaram dessa idéia, compreendeu? Embora eles tenham feito, simultaneamente, o redesconto rural para os bancos privados – como instituição oficial, como função oficial – e o empréstimo direto, quando chegou o momento deles assumirem a função de banco central rural – quer dizer, todos os recursos vão para o Banco do Brasil e ele redistribui, aplica direto uma parte... -, eles não se entusiasmarão por esse projeto. Isso foi oferecido a eles informalmente muitas vezes. Não se entusiasmarão. Eu mesmo testei essa falta de entusiasmo.

Falta de entusiasmo, aliás, antecipando um pouco, se verificou na parte de crédito ao comércio exterior. Anos depois eu pude constatar isto também: quando eles se interessaram pela... Vou mencionar isto porque é parte do problema. Quando eles se melindraram com a idéia de um banco de comércio exterior, que queriam criar... Era um projeto de políticos, era um projeto de gente que não entendia, e eu, por exemplo, combati, porque ia ser um empreguismo, compreendeu? E nós temos o Banco do Brasil, íamos fazer um banco de comércio exterior? Com que gente? E sem concurso... Era empreguismo. Aí, cerrei fileiras com o Banco do Brasil. Inclusive eu já era presidente da Associação dos Bancos de Investimento. Muito bem. Enterramos o projeto de banco de comércio exterior. É o Banco do Brasil, é a Cacex. Quando eu, como presidente da Associação dos Bancos de Investimento, fui lá dizer: "Olha, os bancos de investimento querem entrar nessa, ouviu? Querem entrar nessa." "Mas vocês, bancos privados, não são de nada. Vocês querem entrar no *overnight*, querem entrar em trinta dias." "Não, mas eu estou dizendo: o banco de investimento quer fazer isso, financiamento de exportação." "Ah, vocês querem margens excessivas." "Diga qual é a margem." "Ah, nós trabalhamos com uma margem de 0,37 de 1%. Vocês trabalham com 2%, 1,5%." Eu digo: "Um momento. Eu duvido que vocês consigam trabalhar com 0,37. O que vocês recebem, a custo zero – bilhões de cruzeiros -, é daí que vocês tiram isso. Se nós recebemos recursos que vocês recebem, ao mesmo custo, nós fazemos uma proposta em que se trabalha igual ou menor, uma margem... Mas não posso aceitar você me dar uma informação desse tipo. Isso aqui... passa a molecagem, não é, parece um moleque." "Não, vocês não são de nada..." "Vem cá, nós combatemos o banco de comércio exterior, enterramos. E agora?" "Ah, o Banco do Brasil é que vai fazer sozinho." O que é curioso é que eles não aceitam a idéia de ser banco de bancos. Eles querem

concorrer. E, de preferência, que os outros acabem. Porque, no fundo, no fundo, eles acham que a solução banco estatal é a solução, compreendeu? Imenso banco estatal. Trabalhando com seriedade.

Então, isto para dizer o quê? Que nós sentimos, ao fazer o Banco Central, que era preciso tudo isto, um circunlóquio, para dizer por que nós entramos nessa área de crédito rural. Entramos porque tínhamos necessidade de controlar os recursos que iam para cá, para lá, compreendeu, centralizar e distribuir. Segundo, porque nunca sentimos no Banco do Brasil uma vocação de fazer o crédito rural, bancando o crédito rural como banco rural central, compreendeu? Há alguns funcionários mais extremados do Banco do Brasil: "Seria ótimo que fosse tudo estatizado." E nem estatizado estadual, não: que o Banco do Brasil fosse o único banco do Brasil. Faria tudo muito melhor do que os outros. Então, a falta de vocação de banco central do Banco do Brasil vai a esse extremo. Eles não querem nem ser banco central rural. Jamais reivindicaram isso. Jamais. Nem hoje.

E.R. – Qual é o papel da classe rural no fato dessa política estar ou no Banco do Brasil ou no Banco Central? Eles têm seus *lobbies*? Eles pressionam? Quer dizer, fora a questão técnica, essa questão política influencia em que medida?

C.R. – Influencia... Bom, no sentido... Porque são muito pragmáticos.

E.R. – Nós estamos vendo hoje o dr. Calazans ser vice-presidente da chapa do Ronaldo Caiado, que é um ruralista. Quer dizer, esse casamento é uma longa história, não é?

C.R. – Exato. É uma longa história. E veja o corporativismo extremado do Calazans. Ele é o tipo do funcionário extremado. Ele não acredita no sistema bancário privado: o sistema bancário privado é gente que está querendo trabalhar a curto prazo e explorar as empresas. Ele já disse isto, o Calazans, inúmeras vezes. Ele não representa necessariamente a opinião de todos no Banco do Brasil, mas um tipo de mentalidade muito atuante dentro do Banco do Brasil.

P.R. – O senhor tem idéia, dr. Casimiro, de qual seja a participação percentual dos bancos privados dentro do sistema geral de crédito rural?

C.R. – É um pouco complicado. Eu diria que o financiamento da produção é relativamente pequeno ainda. De comercialização é muito grande. E um dos grandes problemas é que o governo sempre deu crédito subsidiado à lavoura. Então, como o banqueiro privado vai financiar a lavoura – sem falar nos riscos -, se ele nem pede, quer dizer, o ruralista nem aparece no banco privado? a não ser que ele esteja mal, quebrado, compreendeu, e já começa a tomar dinheiro mais caro. Este é que é o grande problema.

E.R. – O risco é um problema...?

C.R. – É um problema, compreendeu, mas não é tão importante quanto parece. E cada vez menos. Porque melhorou muito a qualidade do empresário rural. Muito. Não é o jeca, o jeca, coitado que quer uns tostões. Não é isto. Existem grandes empresas rurais, hoje, trabalhando...

E.R. – Com planejamentos e...

C.R. – É . A parte rural animal, por exemplo, criação de gado, já tem muita coisa, gente importando aí, reprodutores de categoria. Tem gente que tem crédito, compreendeu? Porque o grande problema do banco privado, e por isso eu acredito muito no setor privado, é que ele analisa risco. [riso] Isso é considerado péssimo pelos políticos: "Tem que nada...!" Tem que analisar risco. Se é uma empresa, um empresário de talento, que está precisando apenas daquela ajuda de dinheiro para realizar o que tem que realizar, e ainda paga o que deve e ainda sobra dinheiro, compreendeu, este é que o

banqueiro quer. "Ah, mas só quer..." Mas é claro. O sujeito vai botar dinheiro fora, você está olhando se ele vai botar dinheiro fora. Eu acho o contrário: nós tivemos muito isso. Depois que eu passei para o lado de cá da cerca, o nosso banco, que é um banco conservador – conservador no bom sentido da palavra: que não põe dinheiro fora... E nem do governo.

E.R. – O senhor acha que o que diferencia basicamente um banqueiro de um banco privado e de um banco estatal é a análise do risco?

C.R. – O Banco do Brasil também faz análise de risco. Também faz. Mas...

E.R. – Mas a clientela política chega a atravessar essa análise de risco?

C.R. – Mas acontece o seguinte. Em primeiro lugar, repetindo o que eu disse, o Banco do Brasil sempre concedeu crédito em condições de custo operacional imbatíveis. Então, o sistema toma do Banco do Brasil e de um ou outro banco oficial o que pode, depois, se sobrar alguma coisa, pede para os outros, para complementar, e faz um *mix*. Inclusive pode fazer um *mix* aí, não é? Quer dizer, nunca se deu uma chance verdadeira, a não ser o redesconto rural, aos bancos de competirem em condições de igualdade. Muito bem. Ainda assim, é verdade, é preciso confessar que os bancos privados eram mais interessados em fazer a comercialização. Porque a comercialização são créditos... A mercadoria já foi produzida.

E.R. – O risco já...

C.R. – O risco é menor. Já foi produzida. Porque uma coisa é você emprestar para uma coisa que ainda vai ser produzida. E mesmo que o produtor seja competente, pode vir uma geadá. Um sistema de seguro de crédito bem feito teria atendido a isso de perto. Então, como não tem o seguro de crédito certo, o Banco do Brasil debita ao governo os prejuízos, ou recebe a tal custo baixo que ele pode ter uma incidência de inadimplência e maus pagamentos, que dá uma função social. Eu estou falando do Banco do Brasil que sempre fez análise de crédito. Outros bancos oficiais, um desastre – a interferência política. No Banco do Brasil houve alguma, mas pouca. Mas o que se critica no banqueiro privado, eu senti muito isso no banco de investimento, por exemplo – o banco de investimento financia investimento. Nós tínhamos os projetos da Sudam, Sudene. E jogaram dinheiro fora – Sudam, Sudene, compreendeu? Aquilo que não passava para o banco de investimento, jogando fora. Às vezes passava para o Banco da Amazônia; tinha bons analistas. Mas, no final, vinha aquela influência política e tudo mais. O aspecto pioneiro...

E.R. – A lógica política não tem nada a ver com a lógica da empresa privada. O cálculo político é um cálculo de benefício eleitoral, clientelístico, não é?

C.R. – Pois é. E outra coisa é "a fundo perdido", por exemplo, *au fond perdu*. É uma coisa muito discutível. Uma coisa é o governo aceitar uma taxa maior de risco para financiar o interior, mas não pode ser a fundo perdido. Mesmo o interesse nacional não recomenda que se ponha dinheiro fora; esse é um país pobre. E não recomenda que se financie o incompetente. Nós usamos no Norte e Nordeste, quer dizer, gente... Tinha alguns elementos do Norte e Nordeste que tinham talento; você vê um homem de talento, que já realizou alguma coisa... Sujeito que se você der dinheiro ao homem, ele vai para a frente. Mas tem muita gente que se fantasia de empresário. Acho até honestamente. Sem falar nos desonestos. Pessoas que, honestamente, brincam de empresário. O sujeito não tem talento, é um contador... E aí vem um professor que vê, passa numa esquina: "Ô, esse cara ficou rico, hein? Eu vou fazer a mesma coisa." Ele está esquecendo que aquele camarada que ficou rico, que cresceu, tem talento, nasceu com o talento. Talento, nato. O sujeito às vezes não tem nem o ginásio, compreendeu? Mas ele é. É a seleção natural do mercado. O sujeito que não tem talento

quebra! Quebra. Ou não tem espírito de sacrifício, de ficar ali com a mulher de manhã noite. Ele vai embora, passa para um outro indivíduo que apresentaram a ele, vai descobrir no fim do ano que o sujeito roubou ou era incompetente, está tudo quebrado. Está cheio de empresário desse tipo, que acha que fazer uma pequena empresa ou média empresa um esporte interessante, entendeu, uma diversão.

E.R. – Aqui no Brasil tem muito empresário assim, não é?

C.R. – Tem muito. [risos] E um negócio, o mercado implacável. "Como que esse sujeito ficou rico?" Vai analisar, vai analisar o sujeito: um cara fora do comum, bem-sucedido.

E.R. – Mas uma tradição do Estado brasileiro cobrir esses empresários.

C.R. – Cobrir. E o que pede mais justamente o incompetente. É o sujeitinho lá, o escriturário que resolveu montar não sei o quê, compreendeu? E toma o dinheiro. E dinheiro subsidiado, compreendeu, já começa um projeto irreal. Fora da realidade. Ele calcula um custo, compreendeu? Além disso, houve fraude. Isso em banco particular não passa. Mas não passa. Tivemos reuniões com o pessoal da Sudene, eu era presidente dos Bancos de Investimento, nós discutíamos com eles. "Vocês só aprovaram 10% dos projetos que foram aprovados pela Sudene." Eu digo: "Mas porque o resto, vocês aprovaram drogas. Gente incompetente. Sem falar em gente, inclusive... aceitam cheque sem fundo, compreendeu? Vocês nem analisaram..." O sujeito tem um cheque sem fundo. Cheque sem fundo, quer dizer, não que o sujeito errou, mas o sujeito... Maldosamente sem fundo, não é? Sujeito concordatário. Pode até ter sido um... coitado, teve azar. Mas vai levantar a concordata primeiro, vai limpar o seu nome, para depois vir pedir dinheiro. Não é? Então, qual o banqueiro que não gosta de emprestar dinheiro a gente competente, pô? A função do banqueiro emprestar dinheiro! Agora, emprestar a gente incompetente, perder dinheiro... Nem o do governo. "Não, dinheiro do governo." "Dinheiro do governo, mas nós não vamos jogar fora. Porque vocês me emprestam, mas eu tenho que pagar a vocês. Se o meu financiado não pagar, quem paga a vocês sou eu. Você está tranqüilo, porque um banco que fica devendo ao governo."

E.R. – Dr. Casimiro, o próprio Banco do Brasil sofreu uma evolução nesse sentido da interferência do homem político, não é?

C.R. – Muito. Justiça seja feita: o Banco do Brasil sempre sofreu essa interferência e sempre lutou contra ela. Sempre lutou. Mas não está escrita a história do Banco do Brasil, a verdadeira história – da minha geração e do meu pessoal. Agora há outras notícias, eu não sei como que estão as coisas. Mas o funcionário do Banco do Brasil era disciplinado, competente, disciplinado, respeitador do diretor, político que nomearam lá, mas não passava nada. Não passava nada. Ainda outro dia eu estava recordando com veteranos do Banco do Brasil que nosso diretor... Temos vários aqui do Banco do Brasil. O sujeito mandava... O diretor – pedido político: "D crédito para a empresa tal, ou usineiro, não sei que mais..." "Cumprindo determinação de Vossa Senhoria, sr. diretor, fizemos uma análise no Banco. A análise revelou o seguinte: que o patrimônio da empresa negativo. De modo que nesse porte ele não tem garantias a dar – com patrimônio negativo. As dívidas... O coeficiente de liquidez péssimo. Coisa de insolvência. Então, está riscado. Além disso, bom dizer que o principal sócio tem vários títulos apontados na praça. Não pagou dívida, cheque sem fundo etc. etc."

[FINAL DA FITA 7-A]

C.R. – "O recomendado de Vossa Excelência tem dez pontos negativos. Qualquer um desses dez seria suficiente para justificar o indeferimento do pedido de crédito. Entretanto, Vossa Excelência melhor dirá. Respeitosamente..." [risos] De modo que era posto o parecer de uma forma...

E.R. – Que não dava...

C.R. – Que não dava. E eles ficavam com uma raiva danada. E arranjavam, então, um despacho direto, uma coisa qualquer, que passasse por cima de tudo. Passava, mas chegava l em cima, prendia. O funcionário l de baixo, que não sabia bem o que era: "Ué, mas isso não está liberado." E não saía o dinheiro. Não saía. A resistência do funcionalismo do Banco do Brasil às pressões políticas impressionante.

P.R. – O Banco do Brasil foi uma espécie, assim, de pioneiro na formação de uma elite profissional do Brasil, não é? Eu recorro, há pouco tempo, eu falando com o Ovídio de Abreu, ele falou que entrou no Banco do Brasil em 1919 por concurso. Numa época em que o concurso não era uma prática muito utilizada no Brasil. Outro amigo meu, o Arinos... Como o primeiro nome dele, gente?

C.R. – Arinos Lima Verde?

P.R. – Não, o Arinos, aquele que do Botafogo. Guilherme Arinos!

C.R. – Guilherme Arinos.

P.R. – Guilherme Arinos, que muito meu amigo, falou que ingressou no Banco do Brasil em 1933, também por concurso. Eu conheço uma infinidade de pessoas da minha geração, da minha cidade, Cataguases, lá em Minas, que ascenderam a posições importantes no Banco do Brasil. Um deles foi até gerente da agência central do Banco do Brasil, aqui da Primeiro de Março. De sorte que essa elite profissional do Banco do Brasil, talvez eles tenham adquirido uma consciência de tal forma que eles passaram a vincular sua atividade, o seu tipo de comportamento, às necessidades vitais do banco, digamos assim. Havia um vínculo entre a pessoa, entre o funcionário, e os objetivos do banco. Eu não sei se eu fiz me entender.

C.R. – Exatamente. Perfeitamente; esse o meu sentimento. E mais do que isso: eles depois saíram do banco, quando se aposentaram, aposentado pelo Banco do Brasil, cinquenta anos... – dos bancários - , e foram para outros bancos. E levaram a tradição para bancos privados. Levaram uma tradição muito boa, muito boa. Para aqueles bancos privados que tinham boa tradição também. Como o caso de Bradesco, Itaú, este banco aqui, onde o rigor na análise de operações e maior que no Banco do Brasil ainda, ainda maior. O funcionário do Banco do Brasil chega aqui e... "Mas vocês são mais fanáticos do que o Banco do Brasil." Outro dia eu dizia para o Gastão Vidigal, há muitos anos: "Mas vocês aqui..." Aí, diz ele, com muita maldade: "Mas claro que tem que ser. Se o Banco do Brasil fizer uma besteira de um bilhão de dólares, não acontece nada. Aqui, quebra. Um milhão de dólares, quebra." [riso] Uma certa maldade, porque... "O Banco do Brasil não quebra nunca." Apesar disso, há aquela consciência do funcionário, e resistência. É claro que tem 1%..., em mil, tem um carreirista. Mas a gente conhecia logo o sujeito, todo mundo já separa, já procura se defender dele. Tem, como em toda corporação, qualquer... Tinha l um sujeito. Mas já se sabia que era um camarada que estava agarrado a um político, um sujeito medíocre, que faz sua carreira política agarrado e coisa. Tem gente. At hoje há exemplos que saíram do Banco do Brasil, foram para a política – hoje são até governador de estado, compreendeu? O sujeito afastado do Banco do Brasil por corrupção, hoje governador de estado. [riso] Mas a exceção, não é? Exceção.

E.R. – Dr. Casimiro, esse *esprit de corps* aí, essa força do Banco do Brasil, que socializa os seus funcionários e cria uma mentalidade neles todos, o senhor atribui a que? Primeiramente, ao concurso tradicional.

C.R. – Antes de mais nada, ao concurso. Antigamente... Não sei se está mudando, eu não quero dar opinião sobre a atualidade. At uns dez, vinte anos atrás acontecia também, vamos dizer...

E.R. – Os bons salários também não contam para...?

C.R. – Contam. Contam sim. Claro, a boa remuneração. Mas também as oportunidades de carreira, no Brasil, da época...

E.R. – A identidade também? Dizer: "Eu sou do Banco do Brasil"...

C.R. – Ah, sim. Status relativo.

E.R. – Porque em todo município tem um Banco do Brasil.

C.R. – Status relativo. No interior, o gerente do Banco do Brasil... As pessoas importantes são o juiz, o juiz de paz...

P.R. – O prefeito.

C.R. – O prefeito, o juiz de paz e o gerente do Banco do Brasil.

E.R. – É o homem que dá crédito, não é? D crédito rural.

C.R. – Não, e mais do que isso: conselheiro. A pessoa se aconselha, o cara do banco, conversa, conta a vida; vira conselheiro até sentimental. Há casos curiosíssimos. Mas o sujeito vive, ele exerce uma função social. Era assim. Tanto que a velha geração um pouco chocada, vários já aposentados, chocados como a coisa está sendo conduzida agora, compreendeu, nessas reivindicações, essas coisas todas. Isso choca. O pessoal era firme. Quando ia reclamar alguma coisa para a diretoria: portas fechadas, nada de imprensa, nada de rádio. Chegava, a portas fechadas..., a reivindicação era... Com o maior respeito: Vossa Excelência... Agora, estão dizendo desaforos na rua, na porta do banco. O presidente do Banco dizendo os piores palavrões. Quer dizer, em termos de reivindicação dentro da casa, o padrão caiu muito. [riso] É uma tristeza, porque isso depõe contra o Banco do Brasil. At quando eles têm..., quando a tese está certa.

Mas há um outro fator: o país era menor, a sociedade mais modesta, as oportunidades eram menores, compreendeu? Era advogado, engenheiro, militar. A carreira militar, por exemplo, como caiu – em termos relativos. Não só por causa dos vinte anos aí de autoritarismo; em termos relativos. O militar também era outra pessoa... Na cidade do interior, esquecemos de citar o militar, não é? O militar no interior – que ia para o interior, casava, moças do interior... E era uma figura. Eu sempre tive tios militares, compreendeu, que eram pessoas compenetradas e tal, e eram figuras locais. Tio militar. Na sociedade... Também, quer dizer, o militar uma figura de peso.

E.R. – A identidade, não é? Da...

C.R. – A identidade. A carreira, compreendeu? A posição que ele tinha de, em última instância, intervir na ordem, para repor a ordem. Era a posição constitucional, de certa forma. [riso]

E.R. – A estabilidade que o Banco do Brasil dava, pelo fato do concurso, quer dizer, também eu acho que funcionava nessa formação da identidade, não é?

C.R. – É, uma estabilidade muito boa. Agora, não era uma estabilidade com impunidade, porque o sujeito se revelava malandro, era posto na rua. Cheque sem fundo e outra coisa. Primeiro, era posto

de lado. Se fosse uma coisa mais grave, era demitido do banco. Havia demissões no banco.

P.R. – Mas hoje pode-se atribuir essa alteração de comportamento também expansão imensa do banco, não é? Hoje são 2.400 agências no país inteiro, não é?

C.R. – É , 138 mil... Quando eu entrei, achei que era uma multidão. Quando eu entrei, o Banco do Brasil parece que tinha três mil funcionários.

E.R. – Hoje tem quase isso de agências.

P.R. – Quer dizer, hoje, eu acredito que o processo seletivo seja mais flexível em função disso, não é, dr. Casimiro? Não pode ser?

C.R. – Há uma preocupação que existe nas Forças Armadas. Eu tenho conversado com militares e eles estão muito preocupados. Porque antigamente as elites iam naturalmente para os... Elite, vamos dizer, elite de classe média, a classe média sólida: gente com ginásio, até formação universitária...

P.R. – É , mas hoje, não.

C.R. – ...iam para as Forças Armadas. Ainda a mesma tradição que vem do Império, o que as Forças Armadas foram no Império. E tradição muito copiada dos ingleses. A nossa Escola Naval, aqui, nossa Marinha, era de elite, mais do que as outras armas, não é? E eles estão sentindo que está baixando o nível nas admissões. E que se exigir demais... ou tem que pagar muito mais, compreendeu, que já não há mais... E, sobretudo, há a competição das outras atividades. O mercado financeiro, que não existia: as oportunidades, até exageradas, de ficar rico no *open market*, não é? Como um funcionário, ex-funcionário do Banco Central, agora, comparece ao Congresso para dizer tranqüilamente que perdeu 200 milhões – ele perdeu 200 milhões – nessas transações do "seu" Nahas, compreendeu? Mas que desses 200 milhões, o Nahas deve 50. Ele tem paciência, acha que o Nahas vai pagar. [risos] Um ex-funcionário, compreendeu? Declara que perdeu e não está... não perdeu a calma, não. 200 milhões de dólares... Ele tinha para perder.

As oportunidades fora do Banco do Brasil, nas atividades em geral, hoje, são muito boas. Na parte das Forças Armadas há ojeriza: o sujeito não sai mais de farda. Eu me lembro, antigamente, o sujeito saía fardado, esquecia de tirar a farda. [risos] Iam festa de farda, era um cartaz. Era festa fardado. Hoje, eles tiram a farda logo que saem, já saem paisana do quartel. Aí, duplamente. Primeiro, as oportunidades aumentaram muito, o leque – isso bom -, o leque de oportunidades aumentou para as novas gerações. Isso uma grande coisa. E depois, há uma certa reação contra os militares, por causa dos vinte anos de autoritarismo. Mas, sobretudo... Quer dizer, o Banco do Brasil não poderia ser mesmo o que já foi, porque o próprio sistema bancário privado se desenvolveu muito. Era muito pequeno. Tinha alguns bancos, alguns bancos estrangeiros também. E o Banco do Brasil foi criado numa concepção de que ele era suficiente para... – os outros são uns espertalhões aí, só pensam no dinheiro, não têm espírito público. Ficou muito a mentalidade do...

P.R. – Caracterizado isso, não é?

C.R. – É . E, infelizmente, alguns contactos, compreendeu, quem trabalhou no lado do controle fica às vezes com essa impressão, porque o espertalhão aparece com mais freqüência para obter favores. Você não pode julgar o empresário privado por alguns espertalhões negociastas que aparecem lá, não é? Como também as calúnias contra os funcionários públicos mesmo hoje são muito exageradas. Mesmo hoje. "A corrupção!..." Você pode dizer que 99% dos boatos... "Eu soube de um caso, me contaram, o sujeito exigiu 200 mil cruzados, funcionário, para soltar l uma licença. Absurdo!" E todo mundo ouve isso, vai.

Outro dia, eu resolvi conferir. Um amigo meu disse: "Olha, para soltar, a repartição, o Banco Central, não sei que mais, controle de capital estrangeiro – imagina, vem me falar aqui – pediu 200 mil cruzados. Uma coisa que nós temos direito. Como está este país!" Eu digo: "Um momento. Eu não estou dizendo que o país não está com problema de corrupção. Vem falar de Banco Central, meu amigo, espera aí. Qual o teu problema?" "É ..." "Não, eu vim de lá, ainda tenho contato com o pessoal de lá. Então, qual o teu problema? Conta a tua história direitinho." "Não, porque o nosso advogado de São Paulo disse que tem que levar uma mala de dinheiro." "Seu advogado? E se seu advogado for o corrupto? Se ele tiver... Ele já disse que não tem recibo, não é?" "Ah, claro que não tem recibo." "Então, um espertalhão que vai... que já conversou com o outro lado, já obteve a licença e está enrolando, aproveitando que o ambiente todo de corrupção..." "Não, mas será..." "Quer pagar para ver? Conversa com três ou quatro outras pessoas que estejam com problema semelhante." Ele me liga: "Casimiro, telefonei para quatro, todos estão satisfeitos com o Banco Central. Nunca... Trabalham há anos com o Banco Central. São exigentes e tudo mais. E eu fui ver que, no nosso caso, nós que estávamos em falta. Eles tinham feito exigência e esse advogado não cumpriu a exigência. Então, não saiu. Há oito meses que não sai. De acordo com exigência elementar... Este advogado que estava inventando dificuldades para justificar uma mala cheia de dinheiro." Eu digo: "Está vendo."

Isto comum. E deve ter aumentado. No tempo da Cexim havia alguns corruptos, um ou outro, que inclusive o pessoal l sabia. E quando tinha prova, mandava o sujeito embora. Ou mesmo quando não tinha prova, mas cheirava mal, mandava o sujeito embora. Eles descobriram que publicavam as licenças, botavam num quadro as licenças, número de licenças aprovadas. Tinha sujeito que se especializava em ir l e anotar. Pegava o nome da firma, telefonava: "Como é, qual o problema de sua firma? Estou aqui numa agência..." "Ah, estamos há três meses. Ainda há três, quatro dias fui lá, visitei o diretor, não saiu nada." "Eu arranjo em 24 horas isso." "Ah..." "Não, o senhor d o cheque depois." "Está certo." Aí, o sujeito dizia: "Mas veja o absurdo. Nós estamos há meses pedindo, cumprimos todas as exigências, eu fui ao diretor pessoalmente, o homem prometeu, não saiu. Um camarada, um pobre pé-rapado qualquer me telefonou e disse que sai em 24 horas. Esse mundo está perdido." [risos] Então, essas histórias, eu estou contando isso porque da parte que eu conheço, 99,9% são malandros do lado de cá que estão inventando história e vão botar dinheiro no bolso. Embora o padrão hoje não seja, talvez, o que foi no passado, porque quando você tem lá de cima, nos mais altos escalões, casos de corrupção e tudo mais, de favoritismo, isso tende a influenciar o resto. Mas eu acredito que 99,9% do que se fala conversa fiada do intermediário.

Mas eu estava falando sobre a questão do crédito rural. Então, nós sentimos que era preciso fazer o controle do crédito rural de uma forma mais abrangente. Porque não se contava com o Banco do Brasil para ser banco central de crédito rural. Ele queria ser o banco direto. E os outros que se arranjassem. Não acreditavam nos outros, como não acreditam ainda hoje. E se verdade que há muito banco privado que não quer correr o risco de financiar a produção, verdade também que nunca se deu dinheiro adequado. Se o Banco do Brasil, os bancos oficiais têm valores enormes a crédito subsidiado, muito difícil você convencer. Esse problema... Outra coisa também do pequeno agricultor, compreendeu? O pequeno agricultor está em cooperativas. Se a cooperativa falha alguma coisa, ela recebe crédito. As cooperativas recebem crédito. Sem falar nas grandes, como Cotia, como outras. Essas conseguem até exigir vantagens do banqueiro, especiais. Então, nunca se equalizou o tratamento para o banco privado. Nunca se resolveu o problema do seguro de crédito, o que teria ajudado muito. E verdade que um grande banco estatal também, tendo muito dinheiro subsidiado, pode, está disposto a enfrentar um coeficiente de inadimplência maior. Isso verdade. O Banco do Brasil vai mais fundo, compreendeu, aceita, tem a sua obrigação de emprestar, sendo banco oficial, ele... Ele não manda a conta dos créditos inadimplentes ao Tesouro Nacional. Não. Mas ele recebe os recursos, compreendeu, a um certo custo que ele pode fazer. Outra vantagem – aí a vantagem de banco misto – que tem operações filé *mignon*, de banco comercial, que lhe dão lucro, que permite tirar uma média... Esse um argumento do Banco do Brasil. E um argumento válido; esse um grande argumento deles. De ser banco misto; rural, misto. E eu acho que ele tem razão aí, ele tem razão. Sai

menos caro para o governo permitir que o Banco do Brasil faça uma série de coisas de banco comercial que é, como se diz, o filé *mignon* da operação bancária. É muito bom. Certo, eles têm direito. O que não se aceita a idéia de que seja um banco central misto, competindo, como eu disse que era antes.

P.R. – Agora, o crédito subsidiado dado pelo Banco do Brasil, principalmente ao meio rural, isso não um fator de expansão inflacionária, não, dr. Casimiro?

C.R. – É . Tentou-se, com o subsídio, compensar o fato de que não há um sistema de seguro de crédito rural adequado, que não há silos, não há sistema de silos, de previsão de safra, como tem nos Estados Unidos. Então, você tem uma maior incidência aí; então, você procura... Mas um processo errado, tosco, de compensar isto. Nós tentamos, na lei de crédito rural que fizemos nesta época – como eu disse na vez passada, mas não foi para a gravação -, estabelecer um limite. Quer dizer, a taxa preferencial de crédito não poder ser 70%, menos de 70% da correção monetária. Porque já se admitia a correção monetária. Não pode ser menos de 70%. Nunca foi obedecido isso. Então, medida que acelerava a inflação, um processo irracional... Quer dizer, o subsídio tanto maior quanto maior a taxa de inflação? Não faz sentido nenhum, não é? Se ao menos o subsídio para a agricultura fosse nessa base, fosse subsídio de 30%, já era muita coisa. Nunca foi o que [plantamos]¹⁸ na lei. Nunca. Seria racional 30% para a agricultura, dar prazos maiores... Não. Esse que o grande problema. Mas, na verdade, o pessoal acaba fazendo uma mistura, um *mix*; o produtor rural que tem mais crédito faz um *mix*. Toma dinheiro nos bancos para capital de giro, compreendeu? E fazem um *mix*. E, no fundo, isso racional também, não é? Criticou-se muito esse *mix* e tudo mais, mas... Quer dizer, o sistema deixou muito a desejar, muito a desejar. Eu acho que nunca houve um incentivo grande.

Mas os grandes bancos, por exemplo, os grandes bancos paulistas, na parte de café, onde o negócio – apesar da variabilidade da safra, devido queda de preço internacional -, no cotidiano um negócio mais seguro. Porque tem a supervisão estatal, a supervisão de um instituto – com todos os seus defeitos – e porque tem um sistema de armazéns que produz o *warrant* de conhecimento de depósito, que um documento hábil de financiamento. É o problema apenas da fidedignidade dos armazéns. Mas aí uma questão de credibilidade pessoal, através dos anos, de empresas que firmaram o seu conceito. Inclusive esse era um dos documentos redescotáveis na Carteira de Redescoto – o *warrant* e reconhecimento de depósito. Quer dizer, já existe fisicamente o papel. Este um instrumento, vamos dizer, de comercialização.

O de produção que era mais difícil, porque aí você acaba se engajando no risco da safra. Se você não sócio, o risco passa a ser muito grande, principalmente se a margem que você vai ganhar de crédito pequena – quer dizer, o *spread*, a margem de lucro do banqueiro na transação. Porque ou ele é sócio na transação – então corre os riscos junto e racha os prejuízos e lucros –, ou mero prestador, mero prestador. Nesse caso, não pode aceitar uma situação em que, se houve lucro, o outro embolsa o lucro; se for prejuízo, não paga a ele. Quer dizer, aí o grande problema, compreendeu, da participação. Os bancos se sentiam um pouco sócios comanditários: sócio para arcar com os prejuízos e não com os lucros. E não podia... E outra coisa: não pode distinguir a atividade. A não ser que tenha uma equipe de inspetores e tudo mais. Nesse sentido, o Banco do Brasil se equipou mais, com inspetores agrícolas e... Bem mais do que os bancos privados. Isso verdade, isso verdade.

As experiências em outras áreas foram fracassadas. Banco Nacional de Crédito Cooperativo: entrou corrupção, entrou incompetência. Não havia razão nenhuma para fazer, se o Banco do Brasil faz crédito cooperativo, e faz bem. Ficou provado o paralelismo dos dois: o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, incompetência e corrupção, e o Banco do Brasil trabalhando bem no crédito cooperativo. A comparação marcante, chocante. Já está quebrado aí, e então pediram ao Banco do

¹⁸ Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

Brasil que tome conta desse crédito cooperativo. Puramente político.

P.R. – Aliás, o paralelismo de atribuições um fato muito comum na administração pública brasileira. E isso no caso do Banco Central, por exemplo, nós estivemos observando: em 1974, quando foi feito aquele desfiguramento do projeto inicial do Banco Central, no governo Geisel, que o senhor até já nos contou sobre a remoção do Congresso como atribuições de aprovação ou não dos diretores e tal, os prazos dos mandatos dos diretores..., tudo bem. Mas há um outro fato muito importante que eu já estive observando: a criação da Comissão de Valores Mobiliários. Essa comissão, hoje, não exerce uma atividade paralela do Banco Central, do ponto de vista de fiscalização das Bolsas e das financeiras?

C.R. – Exato. O meu artigo sobre isto, de que lhe dei a cópia, e que eu reli hoje para ver se tinha algum erro de impressão – saiu hoje na revista Banco Hoje -, trata desse assunto. Trata desse assunto. E uma discussão muito interessante, aí. Eu defendo a tese, nesse *paper*, volto a defender a tese, que foi a da reforma, de que o Banco Central deve ser enxuto, puro, clássico. E, justamente, muito enxuto, porque o Banco do Brasil existe para fazer todo outro tipo de crédito. Então, o Banco Central pode se dar ao luxo de ser um banco puro. JÁ houve um começo de exceção por causa do controle do banco rural. Não sei se depois que nós saímos – eu não fui investigar isso – fizeram algumas operações diretas com banco. Eu não creio. A nossa concepção que o Banco Central não compete com os bancos. Ele não empresta ao agricultor, nunca. Ele pode dar um fundo especial para a Sudam e a Sudam dá ao Banco da Amazônia, e o Banco da Amazônia que vai emprestar às pessoas. Mas jamais o Banco Central, o nosso Banco Central...

P.R. – Ele repassa.

C.R. – Jamais foi emprestar ao agricultor da Amazônia, ao agricultor de São Paulo. Não. Ele ficou com o controle do crédito – aí não só a formulação da política, mas o mecanismo operacional. E aí há que distinguir dois aspectos importantes. O aspecto operacional, institucional, compreendeu, da pessoa jurídica Banco Central, instituição financeira, e o aspecto de decisão de política monetária no mais alto nível. Essa decisão parece um certo preciosismo da minha parte, porque o Banco da Inglaterra, que o banco mais antigo, mais tradicional... Como eu digo aí no meu artigo, o conselho monetário, quer dizer, quem formula a política, o conselho de administração do Banco da Inglaterra, compreendeu? Como tive, aliás, oportunidade de ver até pessoalmente, quando estagiei lá em 1955, um estágio pessoalmente patrocinado pelo dr. Gudin e pelo dr. Bulhões. Mas principalmente o dr. Gudin. 55. E tem o *court of directors* – *court*, não *board* lá, não; lá *court*. Que dá, inclusive, um ar mais solene: a corte, *court of directors*. O *chairman* o presidente do Banco da Inglaterra, o *chairman*. Os diretores executivos, membros da diretoria executiva, são membros do *court*, que o conselho monetário. E os outros membros, em número um pouco maior, são banqueiros privados ingleses, de altíssimo nível, escolhidos entre os mais *distinguished bankers of the city*. Então, esse o conselho monetário. E qualquer pessoa que pensa em banco central, e alguns que estão fazendo estudos agora, pensa nisso. Já tem projeto de lei, aí. É isto. E a tendência voltar a esse aspecto mais puro, histórico.

Já nos Estados Unidos, onde se criou um sistema muito *sui generis*, há 12 bancos centrais como órgãos executivos, cada um com uma, duas ou três agências, distribuídas geograficamente nos Estados Unidos. E cada um dos 12 tem um *board* e este *board* inclui... É presidido pelo próprio presidente do banco, que um *officer full-time*, e tem membros da comunidade bancária, e alguns... um *chairman* de uma empresa da área, compreendeu, importante, uma senhora presidente da *charity* mais importante... Compreendeu? Então, representantes da comunidade no *board*. E cada um desses 12 *Federal Reserve Banks*, refletindo...

P.R. – E eles independem do Fundo Federal da Reserva?

C.R. – Não, não. Todos estão subordinados ao *Federal Reserve Board*. O mais importante desses individuais o *Federal Reserve* de Nova York. Porque Nova York, centro financeiro; então as operações do sistema são feitas principalmente em Nova York – o "*Fed*" de Nova York. As operações de *open market* são principalmente feitas. Esse o mais importante. Mas todos são importantes. E o *Federal Reserve Board* integrado... o presidente dele – *full-time* como presidente -, alguns presidentes de Federal Reserve individuais, e os outros são banqueiros ilustres ou personalidades ilustres, economistas ilustres. O *chairman* agora o Alan Greenspan. Não bancário, um *scholar*, não é?

Bom. Então nós, ao fazermos esse nosso..., pensamos nesses dois casos e em outros. Mas nós tínhamos... Isso muito interessante porque Brasil, compreendeu? Eu dou uma nota muito rápida nesse artigo e acho que ninguém disse isso até...

[FINAL DA FITA 7-B]

C.R. – ...então, na necessidade, compreendeu? Com a dificuldade, podia contar com o Banco do Brasil de ser o banco rural central. Ele queria ficar com o negócio todo. Ele não queria ser repassador para os bancos privados. Isso verdade. Em segundo lugar, esse o segundo aspecto – e discutível: a conveniência de você concentrar no Banco Central grandes valores de recursos de renda ou de poupança, como queira, de renda real, oriundos de tributação ou de depósitos especiais, compreendeu? E de uma forma mais singela se diz "recursos não monetários" . Uma forma mais singela. Em termos de balancete estático, no estoque – balancete -, fácil classificar o que recurso monetário e não monetário. O monetário aquele classificado como moeda, compreendeu? É a responsabilidade do Banco Central por papel-moeda em circulação, responsabilidade por depósitos de bancos recebidos. Liquidez dos bancos a base monetária, e outros recursos que estão no Banco Central nós classificamos como recursos não monetários, quer dizer, não classificáveis como moeda nem meio de pagamento. Seria meio de pagamento se fosse depósitos vista do público. O Banco Central não deve ter depósitos vista do público. Como ele estava misturado com o Banco do Brasil, então o Banco do Brasil criava meios de pagamento com depósito público. Então, isto fácil de distinguir.

Mas num processo mais dinâmico de administração, processo de fluxo, de administração do Banco Central, se colocava o seguinte problema, que foi discutido até posteriormente a nós com muita ênfase – esse um dos assuntos técnicos. O Simonsen teve tempo de pensar. E tinha um outro elemento do Banco Central, muito bom, Edésio, que continuou estudando, trabalhando, trabalhando – muito bom. Problema que foi classificado como o problema da variabilidade excessiva da base monetária, como problema de gestão para o Banco Central. Do momento em que a gente começa a captar recursos não monetários para poder administrá-los melhor – são recursos fiscais, enfim -, acontece que o Banco Central, como a entidade criadora e extintora de moeda – moeda no sentido aí de base monetária -, esses recursos chamados não monetários, quando eles entram no Banco Central, o Banco Central extingue base monetária, compreendeu? Extingue base monetária. Ao pagar, ele recria a base monetária.

E.R. – Que a forma...

C.R. – É a forma de agir, pela qual o Banco Central age. É a única instituição no mundo que assim faz. Há vantagens nisso, porque você pega recursos... até do governo, você tem a conta do governo, está num plano de economia, você absorve. Ao absorver, você reduziu a base. Ao pagar, você expande a base.

E.R. – Isso o instrumento de atuação, não é?

C.R. – É . Isso nos dava um poder programático do orçamento monetário, que foi tão desvirtuado. Nosso orçamento monetário – a expressão – não era orçamento de gastos públicos, não. Era justamente uma tentativa de exercer uma supervisão, uma previsão e um controle a curto prazo desses recursos enormes, *soi-disant* não monetários, mas que, passando pelo Banco Central davam ao Banco Central um poder de manipulação da base monetária. Como por exemplo as reservas cambiais. As reservas cambiais afetam a base monetária. E esse um caso especial, para mais ou para menos, um caso especial porque você não pode manipular as reservas cambiais, ou não deve, como regra geral, manipular as reservas cambiais para fazê-las instrumento de controle da base. Para o controle da base são as operações de *open market*, para quem as tem – nós não tínhamos, naquele tempo. Ou depósito compulsório, compreendeu? Depósito compulsório, você congela uma parte da base monetária e reduz o multiplicador do sistema. Você faz operação de *open market*, você vende, você reduz a base monetária – vende ao público, vende ao sistema; quando você compra, você credita, aumenta a base monetária. Essas são as operações. Nos países mais desenvolvidos, como o Brasil agora – desenvolvido financeiramente -, a operação de compra e venda de títulos públicos, dita de *open market*, o grande instrumento de controlar a base monetária e, por via de consequência, controlar os meios de pagamentos.

Muito bem. Estes são os instrumentos por excelência, quer dizer: o *open market* e o depósito compulsório. E ainda o redesconto – que ficou menos importante; naquela época era importante. Mas esses são, vamos dizer, os instrumentos intencionais ou propriamente ditos de atuar sobre a base monetária, ou seja, sobre o encaixe dos bancos. Base monetária a forma de falar das contas do balancete do Banco Central. Olhando do outro lado, compreendeu, o encaixe dos bancos, a liquidez do banco, a sua capacidade de conceder crédito. Muito bem.

Mas há outras operações do Banco Central que afetam a base por via de consequência. Não como instrumento de manipular a base – como o caso, como eu disse, do redesconto, dos depósitos bancários compulsórios e das operações de *open market*. Eles são por via de consequência. Mas não são menos importantes. Por exemplo, naquela época em que o Brasil estava com muito crédito no exterior e a administração do Delfim, acertadamente, aproveitou nosso bom crédito no exterior para tomar emprestado – estavam nos oferecendo a um preço barato – e redepósitar, pagando apenas uma diferença do *spread* aos bancos, nós construímos, sei lá, até 13 bilhões de dólares, que era muito importante na época, de reservas de dinheiro tomado emprestado. Então, vamos dizer que a gente pagasse o *spread* de 1% aos bancos para tomar emprestado, e, ao redepósitar, recebesse 0,5% de *spread*. Então, o custo de manter 10, 12, 13 bilhões de dólares de reservas em moeda conversível em bancos nos custava 0,5% de 10, 12, 13 bilhões. Na verdade, era menos. Porque na medida em que você tem 13 bilhões de dólares, naquela época, que era mais do que a dívida do Brasil, ou pouco menos, você acaba obtendo dinheiro mais barato.

E.R. – A função era essa?

C.R. – Era. E foi muito inteligentemente feito. Tudo isso antes do estouro do petróleo, porque quando veio o estouro do petróleo, o Brasil pôde respirar com certa folga por causa disso. Mas voltando ao problema da base monetária: você não podia... Quer dizer, o governo ali, o Delfim e o Paulo Lira, eles não podiam deixar de aproveitar a oportunidade de crédito muito fácil para o Brasil para construir uma tranqüila base monetária, que se mostrou muito importante quando o Mário Henrique entrou e assumiu, em março de 74, com o problema sério do petróleo. De modo que ele tinha 13 bilhões de dólares em banco. E o endividamento líquido do Brasil não era muito grande, porque você tinha que deduzir do endividamento esses 13 bilhões em conta corrente no banco.

Mas isso criou um problema de caixa, um problema de base monetária. Porque o Banco Central que compra a diferença líquida. Quer dizer, o Banco Central ficava comprando e vendendo câmbio ao sistema bancário. Para ele construir 13 bilhões de dólares, ele tem que comprar mais 13 bilhões de dólares do que vendeu. E ao cobrir a diferença, ele faz expansão da base monetária. Aí foi uma expansão da base monetária, que um problema. Pode-se pensar o que são 13 bilhões de

dólares... Você montar em dois anos... Compreendeu? Isso era mais do que os meios de pagamento, mais que a base monetária, num certo momento. É que não vieram os 13 bilhões num mês só; foi crescendo. Então, como fazer o *offset* disso? O *offset* clássico vender títulos do Tesouro, fazer operações de *open market* – na medida em que você está comprando líquido câmbio e botando na reserva internacional, você está vendendo o líquido papel do governo para o público, para os bancos. Então, você está aumentando a dívida do governo, interna, mas ela tem como contrapartida o aumento da reserva em moeda internacional. O resultado líquido é zero, não é? E curioso que a expansão... Quem analisar esse período vai notar que a expansão da dívida interna, em certos períodos, em certos lapsos de tempo, foi maior do que o déficit do Tesouro. Quer dizer, o governo aumentou seu endividamento interno mais do que exigia o financiamento do déficit. Vemos que o inverso, hoje, totalmente inverso, não é? E' a dívida externa, a falta de divisas, pesando no aumento... Mas isso veio depois. Mas, naquela época, tinha sua justificação estratégica.

Mas eu estava falando sobre a variabilidade inconveniente da base monetária. A importância das transações cambiais, a variação das reservas, cria um problema de base monetária que não pode ser evitado, se a política de reservas necessária. E' preciso então fazer o *offset*: anular através de venda de títulos públicos. Naquela época, o governo ainda estava criando seu mercado de título público. Hoje, ele não poderia – ele não pode fazer mais nada em matéria de política, porque ele está no máximo, não é? Naquela época... Era o que o americano fez, muitas vezes, no período entre as duas guerras mundiais: o influxo. O saldo do balanço de pagamentos dos Estados Unidos foi tão forte que deu um influxo de ouro tão grande que ele teve que fazer esterilização do ouro. Apesar de... ninguém acreditava no padrão-ouro. Porque ele poderia aumentar a expansão de moeda *fully carved in gold*, e não fez. Porque teria feito uma expansão monetária tremenda. Então, fez a esterilização do ouro, quer dizer, ele financiava com o aumento da dívida interna, ao invés de fazer a expansão monetária *fully guaranteed*. Aí, inclusive, uma demonstração de que o padrão-ouro pode causar estragos tremendos, ainda que 100% ou 120% lastreados; pode fazer uma inflação enorme, via balanço de pagamentos. Fechar o problema legítimo. Mas tinha... há problemas.

Então eu quero chegar finalmente ao ponto: era a segunda alternativa. O que foi discutido que isso de nós trazermos os recursos de crédito rural, trazermos algumas outras coisas, que fizemos no início do Banco Central – porque inclusive era uma questão de firmar o Banco Central... Aquele hábito tremendo: sai dinheiro do governo para tudo quanto lado... Então, nós tínhamos que ter esse controle, inclusive dos recursos de crédito rural, para ir soltando programaticamente, dentro do nosso orçamento monetário. Para não haver expansões excessivas – essa era nossa intenção. Mas, por outro lado, na medida em que você traz grandes valores... E quando você traz, você reduz a base, e aí você tem que fazer alguma coisa, porque senão você deflaciona demais, e você tem que compensar no *open*. E na medida em que você depois entrega os recursos, você, então, expande a base. E aí tem que fazer operações de *open market* para fazer o *offset*. Você acaba comandando maior número de recursos, mas criando, aumentando o problema da administração do mercado de títulos públicos. Idealmente, vamos dizer, a base monetária... devia se modificar apenas as transações com o sistema bancário, mais nada. E ainda aceitar o fato consumado de que as reservas cambiais oficiais afetam a base. Mas parar por aí. Nós fomos mais longe na nossa ânsia de controlar mais recursos, e criamos um problema novo de banco central, quer dizer, novo... de banco central puro: a excessiva variabilidade da base monetária pelo excesso de recursos que passam pelo Banco Central, recursos oficiais – entram e saem, compreendeu? -, e que você tem que fazer *offset* pelos bancos, pelo mercado de títulos, e cria problemas para o mercado de títulos. Foi um preço a pagar. Esse foi um aspecto criticado posteriormente, já numa fase em que o mercado de títulos públicos já estava sendo organizado, já tinha mais possibilidades. Isso o Mário Henrique tem até uma... não me lembro se foi uma conferência em que ele tocou muito nesse assunto. E tinha um estudo no Banco Central, do Edésio.

Então, ainda sobre a questão do crédito rural: por que nós quisemos entrar no crédito rural. Havia, então, a questão de que o Banco do Brasil não assumiu a função de banco central rural, e nós não queríamos que os recursos vultosos andassem passeando por aí. Nós queríamos que fosse um

instrumento operacional que nos ajudasse a cumprir o orçamento monetário desejável – fosse como uma espécie de massa de manobra, compreendeu? E não ficarmos dependendo só de depósitos compulsórios, mesmo porque não tínhamos criado ainda, naquela época, o mercado ativo de títulos públicos. Ia ser criado ainda. Só tinha redesconto e depósito compulsório. Depósito compulsório, quando nós assumimos, já estava no máximo, praticamente. Então, essa manipulação de recursos não monetários passando pela base nos dava uma certa capacidade de manobra, o que na época foi julgado necessário. Está aí a explicação – que também não está escrita em lugar nenhum, devia até estar – por que nós entramos nessa área. Mas a acusação de que o Banco Central se transformou num banco de fomento, acho que está um pouco exagerada. Está um pouco exagerada porque, na verdade...

E.R. – Acusação datada de que época?

C.R. – Não, continuou essa acusação.

E.R. – Por causa dessa ambigüidade.

C.R. – Eu me lembro que na década de 70, quando eu já estava preocupado de impedir a absorção do Banco Central pelo Banco do Brasil, na área acadêmica, a única preocupação que havia era essa: o Banco Central foi criado, e agora temos um superbanco central, compreendeu? Superbanco central porque uma espécie de banco de fomento também. E havia duas propostas, nesta década de 70, na área acadêmica. Uma de que o Banco Central deixasse de ser banco de fomento e perdesse as funções de controlador do mercado de capitais, que deviam ser de uma CVM. Então, a discussão se transferiu para isso. E eu entrei para alertar, disse: "Não, isso muito interessante, pode ser feito. Não problema, não problema. O problema que estão acabando com o Banco Central. Voltou-se ao sistema de banco central misto e agora temos dois bancos mistos. Está pior que antes."

E.R. – O Banco do Brasil e o Banco Central, não é?

C.R. – Foi o negócio da conta de movimento. Aí, eu entrei fazendo um escândalo sobre isso e dizendo que o problema não era esse de o Banco Central estar com excesso de força. "É" o contrário. Ele está se esvaindo, compreendeu, dentro do Banco do Brasil." Mudei. Com essa onda que eu fiz, eu mudei o enfoque.

E.R. – Ele estava se enfraquecendo pela penetração do Banco do Brasil, não é? Pela reabsorção.

C.R. – Exato. Pela reabsorção. Eu digo: "Esse que o problema." Alerttei. O pessoal, uma vez alertado... A tal conta de movimento – ninguém sabia, quem está de fora não está sabendo... Mas eu botei o rei nu, aí o pessoal todo mudou a ênfase para esta área e não largaram mais. Depois, nem falaram mais no assunto, porque já foi domínio geral. Mas esta parte...

Espera aí, tinha um outro aspecto da área acadêmica. Ah, ainda para responder sua pergunta sobre a questão da CVM. Nós achamos, no início, um tanto arrogantemente, que nós éramos os únicos que tinham mentalidade de controle de Banco Central e de controle de mercado de capitais. Nós fizemos a lei de mercado de capitais. E nós éramos os donatários desse negócio. E não confiávamos muito no pessoal que vem aí do... "Esses corretores, o pessoal está viciado..." Então ficamos com a função de controle do mercado de capitais. Até que se tornou excessivo, administrativamente. E já com maior sofisticação do desenvolvimento do mercado, compreendeu, já com o Mário Henrique em 74, assumindo, todo mundo aceitou – inclusive nós, que estávamos do lado de fora – que se criasse a CVM. Mas o problema, voltando ao que eu disse: o Banco Central tem o nível executivo e tem o nível de formulação de política. Nós, voltando àquela digressão sobre a composição do Conselho Monetário como *court of directors* do Banco Central, não como o

Federal Reserve Board dos Estados Unidos, nós achamos uma coisa *sui generis*, compreendeu? Debatível – sendo ela *sui generis*, debatível. Nós... O nível mais alto de formulação de política de crédito e moeda, nós integramos com a política de mercado de capitais, subordinando também as operações dos investidores institucionais, que são importantes para o mercado de capitais... Os fundos de pensão tinham que ser, e se tornaram... Porque não existiam no nosso tempo, mas tinham que ser criados; foram, são importantes hoje. E as companhias de seguro: elas têm legislação própria e estão subordinadas a órgãos próprios. Mas no que se refere sua função de *institution investors*, investidores institucionais, operando no mercado e pesando importantemente no mercado de capitais, tinha que haver a regulação disso, da autoridade. E ficou no Conselho Monetário; não ficou no Banco Central. Ficou no Banco Central, mas no Conselho Monetário. E quando separamos com cissiparidade aí a CVM, o que se fez? – aí já foi o Mário Henrique, nós não estávamos lá. Foi o Mário Henrique, nós batemos palmas, tinha um fundador... O presidente da CVM tornou-se membro do Conselho...

P.R. – Monetário.

C.R. – Conselho Monetário. Então, isso que eu defendo, explico e defendo nesse "*paperzinho*", porque agora eles pensaram: "Não, mas isso foi uma coisa, um arranjo da época e coisa. Agora, vamos fazer o Banco Central. O Conselho Monetário, que a sua diretoria mais uns membros de fora, o Conselho Monetário conosco. Vocês botaram ministro da Fazenda aí... Eu quero livrar o Conselho Monetário do ministro da Fazenda."

Eu defendo a tese brasileira... Era muito fácil para nós – tínhamos modelos clássicos que nós tínhamos estudado – fazer uma solução clássica. Muito mais fácil do que arriscar uma solução meio cabocla. Nós sabíamos como que se fazia o clássico. [riso] Mas pareceu simples demais para o Brasil. Havia o receio, ainda tenho o receio... O Banco Central fica uma coisa assim isolada, um planeta girando sozinho e coisa, tentando atrapalhar pelo controle da moeda, tendo que ceder por processos indiretos, compreendeu, que criam-se casos consumados em outras áreas. E' muito a experiência brasileira: criam-se casos consumados; até constrangido. E ele não participa na hora das decisões. Então, nós achamos que o Conselho Monetário, primeiro, tinha que ter a parte que hoje chamam de CVM. Quer dizer, parte do controle do mercado de capitais, compreendeu? E tinha que ter a presença do ministro da Fazenda, pela coordenação da política fiscal com a política monetária. Deu um problema tremendo a coordenação no Brasil. E' a vaidade dos indivíduos que querem conversar direto com o presidente da República, não sei que mais. Vamos botar essa gente toda no mesmo órgão. Porque você tem que formular...

E já vinham os trabalhos do *Gurley and Shaw* e outros, mostrando cada vez mais a necessidade de você examinar o sistema financeiro como um todo. Aquela separação muito elegante etc., de instituições que criam moeda e as que não criam moeda... Porque as que criam moeda, criam depósito vista, e essas que são as importantes, compreendeu? E essas importantes são as que o Banco Central presta atenção a elas. As outras não são muito importantes, podem ficar em qualquer outro lugar. Essa separação desapareceu, inclusive, no mercado. E outro aspecto importante a questão do crédito para especulação em Bolsa, para compra em Bolsa. Depois do crashá de 29, acertadamente, a meu ver, naquela época, ficou proibido: você não pode misturar as duas coisas. Mas com o passar dos anos, esse rigor foi diminuindo. Hoje se acha já que você pode deixar as duas funções numa instituição, desde que você faça os departamentos adequados que criam as incompatibilidades operacionais e tenha gente boa. Então, você tem as vantagens do *pool* de recursos..., e evita os inconvenientes de você misturar gato com lebre. Eu sempre fui pelo *Glass-Steagall Act* americano. Porque depois daqueles abusos de 29, aquele quebra-quebra, optaram pela proibição. Ninguém pode usar dois chapéus. Ou o cara banqueiro ou trata de compra e venda de ações. Não mistura as duas coisas. Porque o resultado foi péssimo naquela época. Mas o fato que a realidade hoje de que está tudo misturado. E preciso lembrar que isso d mais flexibilidade operacional, mas impõe mais riscos, exige melhor qualidade de administração. E o Banco Central

como que fica? Ele vai entrar nisso. O Banco Central tem que estar mais atento, mais coordenado com *Securities and Exchange Commission*. E mais disposto a ampliar a sua função de prestamista de última instância – quer dizer, a responsabilidade do Banco Central -, e assegurar a liquidez e solvência, em última instância, do sistema financeiro – já não mais sistema bancário. Já não mais. Liquidez do sistema financeiro.

Eu cito nesse artigo, que novidade – não saiu aqui, o pessoal não deu importância, e mesmo nos Estados Unidos teve um destaque relativamente pequeno -, que neste *crash*, o inadequadamente chamado *crash* da Bolsa de 19 de outubro de 87... Que não foi um *crash* como o de 29, absolutamente. A única coisa semelhante que caiu uma percentagem enorme de todos os títulos em um dia só – essa a única coisa que tem de semelhante e importante com o *crash* de 29; todo o resto diferente. E tanto diferente que o próprio Banco Central americano, com outra noção de responsabilidade, o Alan Greenspan, não hesitou. Ele foi ao centro financeiro e disse: "Olha, eu sei que tem muita instituição de crédito envolvida com o financiamento, mas eu quero dizer o seguinte: aqui, o Federal Reserve está disposto a atender o que for necessário, sem limite específico." Ele entrou na Bolsa, entrou no mercado de capitais – não foi só o sistema financeiro. Ao passo que a *Securities and Exchange Commission* reguladora, policiadora, mas não tinha dinheiro. Não lhe cabe funcionalmente fazer isso. Pois a principal atuação para botar água na fervura foi do Banco Central, não a *Securities and Exchange Commission*. Tanto assim que... É muito interessante: os estudos mais variados, do mais alto nível, feitos sobre esse *soi-disant crash* de 19 de outubro de 87 chegaram às mais contraditórias conclusões. Muitos deles foram inconclusos, e alguns, inclusive, disseram que não, que isso foi um ajustamento brutal, mas racional de mercado em grande escala – de fundo psicológico, complexo demais. Não tem explicação simples, qualquer explicação simples está errada, não tem modelo simples para explicar. Extremamente complexo, mas foi muito mais positivo do que negativo. E combinado com o fato de que o Alan Greenspan, o *chairman* do "Fed", entrou e garantiu liquidez... Que, garantiu inclusive, não precisou gastar dinheiro, praticamente. Não precisou. Se alguém sacou, nem aparece na estatística. E foi o "Fed", foi o Banco Central, e não a *Securities and Exchange Commission*, que não tinha... O Bush nomeou Nicholas Brady presidente da *Task Force on Market Mechanismus* para examinar o assunto.¹⁹ Examinaram profundamente. As conclusões do *Brady Report* têm sido muito criticadas, mas, por curiosidade, eu cito nesse trabalhinho, porque uma coisa atual e tem sentido para... como que vai a figura do Banco Central, não é? Estão discutindo agora, de novo. Então: o Banco Central dos Estados Unidos ampliou as funções e entrou na área de mercado de capitais. Então, o *Brady Report* diz o seguinte: "O que se verificou que os mercados que se julgavam estanques – mercados de índice futuro de ações, de opções de ações e o mercado de ações, que eram julgados estanques -, na verdade são mercados interligados. Mal interligados porque a regulamentação ignora essa realidade.²⁰ A regulamentação tem que reconhecer que são mercados que, na verdade, constituem um só.²¹ Pois tem que mudar a regulamentação. Outra coisa: nós achamos..." – diz esse *report*, muito contestado, mas está lá no Nicholas Brady...

[FINAL DA FITA 8-A]

C.R. – ...a unificação, quer dizer, uma política unificada, e a agência reguladora deve ser unificada. E essa agência deve ser o "Fed", e não a *Securities and Exchange Commission*. É claro que estão se estraçalhando lá, não aceitam, não sei que mais. Uns do "Fed" acham que o "Fed" deve assumir, já a *Securities and Exchange Commission* acha que um absurdo o "Fed" entrar nessa área. Mas curioso que isso tenha acontecido. Que importância tem isso para nós?

O que acontece nos Estados Unidos sempre importante para nós. Eles estão mais na frente, adiantados, não é? Nós estamos discutindo Banco Central de novo, sistema financeiro de novo. E no

¹⁹ Trecho alterado pelo entrevistado.

²⁰ Trecho alterado pelo entrevistado.

²¹ Trecho alterado pelo entrevistado.

projeto que eles querem mudar, que o projeto de 64, 65, a solução dada a unificação das políticas monetária, bancária e de mercado de capitais num órgão formulador da política – a unificação. Eles querem mudar agora. Digo: "Mas não ser um pouco tarde, eles mudarem agora?" [riso] Porque parece que nos Estados Unidos já está não apenas num nível de... não em nível operacional. A proposta do *Brady Report* até na área operacional. Mas o nosso...

Então, com a reforma do Mário Henrique, em 74, tirando a CVM como costela de Adão do Banco Central, e tendo seu *board* próprio e capacidade regulatória até um certo nível, eu acho que está dada a solução brasileira para o caso. Nesse sentido, eu ousaria dizer que até nos antecipamos de duas décadas sobre aquilo que está começando a ser admitido nos Estados Unidos. Mas a regulação específica muito complexa. Então, eu acho que deve ficar separado de CVM e tudo mais, mas a unidade lá em cima, a unidade lá em cima. Você ter órgão separado para comprar, área monetária, órgão separado para área de mercado de capitais, em que as operações de crédito estão cada vez mais interligadas – você pode, sim; pode. E ter inspeções coordenadas, como se faz nos Estados Unidos. Mas a verdade é que o sistema em vigor parece que tem as vantagens dos dois casos. Você tem a separação em órgão executivo e regulatório de mais baixo nível, e a unidade. Porque a unidade, inclusive, tecnicamente, academicamente, se justifica. Toda análise agora é cada vez mais integrada do sistema financeiro. Já vinte anos. Cada vez mais, cada vez mais. Essa integração está se dando dentro das próprias instituições financeiras. Mas, de qualquer forma, mesmo que elas ficassem separadas e especializadas, compreendeu, cada vez mais se reconheceu a importância delas. Porque elas cresceram, cresceram.

Então, em nível de formulação de política, resta apenas – o que não pouco – a questão do ministro da Fazenda. De fato, eu lembro nesse documento, foi um pouco forte a dose de deixar o ministro da Fazenda presidente do Conselho Monetário. Por quê? Nós nos indagamos se não foi pelo fato de que o ministro da Fazenda, na época, era o dr. Bulhões. [riso] Mas você não pode moldar um órgão na base de uma pessoa. Mas na verdade, em parte – aí eu estou pensando sozinho, não sei nem o que o Dênio dirá a respeito -, a tradição brasileira, e em outros países, que o principal responsável pelo controle da inflação o ministro da Fazenda, junto com o Banco Central. O ministro da Fazenda não o homem do Tesouro, gastador apenas. Ele parte do processo de combate inflação. Então, eu acho – eu já estou dizendo agora -, eu acho que o que se poderia fazer, talvez... Bem, eu acho errado tirar o ministro da Fazenda do Conselho Monetário. Aí vamos ter um Conselho Monetário que começa a andar sozinho... Então, se deixar a CVM sozinha no outro lado... Você pode ter uma coordenação voluntária entre eles, mas a tendência a descoordenação, se você não obrigá-los institucionalmente a se coordenarem e votarem uma resolução. A gente sabe, isso em toda parte. Isso humano. E no Brasil tem uma péssima tradição nesse negócio de descoordenação.

Então, eu acho que o ministro da Fazenda devia continuar como membro. Para dar mais força ao Banco Central. É uma idéia esdrúxula esta minha, porque acho que não existe em nenhum país tal solução. Então, eu apresento, com as reservas para discussão: que o presidente do Banco Central devia ser o presidente do Conselho Monetário – do Conselho Monetário, que um conselho de política monetária, bancária e de mercado de capitais. Então, se entenda: onde se lá Conselho Monetário, leia-se "conselho de política monetária, bancária e de mercado de capitais". Ele podia ser o presidente. Nesse caso, tinha que dar o *status* de ministro; não o posto de ministro, mas *status*, para ele poder chefiar o ministro da Fazenda. *Status*, mas independente: ele não pode ser parte do Ministério porque não demissível *ad nutum*, e aí confunde tudo, não é? Mas seria presidente do órgão, porque a parte monetária mais importante, no conjunto, do que todo o resto. O ministro da Fazenda justificaria a sua presença porque, afinal, tem partes, compreendeu, que estão subordinadas ao ministro da Fazenda. Sem falar a parte... Lá não se decide a política fiscal, mas ele tem que dar conta da política fiscal, para fins de coordenação.

Essa a idéia antiga, que foi desmoralizada depois, do orçamento monetário, que está na lei, pusemos na lei. Na lei nós pusemos um detalhe importante que dizia: "O Conselho Monetário obrigado a ler o documento apresentado pelo Banco Central, que se chama orçamento monetário. E' obrigado a ler. E' obrigado a aprovar ou recusar." Em que se diz que as pressões que vêm de vários

lugares, que são quantificadas pelo departamento de estudo do Banco Central, avisa a todos os interessados que, se não for nada feito a respeito, vai haver uma expansão monetária indevida. Então, se alerta o ministro da Fazenda que se o déficit for desse tamanho, não teremos política monetária. E ali, o orçamento monetário; estão propondo que extinga, pô. Não entenderam, absolutamente, a intenção. E' obrigar a coordenação. E' naquele momento, não depois. É como o ministro da Fazenda, dizer: "Olha, a minha pressão vai [inaudível], então isso." É na hora de formular a política monetária, compreendeu, o controle da base monetária.

Como que você vai controlar a política monetária, programar o controle da base, se o ministro da Fazenda uma outra entidade que não obrigada a comparecer para dizer como que vai ser a coisa? É claro que você pode ter um comitê governamental numa outra área. Mas eu acho, esse comitê vai ser mais fraco. A não ser que fosse um comitê presidido pelo presidente da República. Aí, sim. Mas aí também acho complicado. O presidente da República não tem tempo, compreendeu, entra por uma área política e ele começa a intervir politicamente na decisão. Fica mais fácil para ele intervir politicamente. Então, eu acho que deve ficar como está, ou pôr o presidente do Banco Central presidindo. Mas acho isso importante – e isso parece uma heresia -, para o caso brasileiro, e pelo avanço já feito, em termos de integração acadêmica, teórica, necessidade prática, em termos da orientação da política de integração, de visão integrada de política monetária, bancária e de mercado de capitais. Então, você tem que botar essas pessoas responsáveis, na hora de tomar e contar voto, de argumentar e dar satisfação – na hora. E não ficar a história para depois. Porque isso nós já temos muito no Brasil.

Então, eu receio esse perfeccionismo agora, que um pessoal muito bem intencionado, diz: "Não, Banco Central, que história essa? Banco Central tem um Conselho Monetário dele. Acabou-se. Que isso? Ministro da Fazenda, que história essa? De onde que tiraram essa idéia?" Não tiramos idéia de lugar nenhum, não. Tiramos idéia do Brasil, a solução brasileira. Tínhamos uma solução muito mais simples, era só copiar. Não precisava raciocinar tanto, não precisava de tanto tutano, bastava copiar. [risos] Eu continuo achando que o problema de coordenação seríssimo, mais sério hoje do que antigamente. Porque antigamente tinha um governo forte, compreendeu? Agora... E preciso apoio. O ministro da Fazenda também precisa de apoio, também precisa de defesa. Também. Não só o presidente do Banco Central. Os dois precisam de apoio. E a Constituição aí já está entrando: proibir excesso de [déficit]²², excesso de endividamento. Tudo produção do ministro da Fazenda também. Não só do Banco Central. Os dois. Acho que os dois têm que continuar juntos, no mais alto nível, e sem a presença do presidente – essa uma questão de opinião, baseada numa vivência de problema. E não adianta a gente copiar soluções estrangeiras antigas, que estão sendo modificadas, inclusive. Porque antes de você copiar o que feito nos Estados Unidos preciso ver: "Vocês gostam disso aí? Vai ser mudado?" Porque senão você copia, e no ano seguinte eles mudam lá, põem o ministro da Fazenda no *board*. E você fica a ver navios, não é? Tem muito disso, tem muitas coisas que deviam ter sido mudadas nos Estados Unidos, não foram porque não houve base política para isso. Mas tem gente propondo essa mudança já, não é? Enfim, este o...

Deixamos alguma coisa? Acho que já entrei um pouco no futuro.

P.R. – Para mim, não. Está tudo bem.

E.R. – O senhor gostaria de falar mais alguma coisa?

C.R. – Não, não me lembro nada.

E.R. – Então, nós gostaríamos de agradecer esse depoimento do senhor sobre a instalação do Banco Central, transformação da Sumoc em Banco Central e... Então isso. Obrigado.

²² Palavra mais aproximada do que foi possível ouvir.

[FINAL DO DEPOIMENTO]